

NAIRA HOFMEISTER DE ARAUJO

**ESTUDO SOBRE A VIDA E A OBRA DE
APOLINÁRIO PORTO ALEGRE**

**PORTO ALEGRE
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA
LITERATURA**

**ESTUDO SOBRE A VIDA E A OBRA DE
APOLINÁRIO PORTO ALEGRE**

NAIRA HOFMEISTER DE ARAUJO

ORIENTADOR: PROF. DR. LUÍS AUGUSTO FISCHER

Dissertação de Mestrado em Literatura,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Naira Hofmeister de
Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário Porto
Alegre / Naira Hofmeister de Araujo. -- 2018.
118 f.
Orientador: Luis Augusto Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Apolinário Porto Alegre. 2. História da
Literatura. 3. Rio Grande do Sul. 4. Século XIX. I.
Fischer, Luis Augusto, orient. II. Título.

Naira Hofmeister de Araujo

**ESTUDO SOBRE A VIDA E A OBRA DE
APOLINÁRIO PORTO ALEGRE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Literatura.

Porto Alegre, 10 de setembro de 2018

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Homero José Vizeu Araújo (UFRGS)

Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira (UNIPAMPA)

Dr. Mauro Nicola Póvoa (FURG)

Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS) - orientador

Dedico este trabalho à memória de Lothar Hessel, que foi incansável na tentativa de resgatar e levar ao público a obra de Apolinário Porto Alegre.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luís Augusto Fischer, pela oportunidade e sugestão do tema deste trabalho, mas, sobretudo, pelas aulas e textos inspiradores, que ampliam horizontes, agregam densidade ao raciocínio e provocam reflexões muito além da literatura.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, por compartilharem seus conhecimentos comigo, sempre com ânimo e amor pelo que fazem.

Aos colegas de aula, pela cumplicidade e estímulo que foram fundamentais para que eu me sentisse integrada e capaz da tarefa, mesmo sendo de outra área de formação.

Aos amigos e colegas jornalistas de trabalho, pela compreensão dos momentos em que precisei estar mais ausente.

À minha família, porque sempre está comigo.

RESUMO

Este trabalho propõe uma tentativa de resgate da vida e da obra de Apolinário Porto Alegre. Personagem de grande contribuição para a cultura e a política do Rio Grande do Sul, no século XIX, este pesquisador, agitador cultural, professor, escritor e político ainda ocupa espaço restrito na memória do Estado e da capital, Porto Alegre. Por um lado, porque os estudos sobre sua obra o situam como fundador do regionalismo rio-grandense, enfocando mais sua produção literária do que a contribuição para a valorização da cultura popular. Por outro, em razão das perseguições sofridas a mando de Julio de Castilhos, que, a partir de uma ação política e com o uso do aparato estatal, contribuiu para o apagamento de sua memória.

O trabalho parte de uma reconstituição biográfica de Apolinário Porto Alegre, realizada a partir da consulta de livros e documentação sobre sua personalidade e seu tempo. Repassa seu nascimento, em Rio Grande, a mudança para Porto Alegre e a criação das principais instituições sob seu comando: o Partenon Literário e o Instituto Brasileiro. Recupera, também, a fortuna crítica que Apolinário acumulou nos diversos gêneros que produziu (romance, conto, poesia, teatro e crítica) e o destino de sua produção literária depois de sua morte em 1904. A partir dessas leituras, propõe, então, uma interpretação diferente sobre o seu legado, com foco mais na atitude literária do biografado do que propriamente em sua obra formal. Para isso, valeu-se do apoio da teoria do romance de Mikhail Bakhtin e da perspectiva formativa da literatura de Luís Augusto Fischer.

Como resultado, apresenta Apolinário Porto Alegre como uma figura movida por ideais que estavam em voga em seu tempo, mas que foram aplicados de forma pioneira por ele em diversas áreas, ao mesmo tempo em que o coloca em diálogo com o pensamento, por exemplo, de José de Alencar e de Machado de Assis, vinculando sua produção tanto ao Brasil como à tradição da literatura gauchesca platina.

Palavras-chave: Apolinário Porto Alegre; História da Literatura; Rio Grande do Sul

RESUMEN

Este trabajo propone un intento de rescate de la vida y de la obra de Apolinário Porto Alegre. Este investigador, agitador cultural, profesor, escritor y político del siglo XIX, aún ocupa espacio restringido en la memoria del Estado y de la capital, Porto Alegre. Por un lado, porque los estudios sobre su obra lo sitúan como fundador del regionalismo río-grandense, enfocando más su producción literaria que la contribución a la valorización de la cultura popular. Por otro, en razón de las persecuciones sufridas a mando de Julio de Castilhos, que a partir de una acción política y con el uso del aparato estatal, contribuyó para el olvido de su memoria.

El trabajo parte de una reconstitución biográfica de Apolinário Porto Alegre, realizada a partir de la consulta de libros y documentación sobre su personalidad y su tiempo. Repasa su nacimiento, en Río Grande, el traslado hacia Porto Alegre y la creación de las principales instituciones bajo su mando: el Partenon Literario y el Instituto Brasileiro. Recupera, también, la fortuna crítica que Apolinário recibió en los diversos géneros que produjo (novela, cuento, poesía, teatro y crítica) y el destino de su producción literaria después de su muerte en 1904. Partiendo de estas lecturas, propone entonces una interpretación distinta sobre su legado, con foco más en la actitud literaria del autor que propiamente en su obra formal. Para ello, se valió del apoyo de la teoría de Mikhail Bakhtin y de la perspectiva formativa de la literatura de Luís Augusto Fischer.

Como resultado, presenta Apolinario Porto Alegre como una figura movida por ideales que estaban en boga en su tiempo, pero que fueron aplicados de forma pionera por él en diversas áreas, al mismo tiempo que permite el diálogo con el pensamiento, por ejemplo de José de Alencar y Machado de Assis, vinculando su producción tanto a Brasil como a la tradición de la gauchesca platina.

Palabras-clave: Apolinário Porto Alegre; Historia de la Literatura; Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. VIDA	
1.1 Origens e formação (1844-1868)	13
1.2 Partenon Literário: anos iniciais (1868-1869)	20
1.2.1 Revista mensal	24
1.3 Primavera de Apolinário: gauchesca e os primeiros livros (1870-1875)	29
1.3.1 Crítica e teatro	36
1.4 A força da cultura popular	40
1.4.1 Pesquisa bibliográfica	45
1.5 Do Instituto Brasileiro até a Abolição (1876-1888)	47
1.5.1 Republicanos em choque	50
1.6 Da República até a morte de Apolinário (1889-1904)	54
2. LEGADO	
2.1 Caminhada póstuma irregular	62
2.1.1 Inéditos depois da morte	65
2.1.2 Oportunidade perdida	70
2.2 Fortuna crítica	72
2.2.1 Naturalismo e realismo	78
2.2.2 Crítica	79
2.2.3 Linhagem	82
3. PERSPECTIVA	
3.1 Entre Alencar e Machado de Assis	85
3.1.1 Sentimento íntimo	89
3.1.2 Alencar na obra de Apolinário	92
3.2 Um romancista sob a ótica de Bakhtin	96
3.2.1 Na ficção e na vida real	102
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

Um protagonista esquecido

Apolinário Porto Alegre foi uma personalidade ímpar do Rio Grande do Sul do século XIX, cujo pioneirismo marcou a literatura, a cultura popular, a educação e a política. Sua abrangência intelectual foi tanta que as ideias defendidas repercutiram e geraram fenômenos singulares em áreas tão distantes entre si, como podem ser a literatura gauchesca (Simões Lopes Neto e Erico Verissimo se beneficiaram de seu vanguardismo) ou a política (Getúlio Vargas foi o ápice do movimento republicano iniciado por Apolinário).

Várias das bandeiras que defendeu seguem atuais neste século XXI, mesmo 174 anos após o seu nascimento. Condenou a hipocrisia de um regime republicano que se valeu do autoritarismo para impor ideias democráticas; advogou pela inclusão de escravos, pobres e mulheres no mundo letrado e nos debates públicos; reconheceu a importância das manifestações populares no conjunto da cultura do Rio Grande do Sul; e empreendeu para que a escola fosse espaço de formação intelectual e moral dos alunos.

Sua literatura colocou o tipo gaúcho em primeiro plano, o que por si só lhe rendeu o título de fundador do regionalismo no Rio Grande do Sul – talvez a faceta mais lembrada do escritor. Mas, incorporando em sua ficção e em sua poesia os ideais políticos com que se envolveu, retratou um gaúcho fruto da mestiçagem, ora apresentado como indígena, negro, mulato e, em menor proporção, também como o imigrante. Não há sinais de que fizesse isso por militância, porque se deu o trabalho de entrevistar pessoas, resgatar memórias, registrar vocabulário e todo o tipo de manifestação da cultura popular para subsidiar suas criações. Seu objetivo era dar-lhes substrato real.

Isso, sim, pintou esse gaúcho com ares heroicos – em harmonia com o que se fazia em outras partes do Brasil com a figura do indígena – mesmo quando os personagens eram prosaicos, gente simples como os trabalhadores da produção de farinha de mandioca em Porto Alegre ou dos ervatais da campanha. Desafiou a censura do Império e foi o primeiro escritor a romantizar a saga Farroupilha – logo, também o primeiro a fazer desse episódio o mito fundador do Rio Grande do Sul, criando uma tradição que se perpetua ainda hoje e impede um olhar crítico da população gaúcha sobre o seu passado.

Debruçou-se sobre o repertório de lendas do Rio Grande do Sul, poetizando a boitatá e romanceando o negrinho do pastoreio quando Simões Lopes Neto era apenas um menino correndo pelas estâncias em Pelotas. A lenda que tem como protagonista um menino escravo afilhado da virgem Maria é também um exemplo de como o escritor tratou a escravidão em sua obra: Apolinário escreveu um romance sobre o quilombo dos Palmares, retratou negros como heróis, e, na prática, foi militante ativo da abolição, conduzindo campanhas de arrecadação através de eventos culturais cujos fundos eram aplicados na compra de alforrias. Levou ao palco do Theatro São Pedro peças carregadas de conteúdo político e, com os recursos das exposições, comprou a liberdade de crianças, repetindo na isolada província do Rio Grande do Sul um movimento que foi liderado, nacionalmente, por Castro Alves.

Representante de uma classe média letrada, que teve a rara oportunidade – em um estado onde mais de 80% da população era analfabeta – de frequentar uma universidade (começou o curso de Direito, em São Paulo, nunca concluído), o escritor era conhecido por frequentar espaços populares para registrar a vida, as expressões, a cultura dessa parcela da população. Suas anotações forneceram subsídios para a literatura que produziu, permitindo que ele utilizasse, como matéria de ficção, vocabulário e referências reais. Também geraram reflexão crítica, permitindo que participasse de um amplo diálogo que se instalou no Brasil sobre a natureza e o alcance da literatura genuinamente “nacional”.

Sob seu comando, floresceu um movimento de fomento às artes e à civilidade que inaugurou novo tempo na Província de São Pedro a partir da fundação do Partenon Literário, em Porto Alegre, em 1868. Durante duas décadas, em maior ou menor intensidade, o Partenon Literário promoveu a cultura e a educação no Rio Grande do Sul com iniciativas como a publicação de uma revista literária de grande alcance – chegava a, pelo menos, 25 cidades gaúchas –, a realização de saraus e espetáculos de teatro, a instituição de uma escola noturna dirigida à população pobre analfabeta e aos escravos, a criação de um museu e de uma biblioteca públicos na Capital e o fomento a que outros municípios também tomassem semelhantes iniciativas. A empreitada, nascida dentro da casa de Apolinário Porto Alegre, ampliou os limites intelectuais de uma vila que estava confinada territorialmente entre o Guaíba e a Santa Casa.

O impacto do empreendimento na cidade foi tamanho que João Pinto da Silva, em sua *História Literária do Rio Grande do Sul*, lamentou “a extinção da benemérita sociedade”, que “assinalou a volta de Porto Alegre ao marasmo literário, de que até agora não nos conseguimos emancipar” (SILVA, 2013, p. 48). Vale observar que ele escreveu isso em 1924, quarenta anos após a derrocada do Partenon.

Depois do Partenon, a cidade de Porto Alegre ganhou sua primeira livraria e, com ela, a tentativa de publicar os autores locais em coleções como a Biblioteca Rio-Grandense, cujo volume de estreia foi de Apolinário.

Também revolucionou o ensino na Província, criando, em 1876, o Instituto Brasileiro, escola modelo, tão à frente de seu tempo que a coisa mais parecida com o que propunha, em termos educacionais, era o Colégio Pedro II, mantido pela coroa no Rio de Janeiro. Sua preocupação era formar cidadãos em um sentido amplo, moral, intelectual, artístico e até físico. Incluiu no currículo disciplinas incomuns (como música, educação física e geometria) e aboliu castigos físicos, quando todas as outras escolas ainda praticavam a palmatória.

Na política, foi precursor ao fundar, já em 1868, o primeiro clube republicano da província – o Brasil só se tornaria uma República duas décadas depois. Comandou o primeiro diário local que defendeu o regime, *A Imprensa*, conspirou secretamente contra a monarquia, fundou o Partido Republicano Rio-Grandense e, quando as divergências com os métodos autoritários de Julio de Castilhos se tornaram incontornáveis, uniu-se aos antigos opositores do Partido Liberal para criar nova sigla, de orientação federalista – o que acabou culminando na Revolução de 1893.

É difícil calcular o tamanho do legado de Apolinário Porto Alegre, embora listando seus feitos fique claro que suas iniciativas foram decisivas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. É verdade, também, que sua obra não chegou a se realizar formalmente em nível de excelência, mas não parece justificável que, ainda hoje, um jornalista, ao ler boletim de rádio, ao vivo, na emissora, situe os acontecimentos do dia na “rua Apolinário... em Porto Alegre”. A via que o homenageia, aliás, é uma travessinha de uma única quadra, escondida na Vila Conceição – enquanto outras personalidades de seu tempo emprestam seus nomes a praças e avenidas da Capital. Isso sim, Apolinário foi lembrado com um busto, na Praça Argentina, mas que há muito tempo foi retirado do local (segundo pude apurar, está guardado em um depósito da prefeitura, embora nos jornais se registre que foi roubado). Em dezembro de 2016, os integrantes do Círculo de Pesquisas Literárias (Cipel) restituíram uma placa com os nomes dos fundadores do Partenon à Praça da Matriz, o de Apolinário entre eles.

No mercado editorial, não teve sorte muito melhor: com vasta produção, apenas uma parcela da sua obra está editada e não é fácil encontrá-la em livrarias, mesmo as de segunda mão. Suas pesquisas sobre cultura popular – que incluíram o estudo do vocabulário típico do Rio Grande do Sul, usos e costumes gaúchos, repertório de jogos, brincadeiras e cancionero, por exemplo – foram editadas só no século XX e, ainda assim, de forma precária, com trechos faltantes.

Como consequência, na academia, os estudos sobre Apolinário Porto Alegre não vão muito além de sua vinculação com o nascimento da literatura gauchesca no Rio Grande do Sul. Seu teatro, por exemplo, foi pouco estudado, e as conexões entre o que ele estava produzindo e o que acontecia fora dos domínios do Rio Grande do Sul (o livro *Martín Fierro*, de José Hernández, marco na tradição gauchesca, é do mesmo ano de *O Vaqueano*; além disso suas análises sobre literatura brasileira dialogam diretamente com o que pensava Machado de Assis, por exemplo) não despertaram a curiosidade de pesquisadores. Curiosamente, a parcela de sua produção considerada a contribuição mais relevante que fez à nossa cultura – os estudos contidos no *Popularium Sul-Rio-Grandense* – tampouco tiveram repercussão.

Qual a responsabilidade das ações empreendidas por Julio de Castilhos e seus seguidores nesse apagamento da memória e da presença de Apolinário ainda nos dias de hoje é difícil calcular. A perseguição que ordenou ao oponente – que fora seu professor na adolescência e certamente repassou ao caudilho parte de sua paixão republicana – inclui o exílio, destruição e confisco de manuscritos e documentos, sabotagens e vandalismo. Independentemente disso, o fato é que o papel de Apolinário Porto Alegre como autor, educador, filólogo, pesquisador e agitador cultural foi subestimado.

Esse trabalho é uma tentativa de ampliar o círculo a que ficou restrito o escritor. Dividido em três partes – Vida, Legado e Perspectiva – tenta sistematizar o que está disperso em muitos livros e jornais consultados com a intenção de, por um lado, dar uma panorâmica sobre as múltiplas frentes de ação abertas por Apolinário Porto Alegre, ao mesmo tempo em que tenta registrar com detalhamento e profundidade essas iniciativas.

No Capítulo “Vida”, o foco é o autor e seu tempo, em uma espécie de cronologia comentada. Em “Legado”, a tentativa é mostrar o que aconteceu com sua obra depois de sua morte e também registrar as opiniões de estudiosos e historiadores da literatura sobre sua produção, mostrando até onde eles foram na análise desse personagem tão complexo. Na parte final, “Perspectiva”, proponho um exercício de análise mais abrangente sobre o escritor, tentando situá-lo a partir das condições impostas pelo momento e ambiente em que escreveu e sugerindo uma leitura, a partir da teoria de Mikhail Bakhtin, que valorize aspectos em geral ignorados em sua literatura.

CAPÍTULO 1 – VIDA

1.1 - Apolinário Porto Alegre: origens e formação (1844-1868)

Apolinário José Gomes Porto Alegre foi o primogênito de três irmãos, filho de família portuguesa, nascido no mais antigo enclave lusitano do Rio Grande do Sul: veio ao mundo em 29 de agosto de 1844, em Rio Grande. A localidade havia sido fundada por militares, em 1737, como um forte, preparada para guarnecer a única entrada que havia para navios, no amplo e pouco conhecido território ao sul, entre o Rio da Prata e a praia que hoje se chama Tramandaí. Era uma área dominada por índios; volta e meia, algum forasteiro se aventurava em busca do gado chucro das vacarias (ou dos próprios índios!). Os primeiros assentados foram mesmo soldados portugueses – aqueles que sobreviveram às privações de comida e agasalhos (os barcos com suprimentos não conseguiam entrar na barra de Rio Grande durante o inverno) e se tornaram destinatários das primeiras sesmarias distribuídas por lá, o que deu início à colonização do núcleo meridional. Nessa altura, Salvador, na Bahia, contava 230 anos de existência.

Quando Apolinário nasceu, Rio Grande já era uma cidade estabelecida, com economia forte o suficiente para organizar associações e sinais de alguma demanda cultural: naquele mesmo 1844, foi criada a Câmara de Comércio da cidade e, dois anos depois, já havia um gabinete de leitura local, depois transformado na primeira biblioteca pública do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha vivia seus momentos finais. Em novembro, em pleno armistício, centenas de lanceiros negros foram mortos por tropas imperiais enquanto dormiam, desarmados, próximo ao cerro de Porongos. O episódio polêmico foi revisado por historiadores recentemente, que acusaram a traição de um dos comandantes farrapos, Davi Canabarro, para assegurar o cumprimento de uma das condições de Dom Pedro II ao acordo de paz: a manutenção do regime escravocrata, ao qual se opunham os revoltosos.

Apolinário deveria estar engatinhando pelos corredores da casa familiar em Rio Grande quando a Paz de Ponche Verde foi assinada, em março de 1845, mas, ainda assim, essa guerra seria um tema recorrente em sua obra, sempre sob a ótica dos valores republicanos e abolicionistas atribuídos aos guerreiros farrapos – ele vai defender essas bandeiras até as últimas consequências em sua vida adulta.

A família parece ter tido grande influência nessa trajetória. Segundo o historiador De Paranhos Antunes, Apolinário Porto Alegre era “[...] republicano de nascença, em cujo berço soaram os últimos tiros da revolução dos farrapos, a que serviram, com alma e dor, muitos de seus parentes” (ANTUNES, 1944, p. 161). É um trecho de um perfil que escreveu em um suplemento especial do jornal *A Manhã* dedicado a celebrar o centenário de nascimento de Apolinário, encartado na edição dominical de 19 de setembro de 1944, que pode ser consultado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A hipótese de Antunes é corroborada pelo fato de que os dois irmãos mais novos de Apolinário também foram protagonistas do movimento republicano no Rio Grande do Sul, acompanhando o primogênito. Apeles, o mais moço, foi fundador do primeiro jornal republicano diário da província, *A Imprensa*, em 1880 – empreitada para a qual contou com a ajuda providencial de Apolinário, que se tornou redator do veículo. E Aquiles fundou, de mãos dadas com o primogênito, o clube republicano Bento Gonçalves, em 1885.

O que se sabe é que os pais do trio eram descendentes de portugueses, como a maioria da população rio-grandina: Antônio José Gomes tinha ascendência açoriana, era funcionário público, trabalhava na Alfândega local. A mãe, Delfina Joaquina da Costa, é classificada por Antunes como proveniente de “de distinta família gaúcha” (ANTUNES, 1944, p. 161). Mas o biógrafo de Apolinário, Benedito Saldanha, assegura ter tido acesso a um documento entregue por um dos herdeiros de Apolinário, Alvaro Porto Alegre, no qual a família da matriarca era apresentada como gente de Lisboa (SALDANHA, 2008, p. 14), informação corroborada pelo historiador Moacyr Flores em texto publicado no site da Academia Rio-Grandense de Letras¹.

O nome ele herdou do avô paterno, o açoriano Apolinário José Gomes, que, de resto, parece ter também legado aos seus o gosto pela política e pela guerra: entre os quatro irmãos de Antônio, o mais velho, Vicente Ferreira Gomes, foi membro da assembleia provincial e chefe de polícia dos Farrapos. Já a avó paterna do escritor, Perpétua Maria dos Santos, teve como pai um tenente de milícias e veterano das guerras do sul, segundo registra Aurélio Porto, citado por De Paranhos Antunes. O sobrenome Porto Alegre foi agregado ao familiar

1

ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS, ARL, (s.d):
[/www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=patronos&page=apolinario-porto-alegre](http://www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=patronos&page=apolinario-porto-alegre)

pelo pai de Apolinário, Antônio, que possuía um homônimo em Rio Grande cuja fama não era das melhores – aproveitou-se da norma vinda com a Independência, em 1822, quando foi facultado aos portugueses que aqui habitavam a adesão à nova nacionalidade e autorizadas alterações nos sobrenomes. O acréscimo feito para evitar dores de cabeça desnecessárias acabou dando origem a uma linhagem de intelectuais inaugurada com o nascimento de Apolinário e que foi continuada por seus irmãos, o cronista Aquiles Porto Alegre, o professor e jornalista Apeles Porto Alegre, e ainda Lúcio Porto Alegre, que também participaria das atividades do Partenon Literário. Entre os quatro filhos, três ocuparam espaço destacado na intelectualidade da província, cuja população na época era 80% de analfabetos (o segundo melhor índice do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro).

A economia da província andava bem depois de uma década de semiparalisação durante a Guerra dos Farrapos. A paz, em 1845, levou o imperador Dom Pedro II a determinar investimentos no Rio Grande do Sul, estratégia necessária para manter os ânimos serenos na ponta de baixo do mapa – era a primeira vez que a nação estava totalmente unificada sob a coroa, depois de ter passado por conflitos separatistas – além dos Farrapos no Rio Grande do Sul, a Confederação do Equador (1824) e a Cabanagem (1835-1840), ambas no norte.

A vida cultural era parca na província, mas existia. Em 1845, a porto-alegrense Ana de Barandas editava em livro², crônicas e poesias denunciando a condição da mulher na sociedade – ela, divorciada, foi proibida de contrair novo matrimônio e ainda precisou arcar com os cuidados integrais dos filhos – e a angústia causada pela guerra: “Ao fim de dezenove anos (em 1837) o meu vaticínio estava quase completo, restava-me apenas um pai!... A guerra civil assolou o sítio, e Belmonte apareceu e sumiu-se da Província do Rio Grande, como um brilhante meteoro” (citada por CESAR, 2006, p. 112). Uns anos antes, também seria uma mulher, Delfina Benigna da Cunha, a primeira pessoa a publicar um livro³ em território rio-grandense, quem desafiaria o chefe Farroupilha Bento Gonçalves com os seguintes versos: “Maldição te seja dada [...] / Bento, infeliz, desvairado, [...] / No Brasil e em toda parte [...] / Seja teu nome odiado” (FLORES, 2011, p. 205)

Nesse contexto, entre a simpatia familiar à causa farrapa, que não era unânime no Rio Grande do Sul, Apolinário cresceu. O ensino primário ainda cursou em sua cidade natal, de onde saíria aos 15 anos com a família após a transferência do pai, Antônio, para a capital da Província. Em Rio Grande, estudou no Colégio de Instrução Elementar Rio-Grandense, cujo

2 *O Ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, conforme registra a historiadora Hilda Flores no Dicionário de Mulheres (FLORES, 2011, p. 78)

3 Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses, editado em 1833 e depois reeditado em 38 com a glosa mencionada. (FLORES, 2011, p. 205)

diretor, o português Sebastião Coutinho Santana, elogiava com frequência o aluno, prevendo um “futuro brilhante” para o pupilo (SALDANHA, 2008, p. 14).

De Paranhos Antunes informa que Apolinário aprendeu a ler e a escrever “precocemente” e os registros apontam que sua estreia na literatura se deu aos onze anos (1855), com um romance chamado *Flor de Laranja*, dedicado a seus pais. Segundo Laísa Teixeira de Aguiar em sua tese de doutorado, a obra está perdida (AGUIAR, 2011, p. 17).

Aos poucos, a literatura foi florescendo no Rio Grande do Sul, acompanhando o movimento nacional – na corte, desde 1844⁴ já havia romance publicado em folhetim – tradição inaugurada na província em 1856, com a revista *O Guaíba*, dedicada à divulgação das artes da palavra. Teve duração efêmera, mas assinalou a existência de um movimento desejoso da construção de um ambiente cultural na província – no qual Apolinário terá papel central a partir da criação do Partenon Literário, em 1868.

Quando surgiu *O Guaíba*, dois gaúchos, cujas obras teriam ressonância na trajetória de Apolinário, já estavam publicando no Rio de Janeiro: Caldre Fião lançara *A Divina Pastora* (1847), um marco por ter sido o primeiro romance escrito por um gaúcho a ser editado e também por ter colocado em cena, pela primeira vez, ambientes e personagens do Rio Grande do Sul. O escritor, que voltaria ao tema dois anos depois com *O Corsário*, não apenas inspiraria Apolinário, como seria seu parceiro na construção do Partenon Literário.

Já em 1852, Antônio Álvares Pereira Coruja publica a *Coleção de Vocábulos e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, inspirado pelos estudos que, desde a década de 1830, eram liderados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O volume inaugura a disciplina que depois Apolinário vai desenvolver com profundidade e afinco, de recolha de vocabulário regional específico, ao que ele ainda juntará o cuidado de registrar cancionário, lendas e costumes populares.

Aos 15 anos, deixa Rio Grande e ruma para Porto Alegre, quando o pai é transferido para atuar na Alfândega da capital. Isso é em 12 de outubro de 1859, aproveitando os primeiros investimentos do Império na província depois da pacificação ocorrida com o fim da Revolução Farroupilha: entre outras melhorias na infraestrutura local, D. Pedro II liberou recursos para a instalação de faróis na Lagoa dos Patos, que possibilitaram a ligação efetiva com Porto Alegre.

Na capital, fazia pouco mais de um ano que as portas do Theatro São Pedro estavam abertas para receber o público, oferecendo principalmente repertório de companhias

4 *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo; depois, em 1852, seria a vez de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida

estrangeiras ou dramas franceses adaptados por trupes locais – contra isso também vai se insurgir Apolinário, advogando (e escrevendo) teatro brasileiro e representando peças suas naquele palco da Praça da Matriz, já a partir de 1868. Aliás, José de Alencar lançara, em 1857, *O Demônio Familiar* – um drama que muito inspiraria o autor gaúcho – e, no mesmo ano, circularia o livro que viria a ser seu primeiro clássico, *O Guarani*.

Foi na capital que Apolinário conclui os estudos secundários – assim como seus irmãos, no colégio Gomes, famoso estabelecimento de ensino que era propriedade de um parente da família, Frederico Ferreira Gomes. Em seguida, em 1861, embarcaria para São Paulo, estimulado pela família a cursar a Academia de Direito naquela cidade.

Os registros sobre esse período de vida de Apolinário são divergentes: o general Souza Docca, em entrevista ao jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1944, diz que ele iria se matricular, “desistindo porém, em virtude do falecimento de seu pai” (A MANHÃ, 1944). O certo parece mesmo ser que Apolinário tenha frequentado o curso por algum período, pois ele só retorna a Porto Alegre – motivado pela morte do pai – em setembro de 1863, permanecendo quase dois anos fora. De Paranhos Antunes esclarece que seu retorno se deu “antes de concluir o primeiro ano” da faculdade: “Talvez, por este motivo, Spencer Vampré não o cite entre os que tiveram a honra de cursar aquela faculdade nas suas Memórias da Academia de São Paulo” (ANTUNES, 1944, p. 161).

Uma carta enviada pela mãe de Apolinário, em maio de 1863, corrobora a versão de que teria de fato iniciado os estudos superiores. Nela, Delfina Joaquina da Costa também faz alusão à vocação do filho para as letras, pedindo que ele se concentre nos estudos para retornar mais rapidamente ao berço familiar, ao invés de empregar tempo com a leitura de romances: “Meu filho, há três vapores que não tens escrito, nem ao teu pai, nem a mim; pois não debes fazer isto. Lembra-te que são as duas pessoas a quem tu debes escrever. Cuida bem dos teus estudos; não leias romances, porque isto te atrasa. Desejo que aprendas para vires depressa” (SALDANHA, 2008, p. 16).

De toda maneira, a oportunidade era para poucos. Ter acesso à formação superior era coisa raríssima no Brasil. Não existiam universidades, apenas uns poucos cursos no país, como os de São Paulo e em Recife. A academia credenciava o aluno a integrar a alta burocracia brasileira, disputar inclusive cargos políticos. Conforme registra a própria história da Faculdade de Direito de São Paulo, na página oficial de internet⁵, a instituição era, desde

5 FACULDADE DE DIREITO, USP (s.d.):
http://www.direito.usp.br/faculdade/index_faculdade_historia_01.php

seus primórdios, “[...] pilar fundamental do Império, pois se destinava a formar governantes e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o país recém-emancipado”.

Fundada em 1827, já nasceu com uma biblioteca herdada dos frades franciscanos, que reuniram acervo por longos anos e depois o transformaram na primeira biblioteca pública de São Paulo, em 1825, antes mesmo da inauguração do curso que depois Apolinário frequentou. Com o apoio do império e da igreja, “a presença dos bacharéis” oriundos da academia “logo se fez sentir em todos os níveis da vida pública nacional, tanto nos quadros judiciários e legislativos como nos executivos”, registra o site da instituição:

Na fervilhante vida cultural que a Faculdade de Direito introduziu na pequena São Paulo do Século XIX, foi também gestado um sem-número de periódicos, peças teatrais, obras literárias e poéticas, que representam fundamentos da vida intelectual nacional, condensados nas figuras de Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela, poetas românticos cujos nomes, gravados em placas de mármore, há mais de um século encimam o portal de entrada da Faculdade (FACULDADE DE DIREITO, s.d.).

A Academia de Direito de S. Paulo era também considerada “o centro de irradiação do novo evangelho político” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 14), uma referência às ideias republicanas. A própria faculdade atribui a “estudantes ou egressos” de seus quadros, o pontapé inicial dos “principais movimentos políticos da História do Brasil, desde o Abolicionismo de Joaquim Nabuco, Pimenta Bueno e Perdigão Malheiro e do Movimento Republicano de Prudente de Moraes, Campos Salles e Bernardino de Campos”. Na área cultural, a instituição se orgulha de terem sido gestadas, entre suas paredes e salas de aula, manifestações artísticas como a poesia de Castro Alves, que levantaria a bandeira do abolicionismo no Brasil.

O retorno para a capital ocorreu antes do esperado, com a morte do pai em setembro daquele ano. Filho mais velho que era, coube a Apolinário a incumbência de garantir o sustento familiar – além dele, viviam na mesma casa a mãe, uma tia materna e dois irmãos, segundo Lothar Hessel registra na introdução ao *Popularium* (PORTO ALEGRE, 2004, p. 62). Apesar de manter, daí em diante, intensíssima atividade literária, Apolinário Porto Alegre nunca viverá de sua produção, mantendo-se com o ofício de professor e rejeitando sucessivas ofertas de cargos públicos que lhe foram feitas, com o propósito de manter-se independente de governos. No retorno, encontra a província em polvorosa: não bastassem as notícias surpreendentes de que fósseis de plantas do Rio Grande do Sul analisados em Londres apontavam para semelhanças com exemplares encontrados no continente africano, Porto Alegre convivia com a descoberta dos chocantes crimes da Rua do Arvoredo. Em 1865, ano em que Alencar publica *Iracema* e que Simões Lopes Neto vem ao mundo, seria formada a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) para dar início à guerra do Paraguai, o que

motiva, inclusive, a passagem do imperador D. Pedro II pela capital, em direção à fronteira para encontrar as tropas brasileiras. A obra *Brasilianas*, de Manuel de Araújo Porto Alegre, precursora nos temas do romantismo, índio, negro e folclore, já circulava no país desde 1863.

Apolinário começa a dar aulas: primeiro leciona em escolas já instituídas – a primeira é Dr. Ciro José Pedrosa (ANTUNES, 1944, p. 161), mas também deu aulas no colégio de José Ribeiro, pai de Hilário Ribeiro, a quem dedicou poesias e que foi seu parceiro no maior empreendimento educacional que enfrentou, o Instituto Brasileiro, já na segunda metade da década de 70. Em 1867, funda com o irmão Aquiles o Colégio Porto Alegre, o primeiro dos três estabelecimentos de ensino privado que vai criar ao longo da vida.

Paralelamente à carreira de professor, vai construindo seu caminho como escritor, crítico literário e principal agitador cultural da província. Embora produzisse domesticamente desde a pré-adolescência, os registros existentes apontam que começou a publicar em 1868, na recém-criada revista *Arcádia*. Editada na sua cidade natal, Rio Grande, desde 1867, circularia até 1870, dialogando com a futura *Revista do Partenon* (1869-1879), na qual Apolinário concentrará sua produção literária:

Sem dúvida esta última inspirou-se naquela, talvez pelo fato de terem circulado simultaneamente pelo período de um ano. É provável, ainda, que a semelhança destes dois periódicos se deva à figura de Apolinário Porto Alegre, já que este desenvolveu seu trabalho inicialmente junto à *Arcádia* e, depois, constituiu-se no nome principal da Sociedade Partenon Literário, onde exerceu grande influência na organização da *Revista* (SILVEIRA e BAUMGARTEN, 1980, p. 13).

Neste primeiro momento, sua produção artística – ou pelo menos a parte tornada pública – é voltada à poesia clássica, com forma rigorosa e escrita elevada. A temática é, de modo geral, romântica e retrata o desespero do poeta diante do amor impossível e da própria existência. Tome-se como exemplo, *Soneto*, publicado na revista *Arcádia*, de Rio Grande, em 1868:

Com o nascer da vida começam as dores,
E de entorno dos anos se aglomeram cardos!
E bem raso se torna a perfumar de nardos
Vivicantes bálsamos de belas flores.

De torturas constantes ferinos dardos
No coração se cravam e nos dão palores;
Porém... Quem mais padece? Quem mais perde as dores,
Neste mundo de lágrimas que os tristes bardos?

Poeta, deixa a barca nos parcéis correr
Deixa... naufrague embora! O que nos vale a vida!
Sem um sorriso de amor, e sem amor colher?

Nada... Arrastá-la sempre em ascética lida!
Ó antes nunca vira o arrebol nascer!
E mil vezes a morte que a descansar convida! (PORTO ALEGRE, 1980, p. 68).

Nos anos seguintes, o autor vai mesmo consolidar seu campo de atuação com obras dedicadas a retratar o Rio Grande do Sul, como em *O Monarca das Coxilhas* (conto, 1870), *O Vaqueano* (novela, 1872), *O Umbu e Curruíra* (poesias, 1873), *Tobias – Episódio da revolução* e *Gabila* (poesias, 1874), *O Crioulo do Pastoreio* (lenda, 1875) e *A Tapera* (romance, 1875).

1.2 - O Partenon Literário: anos iniciais (1868-1869)

O ano de 1868 mudou a cara e os ares da cidade de Porto Alegre. Um novo mapa da cidade mudara nomes de ruas consagradas e até a geografia da capital: a Rua da Praia passou a chamar-se Rua dos Andradas; foi também renomeada a Sete de Setembro, em homenagem à data da Independência; e a Riachuelo ganhou esse título em alusão à principal batalha da Guerra do Paraguai (1864-70), conflito ainda em andamento que inspirou também a criação da Rua Voluntários da Pátria.

A Rua Nova ainda não ganhara nova alcunha (em 1869, passaria a ser a General Andrade Neves), mas os moradores da via decidiram se cotizar para financiar a reforma do calçamento, enviando dinheiro para a administração municipal. Em uma dessas casas vivia Apolinário Porto Alegre, local de peregrinação de intelectuais cujos debates, ali feitos, logo se materializariam com a fundação do Partenon Literário – originalmente a sociedade se chamaria Ginásio Literário (SALDANHA, 2008, p. 20). As notícias das reuniões tinham espaço garantido no jornal *A Atualidade*, para o qual Apolinário já escrevia, mas ficou também registrada nas memórias de Aquiles Porto Alegre: “[...] em torno, então, de Apolinário Porto Alegre, reuniu-se um grupo de sonhadores, que iam escutá-lo como um oráculo. Em sua residência à rua Nova, hoje General Andrade Neves, esquina Travessa Itapiru, realizaram-se as sessões preparatórias para a fundação do Partenon” (SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 17).

Havia um precedente, a “filial” regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mantido desde os anos 1830 pela Coroa: o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, cuja trajetória durou de 1860 a 1864. O Partenon se beneficiaria da herança da instituição, mas a transformação que provocou a partir de 68 foi incomparável, perdurando inclusive muito mais tempo do que as duas décadas que duraram suas atividades.

A sessão inaugural, em 18 de junho de 1868, reuniu uma seleta plateia de professores, advogados, funcionários públicos e autoridades – como o próprio presidente da província,

Joaquim Vieira da Cunha – no coração de Porto Alegre. O discurso de instalação ficou registrado na revista *Arcádia* – a publicação própria do Partenon só começaria a circular em 1869. Coube a Apolinário tomar a palavra, demonstrando erudição, ânimo e fé na vitória das letras sobre a ignorância: “Confio em vós, ilustres membros do Partenon Literário, e na cidade de Porto Alegre, que deve orgulhar-se com as festas da inteligência”, exortou (PORTO ALEGRE, 1980, p. 52).

O argumento central da fala foi a história da humanidade e o seu progresso, que Apolinário percorreu desde o tempo em que os seres humanos viviam entre feras para chegar ao estágio “superior” daquele momento, quando o homem passou a ser “[...] um ente dotado de razão e liberdade desenvolvendo-se nos domínios do tempo e do espaço, caminhando sempre sob as leis imutáveis do progresso” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 49).

Para ilustrar essa caminhada, recorreu a figuras, movimentos e passagens da história da cultura universal que demonstram a profusão de referências que Apolinário reunia já aos 24 anos. Citou governantes e intelectuais de pelo menos cinco civilizações da antiguidade – Grécia, Egito, Pérsia, Israel e Império Romano, incluindo uma rainha –, lembrou expressões artísticas que tiveram lugar na Idade Média – época de “trevas e rudeza”, nas suas palavras – como o poema épico alemão *Nibelungen*, as “estrofes de Edas” da Escandinávia, o “cantar de Ossian nas colinas de Morvem e das grutas de Fiagal” (outro épico, dessa vez escocês) e teceu um elogio “aos sectários do Corão, servidores de Alah” cujo povo “esquecido nos confins do Oriente até então, tornou-se o intérprete do grandioso e belo” da humanidade, citando como exemplo “a majestade de Alhambra” – o castelo no sul da Espanha que foi a marca da expansão da civilização moura ao norte, marcada por grandiosas manifestações culturais (PORTO ALEGRE, 1980, p. 50).

Finalmente chegou ao tempo do rei iluminista francês Luis XVI, do papa Leão X – reconhecido por seu apoio às artes – e aos inventores Gutenberg (da imprensa), Senefelder (da técnica litográfica) e Flavio Gioia (que aperfeiçoou o compasso), e aos navegadores Vasco da Gama e Cristóvão Colombo. “Vós, senhores, assistindo a tão belo espetáculo, o movimento de ideias que se operam em toda a terra, não pudestes ficar indiferentes, também erguestes um monumento, que em tributo à civilização helena, teve o nome de Partenon Literário” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 51).

Em seguida, advertiu para as dificuldades de levar a cabo o empreendimento e pediu “paciência e tino” aos companheiros de jornada. De fato, Porto Alegre estava isolada tanto da capital do Império, o Rio de Janeiro, como da metrópole mais próxima, Buenos Aires, e sequer superava, em dinamismo cultural, cidades do interior como Bagé, Pelotas e Rio

Grande (CESAR, 2006, p. 326). Entre os 50 mil habitantes, 75% não sabia ler nem escrever. Não existiam livrarias, nem editoras, embora meia dúzia de jornais estivesse em circulação e os jornais anunciassem a venda de literatura em bazares da cidade (SILVEIRA, 2008, p. 41). “Terríveis ameaças e fúnebres vaticínios rodeiam-nos. Meçamos hoje os voos; embora curtos exprimirão muito no recinto de Porto Alegre; e amanhã se mais agradáveis forem os auspícios, será o momento de assoberbarmos as nuvens do céu” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 52).

Encerrou seu discurso alertando para “duas esfinges execrandas, medonhas, pálidas, macilentas de enormes garras” que estariam à espreita para derrubar o Partenon, “eternamente vigilantes, uma sem consciência, a outra sem remorso”: “o fanatismo industrial” e “o fanatismo político”, “figadais inimigas dos trabalhos e santos adejos do espírito” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 52). Mas, em seguida, demonstra seu otimismo:

[...] não morrerá a ideia civilizadora! Confio em vós, nova geração de obreiros do progresso, mocidade estudiosa do Rio Grande do Sul que erguestes um lábaro - símbolo de amor e entusiasmo às letras no meio do indiferentismo que gela as crenças, apaga as aspirações de fogo e quebra as asas diamantinas do gênio (PORTO ALEGRE, 1980, p. 52).

Apolinário conduziu a solenidade de fundação do Partenon Literário quando ainda não tinha completado 24 anos. A maioria dos sócios fundadores eram jovens adultos com idades entre 21 e 32 anos – a exceção era Caldre Fião, que já beirava os 50 e foi eleito presidente honorário da instituição. A nominata era francamente masculina, mas houve espaço para a participação feminina desde o início, conforme revelou, em entrevista⁶, a historiadora Hilda Flores: “Entre os 138 sócios registrados, contamos seis mulheres”, explica.

Embora pequena, essa abertura representava um avanço que orgulhava Apolinário. Ele apoiava a integração das mulheres na vida cultural, que levariam mais conteúdo à formação dos futuros líderes gaúchos, criados em seus anos iniciais pelas mães, em casa. Ainda assim, deixou registrada sua admiração pelas pioneiras da defesa da participação feminina em prefácio ao livro *Rio Grande Independente*, de Alcides Maya, publicado em 1898:

[...] basta lembrar que em organizações femininas, consagradas à cultura da arte, temos tido maior soma que qualquer dos outros estados. Como representantes do período clássico, entre outras nomearemos: Eurídice Barandas e Delfina, a cega, que publicaram livros; do período romântico: Rita Barém, Amália Figueroa, Julieta de Mello, Candida Fortes, e nos últimos tempos Anna Aurora do Amaral Lisbôa, que ocupa lugar proeminente no magistério, na poesia e na arte dramática. [...] Não devo olvidar nesta enumeração o nome de Luciana de Abreu, que além de ser uma das mais distintas professoras da capital, na tribuna das conferências colheu copiosa messe de amarantos para a coroa de sua imortalidade (MAYA, 1898, p. 9-10).

De qualquer maneira, o espaço foi aproveitado pelas mulheres partenonistas. Luciana de Abreu, na tribuna, provocava seus colegas para que fossem mais longe na defesa dos

direitos femininos e explicitava seu desejo – e o de muitas outras mulheres – em poder frequentar cursos superiores e até ter uma profissão.

A Sociedade Partenon Literário foi central para o Rio Grande do Sul. Ao longo de quase 20 anos, conduziria o pensamento da então província, publicando regularmente literatura local, promovendo saraus e conferências públicas regulares, alfabetizando pobres e trabalhadores, organizando uma biblioteca gigantesca e o que deve ter sido o primeiro museu de história natural em solo gaúcho. A ideia de unir entretenimento e educação para os porto-alegrenses na mesma instituição foi de Apolinário Porto Alegre, convicto de que era o melhor caminho para “reformatar o gênero humano”, conforme deixou escrito em carta, registrada por Moacyr Flores no perfil⁷ que escreveu do autor na página da Academia Rio-Grandense de Letras.

Apesar disso, nunca conseguiu construir a sede própria. Foram feitas duas tentativas, sem sucesso, uma em 1873 e outra em 1884 – a primeira delas é a que dá origem ao atual bairro Partenon. O grupo chegou a fazer o lançamento da pedra fundamental, em uma ensolarada manhã dominical de novembro, com festa, música, distribuição de brindes e discursos. O local escolhido, no alto do morro, sediaria um templo do conhecimento em Porto Alegre, irradiando para a cidade esses bons ares. Não foram encontrados registros desse projeto, mas, pelo texto da proposta arquitetônica licitada publicamente na segunda tentativa de construção de sede, em 1884, não é difícil imaginar que Apolinário e seus companheiros quisessem realmente reproduzir Atenas na capital: “a fachada principal aproximar-se-á, tanto quanto for possível, da do templo de Minerva (Partenon de Atenas)”, embora houvesse liberação para que ao invés de colunas dóricas, pudessem ser construídas inspiradas nas ordens “coríntia ou compósita” (HESSEL, 1976, p. 185-187).

Ao redor desse edifício, uma vila paradisíaca seria a cidade dos artistas, segundo registram os fascículos da *História Ilustrada de Porto Alegre*, (BONES, 1997, p. 104): “[...] O tal templo nunca subiu além da pedra fundamental, mas o proprietário – em parte graças à divulgação que o jornal *A Reforma* fazia das atividades dos intelectuais – vendeu boa parte do novo loteamento”.

Mas, diante da falência de ambas iniciativas, o Partenon encerraria seus dias vagando onde houvesse espaço e solidariedade. Segundo Silveira e Baumgarten (1980, p. 17), funcionou na sede da Sociedade Firmeza e Esperança, localizada na antiga Rua de Bragança (atual Marechal Floriano), entre a Riachuelo e a atual Salgado Filho. Em seu discurso na

7 FLORES, Moacyr. Apolinário Porto Alegre. Texto no link
 <<http://www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=patronos&page=apolinario-porto-alegre>>

sessão solene que homenageou o centenário de fundação da entidade, E. Rodrigues Till aponta que esteve também instalado “em prédio fronteiro à Praça da Matriz, então Praça D. Pedro II”. O texto foi anexado ao livro *O Partenon Literário e sua obra*, organizado por Lothar Hessel (1997, p. 184).

Líder do grupo, Apolinário Porto Alegre chegou a ser convidado a assumir a presidência da entidade logo depois de sua fundação. “Recusei as atribuições, com renitência”, declara, em carta enviada à diretoria em 1872 e reproduzida por Augusto Daisson em *À margem de alguns brasileirismos* (1925, p. 112). Ainda assim, colaborou profundamente na organização da sociedade, protagonizando a campanha para a formação da biblioteca do Partenon, que chegou a ter seis mil volumes de acordo com historiadores e cujo acesso foi franqueado a todo e qualquer cidadão, sem exceção de gênero ou de classe social. Para bancar a aquisição de acervo, o drama de sua lavra *Cam e Jafé* foi levado ao palco do Theatro São Pedro como parte de uma campanha pública para arrecadar fundos para a obra livresca – no futuro, ele voltaria ao expediente também para arrecadar dinheiro usado na compra de alforria de escravos.

1.2.1 *Revista mensal*

Nas décadas de 1860 e 70, os conflitos além das fronteiras sul-brasileiras favoreceram o charque gaúcho e a produção agrícola dos colonos alemães, contribuindo com o desenvolvimento da província (BONES, 1997, p. 180-181). O vizinho Uruguai estava imerso em uma guerra civil⁸, o que trouxe vantagens inéditas aos produtores de carne do Rio Grande do Sul, cuja concorrência dos *saladeros* era difícil de combater, pois trabalhavam com mão de obra assalariada ao invés de escravos e contavam com subsídios governamentais. Já os hortifrutigranjeiros, provenientes das chácaras de imigrantes germânicos, abasteceram regularmente as tropas combatentes da Guerra do Paraguai (1864-70), estacionadas no Rio Grande do Sul.

A guerra trouxe o imperador Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul. Estando a caminho de Uruguaiana, em 1865, para levar o apoio real aos soldados brasileiros que lutavam pela tríplice aliança, fez escala em Porto Alegre, onde foi recebido com celebrações e saraus culturais. Em uma dessas festas, se impressionou com o talento e a desenvoltura do jovem Carlos Ferreira, então com 19 anos, que lhe declamou versos de sua autoria. Segundo conta Guilhermino Cesar (2006, p. 228), “o imperador tomou-o sob sua proteção” e ele foi “feito

⁸ Iniciada por Venancio Flores, do Partido Blanco, em 1863, que dará ensejo à Guerra do Paraguai.

pensionista da bolsa particular do monarca”, partindo para São Paulo e seguindo até o Rio de Janeiro, onde mais tarde se independizaria da ajuda real.

Os versos de Carlos Ferreira louvavam esforços brasileiros na campanha paraguaia, o que teria convencido o monarca: “Empenhada numa ingrata luta externa, a Nação pedia ênfase, ainda que escrita”, complementa o historiador (CESAR, 2006, p. 229).

A corte era o destino natural dos gaúchos que desejavam algum protagonismo nas letras. No Rio Grande do Sul, mesmo com a inauguração do Partenon Literário, os espaços para a publicação de versos ou narrativas eram escassos. Não havia editoras, a primeira livraria da capital – a Americana – só viria a abrir suas portas na esquina da Rua da Praia com a Ladeira em 1875. Antes disso, era preciso garimpar obras em vendas de secos e molhados, que anunciavam um ou outro título nos jornais.

No livro *Literatura gaúcha*, Regina Zilberman expõe “a precariedade e instabilidade da vida cultural do Rio Grande do Sul, mesmo na capital, já ao término do século passado (XIX)”, onde o escritor precisava “ir em busca de seu leitor, vendendo diretamente o produto de seu trabalho intelectual” (ZILBERMAN, 1985, p. 13).

A imprensa era vigorosa desde os tempos da sublevação farrapa, mas, nas páginas dos jornais, dominadas pelo debate político, sobrava pouco para a literatura. A revista *Arcádia*, em circulação desde 1867, e os teatros em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre eram os maiores espaços para a arte.

Por isso, houve muita celebração pelo lançamento da *Revista Mensal do Partenon Literário*. O primeiro número circulou em março de 1869 e ela se manteria ativa durante toda a década seguinte, com algumas interrupções, sendo distribuída em 25 cidades do Rio Grande do Sul (SILVEIRA, 2008, p. 71).

O exemplar pioneiro trazia um texto reiterando os propósitos da empreitada partenonista e saudando o novo veículo. Não está assinado, mas foi escrito por Apolinário, conforme registra Pedro Leite Villas-Boas, num levantamento feito para o livro *O Partenon Literário e sua obra*: “Cada número era organizado por um redator do mês, cabendo essa tarefa de honra, na primeira edição, a Apolinário Porto Alegre” (VILLAS-BOAS, 1976, p. 87). No artigo, Apolinário noticia as ações do primeiro ano da entidade e já antecipa passos que virão em seguida, como a abertura de uma escola gratuita:

[...] o Partenon criou uma tribuna, para a pugna oratória; uma biblioteca, onde reunirá as obras mais importantes relativas à grandiosa trindade de seus estudos; filosofia, história e literatura; aulas noturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades ao granjeio da ciência; e afinal uma revista tão necessária, como as outras criações (PORTO ALEGRE, 1980, p. 47).

O texto justifica essa necessidade: a imprensa e o parlamento – “as duas majestosas manifestações da liberdade e do pensamento” – eram “arenas restritas” para a intelectualidade, por estarem dominadas pelo debate político cotidiano – no caso das tribunas – e comprometidas com “interesses do comércio e da indústria”, no dos jornais. Apolinário completa seu raciocínio explicando que o novo impresso “irá ao longe levar os frutos de seus talentos e labutações” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 46).

Apesar de seu discurso sobre separar política da arte, é justamente a partir da *Revista do Partenon Literário* que a produção narrativa de Apolinário Porto Alegre começa a se misturar com os ideais que ele defendia, a abolição da escravidão e o republicanismo – o que indica que possivelmente ele não encarasse essa militância como atividade partidária (diríamos hoje nesses termos), mas sim como uma tarefa que ao mesmo tempo servisse à educação moral dos indivíduos e à formação identitária do país e do Rio Grande do Sul, em que ele tanto se empenhou ao longo da vida. Além do mais, na corte, Castro Alves já estava declamando os versos abolicionistas de *Navio Negreiro*⁹, iniciando um movimento de pressão pela libertação que só cresceria até que fosse assinada a Lei Áurea em 1888.

Em sintonia com a temática, Apolinário aproveita a primeira edição da *Revista do Partenon Literário* para se aventurar no primeiro romance histórico, *Os Palmares*, que retrata o quilombo mais conhecido do Brasil, fundado no século XVII no interior de Alagoas e liderado pelo casal Zumbi e Dandara. Na narrativa, ele não apenas registra sua insatisfação com a escravidão, como apresenta Palmares como um núcleo republicano dentro do sistema ainda colonial. A publicação prosseguiu nos números seguintes, mas foi interrompida no capítulo 7, na nona edição da revista – como muitos outros textos de Apolinário, nunca foi concluído.

Mas, nesse mesmo volume 1 da revista, o autor dá uma guinada completamente diversa em *Mandinga*, narrativa curta que se passa em na área rural de Porto Alegre e enfoca trabalhadores assalariados na moenda da mandioca. Apolinário também inova ao apresentar um tema da superstição popular, colocando como protagonista de seu conto, o diabo, que se apresenta para passar a noite junto com os peões. Embora menos ambicioso que *Palmares* – tanto pelo tamanho, como pelo assunto mais provinciano – o conto recebeu elogios determinantes para os rumos literários do autor, como ele mesmo deixou registrado em

9 Em 1870, o poema foi reproduzido na íntegra nas páginas da Revista Arcádia, que tinha posicionamento progressista na temática da servidão segundo Mauro Póvoas (2006, p. 9-10).

depoimento reproduzido por Guilhermino Cesar (2006, p. 218): “Felipe Néri disse de *Mandinga*: É o engaste de ouro da revista. Essa palavra decidiu de minha vocação literária”.

O conto, de fato, apresenta uma característica que marcará a produção de Apolinário Porto Alegre: a preocupação em retratar a gente simples do Rio Grande do Sul, tanto sua rotina, seu vocabulário e o repertório de credices, lendas e canções que essa parte da população propagava, então, de forma exclusivamente oral. Os elementos para a construção de personagens, cenários e hábitos ele obtém através da observação direta do meio, conforme deixa registrado em seus apontamentos e no de discípulos e amigos que o acompanharam.

O Morro Santana, onde se passam as cenas de *Mandinga*, será um de seus locais preferidos para a pesquisa. Tanto que é lá que Apolinário vai se refugiar no fim da vida, quando o confronto com Julio de Castilhos se acirra e amplia a angústia causada pelas mortes da esposa e de sua primogênita. A Casa Branca, que se tornará sua moradia então, também emprestará alcunha para Apolinário, que será conhecido como o mestre ou, até mesmo, como o solitário da Casa Branca.

Quase dez quilômetros separam o local onde estava a construção (derrubada nos anos 70, do século XX, para evitar sua inclusão no rol de imóveis protegidos pelo patrimônio histórico em Porto Alegre¹⁰) e a Praça da Matriz (Marechal Deodoro), no centro da capital. Hoje, é local bastante acessível, mas, na época de Apolinário, qualquer coisa que passasse os limites da Santa Casa era considerado “fora da cidade”. Para chegar até lá era preciso tomar uma condução particular porque ainda não existiam bondes – a Carris inauguraria seu serviço de tração animal somente em 1873, e com linhas reduzidas. O que buscava Apolinário nesse local? Ele revela em um texto de 1896:

[...] a região montanhosa da Casa Branca ou Morro de Sant’Anna, outrora Rincão de S. Francisco, é uma mina para quem observa e estuda. Para mim, o minério tem sido de uma veia riquíssima; na ganga grosseira encontrei afortunadamente gemas preciosas e de um valor inestimável; em depósitos cretáceos, descobri fósseis de linguagem quinhentista e açoriana (DAISSON, 1925, p. III).

Não era de paleontologia que ele estava falando – embora esse também fosse um assunto de seu interesse. Mas de palavras: “Quase nada se encontra nos dicionários”, completa, fazendo uma crítica aos que então existiam, e que considerava “atrasados em quase um século em assuntos glossológicos” (DAISSON, 1925, p. III). O mestre procurava, sobretudo, registrar a fala popular – material que ele vai incluir na sua literatura e que terá grande efeito no futuro:

A população dos arredores [da Casa Branca] era, nessa época, quase toda analfabeta e descendia, na maior parte, de açorianos com guaranis e raros africanos. Era entre essa gente simples e boa que Apolinário Porto Alegre fazia farta colheita de palavras, para ele, ainda desconhecidas (DAISSON, 1925, p. 32).

10 Sobre esse debate, ver o livro de João Alexandre Corrêa e Juliano Doberstein, *Memória em ruínas: a Casa Branca do Morro Santana* (Porto Alegre, 2005).

Diante do que considerou uma falha nos dicionários, Apolinário começou, ele mesmo, a publicar esses termos encontrados nas pesquisas de campo. Em 1870, ele publica *Dialetto Nacional* – quem registra o fato é o discípulo Augusto Daisson, que, entretanto, não dá detalhe do veículo da publicação, apenas compara os achados de Apolinário com o de linguistas consagrados do momento. O fragmento, possivelmente, circulou em algum jornal da época.

Desde então, Apolinário não mais abandonaria esse filão de pesquisa, tornando-se um “filólogo improvisado”, como qualificaria Guilhermino Cesar (2006, p. 220). A tarefa mobilizou Apolinário até seus anos finais, embora o conjunto de sua obra nesta seara tenha tardado um século em ser publicada, fato que causava surpresa ao seu discípulo Augusto Daisson, que lamentou o ineditismo de seu material ainda em 1925: “Apolinário não os destruiu, evidentemente. Não podia consumir um trabalho de trinta anos, pois o começou em 1870 e terminou em 1900, fazendo do mesmo especiais recomendações a seus filhos” (DAISSON, 1925, p. 15).

A curiosidade pelo assunto, entretanto, era ainda mais antiga. Dataria de, pelo menos, 1866, quando Apolinário tinha 22 anos, e teria surgido em uma ocasião em que acompanhava o trabalho de moer e prensar a mandioca até que se transformasse em farinha – atividade artesanal cujas etapas estão descritas em *Mandinga*. O autor não deixou anotado o local dos fatos, mas é possível presumir que já frequentasse a área da Casa Branca nessa época. Aconteceu assim:

[...] numa faina de farinhada, um peão, ruscando com outro que apertava os tipitins na prensa, teve forte pendência em que me foi preciso intervir. Dizia-me ele no auge da cólera: - Veiu-me com pabulagens de pongó, ou caborteiro, umas coisas de bambaé... Ante a parlenda do meu patrício, que durante um bom quarto de hora, esbofou uma linguagem completamente alheia para mim, fiquei estatelado. Sem dúvida, tinha que recomeçar os meus estudos, refazê-los desde a cumeira até aos alicerces. Eu nada sabia, e ele, o rude agricultor e campeiro era mais digno da América do que eu. Era ele brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci, onde vivia e respirava, apesar de conhecer várias línguas, história, filosofia e quejandas matérias (DAISSON, 1925, p. 59-60).

Augusto Daisson, que foi seu aluno e discípulo, contextualiza os fatos:

[...] era já então professor de português e, conforme ele mesmo afirma, julgava-se senhor do idioma que se fala no Brasil e em Portugal. Possuía a gramática de Lobato e a de Soares Barbosa, assim como um ou dois jogos de dicionários. Lera a Crônica da Guiné, de Azurara, As ordenações do reino, as Décadas, de João de Barros, as Cartas do Padre Vieira, Os ciúmes do bardo, de Castilhos, e muitas outras. Entretanto, se naquele ano lhe perguntassem porque o nosso povo diminuiu a influência do verbo falar, do latim *fabulare*, para ir buscar pabular, que como o francês *parler* e o italiano *parlare*, ficaria mudo e quieto, sem poder responder (DAISSON, 1925, p. 58-59).

O seguidor registra ainda a resposta, irônica, do mestre da Casa Branca: “Inquiria quem quisesse das causas pelas quais uma gente rude e ignorante se meteu com uma respeitável língua morta” (DAISSON, 1925, p. 59).

Seja como for, o episódio despertou, em Apolinário, a curiosidade pelo léxico popular, que o levou a estudar as origens desse vocabulário, de onde enveredou para a coleta de tudo o que estivesse relacionado com a cultura dessa parcela da população – fossem nomes populares de plantas ou animais, uso de vestimentas, cantigas de roda ou superstições. Percebeu que o assunto interessava à sua preocupação identitária – que era, de forma geral, também tema de debates de escritores na corte, como deixou registrado Machado de Assis em seu *Instinto de Nacionalidade*, em 1873:

Para o meu país não lhe queria só a emancipação política; almejava-lhe mais, desde então, a independência literária e científica. Desde essa época tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa, só aproveitaria o saber e os métodos. Eis porque me iniciei no tupi-guarani, no quéchua, no caraíba e no bantú (DAISSON, 1925, p. 60).

Em *Pelo Futuro*, outro discípulo que se tornou também amigo do mestre, Alcides Maya registra as reflexões de Apolinário Porto Alegre sobre o assunto: “quem estuda a língua dum povo, estuda a sua história” (MAYA, 1897, p. 74). Daisson acrescenta que ele “sempre dizia aos seus alunos”: “só do nosso país é que poderia sair um léxico que correspondesse à sua marcha evolutiva e aos avanços da ciência neste ramo” (DAISSON, 1925, p. 19).

1.3 - Primavera de Apolinário: gauchesca e os primeiros livros (1870-1875)

A virada dos anos 60 para os 70 representou uma primavera para Apolinário Porto Alegre. Seus projetos floresciam: “Porto Alegre vibrava com os saraus, as representações teatrais e a revista do Partenon”, registra Gilhermino Cesar (2006, p. 153). O interesse pela forma de expressão popular, mantido desde 1866, se transformava, por um lado, em material literário de sucesso e, por outro, em filão de estudo que o fazia célebre: quando escreveu longo artigo em homenagem a Apolinário, no dia seguinte à sua morte, em março de 1904, no jornal *O País*, Alcides Maya disse que o falecimento privava “o Rio Grande do Sul de seu único cientista”, remetendo a essas pesquisas. Segundo registra Marlene Medaglia Almeida em estudo sobre Alcides Maya, o material de Apolinário, traduzido por Carlos von Koseritz,

foi enviado a revistas e congressos científicos na Alemanha e assim firmaram “sua reputação fora dos círculos provincianos” (ALMEIDA, 1994, p. 31), escreve, citando Maya.

Também seria o momento em que as preocupações identitárias de Apolinário produziram a trinca de elementos que se infiltrariam – sem volta atrás – tanto por sua obra como em sua própria biografia: o gaúcho, os farrapos, o republicanismo. Em 1870, Apolinário já era reconhecidamente um militante da República. Ao mesmo tempo em que conduzia os trabalhos para a fundação do Partenon Literário, em 1868, ele fundara o Clube 20 de Setembro, o primeiro dedicado a defender publicamente o regime na província. Por isso seu grupo, “que madrugara na propaganda republicana, recebeu o manifesto de 70 com natural alvoroço e entusiasmo” (CESAR, 2006, p. 198). Guilhermino se refere ao Manifesto Republicano de 1870, publicado em 3 de dezembro daquele ano, no Rio de Janeiro, o marco do início da mobilização antimonárquica no Brasil.

O nome do clube criado por Apolinário revela a vinculação que ele engendrou entre a guerrilha separatista do Rio Grande do Sul e as mudanças que desejava para o Brasil. Entre uma coisa e outra estaria o povo gaúcho, a quem o autor atribuiu vinculação histórica com o republicanismo, explorando a Revolução Farroupilha como fundadora do caráter dos habitantes do sul brasileiro. Ao resgatar o legado dos farrapos como propaganda da República a partir da índole revolucionária e contestatória dos guerreiros farroupilhas, Apolinário Porto Alegre lançou as bases de uma construção histórica que seria feita ao longo do tempo e cujo resultado foi a mitificação do período que, até hoje, segue em voga no Rio Grande do Sul¹¹.

O gaúcho, os farrapos e o republicanismo passariam, daí em diante, a ser tema frequente de suas manifestações literárias, fossem elas poesias, romances ou contos. Mas essa relação transbordaria da ficção para a vida de Apolinário Porto Alegre, ou vice-versa. Assim, por exemplo, a Casa Branca onde ele se autoexilou ao fim da vida não era apenas um prédio qualquer em uma área na qual o escritor gostava de pesquisar costumes e vocabulário da gente simples de Porto Alegre. O edifício que escolheu para ser sua morada fora quartel-general dos farrapos durante o cerco a Porto Alegre, nos primeiros anos da Revolução Farroupilha, e, nessa condição, aparecerá representado em cenas de suas histórias, como é o caso de *A faca de um valeiro*, publicado ainda em 1869.

Em 1870, Apolinário decide ambientar na região missioneira o conto *O Monarca das Coxilhas*. A historieta cômica saiu na revista *Murmúrios do Gualba*, que tinha agregado um grupo dissidente do Partenon Literário¹². É um momento delicado para o mestre da Casa

11 A análise é do historiador Sérgio da Costa Franco, em entrevista a esta jornalista, em 2016.

12 Mauro Póvoas desconfia que a origem da revista tenha sido um rompimento com o Partenon, conforme indicado por autores como Guilhermino Cesar, Maria Eunice Moreira e Carlos Alexandre Baumgarten (2009, p. 7).

Branca, que permaneceu na sociedade original, inclusive assumindo a presidência no ano seguinte, período que ficou marcado pela primeira interrupção de circulação da revista do Partenon – fato que voltaria a ocorrer outras vezes ao longo da década. Nas palavras do escritor: “o mais triste período [do Partenon], a quadra mais despida e desoladora em seus anais. E o que mais sinto é que venha apadrinhada com meu nome” (DAISSON, 1925, p. 112).

É a nota de amargura em um momento profícuo de Apolinário, que ele atribuiu ao “indiferentismo” dos sócios no momento, “a afonia devida aos óbices encontrados no caminho”. “Fui infeliz, achei-me isolado de amigos e companheiros; e se é plausível a expressão – fui traído, porque foram eles que me impuseram a aceitação da presidência”, desabafou o escritor (DAISSON, 1925, p. 113) em carta à entidade, datada de 1872.

Com a interrupção da revista do Partenon Literário, que só voltaria a circular em 1872, Apolinário não hesitou em aproveitar o espaço dado pelo amigo José Bernardino dos Santos, diretor de *Murmúrios do Guaíba*¹³ para lançar *O Monarca das Coxilhas*. A narrativa curta tem um tom debochado porque enfoca as diferenças culturais entre a gente da cidade e a do campo, mas, apesar da graça, o protagonista Sancho Escafuza reúne em si valores e costumes que, mais tarde, serão convencionados como os pilares da literatura de identidade do Rio Grande do Sul, chamada regionalista por vários autores. Assim o apresenta ao leitor, Apolinário Porto Alegre:

Sancho Escafuza era um verdadeiro monarca. Ninguém montava como ele. E demais monarca das coxilhas, o que significa não só o perfeito e garboso cavaleiro, mas o janota do pampa, que traça o pala de vicunha com inimitável faceirice sobre os ombros e traz o pingo coberto de pratas e fina lonca (PORTO ALEGRE, 1982, p. 112).

Além disso, Escafuza é trabalhador dos ervatais, onde é “empregado com as duas irmãs e um escravo na safra do mate”, é chamado de filho por uma “africana velha” que fora sua mucama, vive num pequeno rancho “de telha vã, chão de argila e paredes de taipa” e diante de uma oferta do destino, de viver de rendas na cidade (Rio Grande), prefere retornar aos pagos “para sempre”, conforme assegura em sua última fala no texto (PORTO ALEGRE, 1982).

É o protótipo do guasca que será consagrado na literatura do Rio Grande do Sul, na qual “aposta-se alto sempre, no primitivismo de seu caráter e da sua psicologia, sem, no entanto, esquecer de desenhá-lo como corajoso, solitário, errante, em permanente disponibilidade sentimental”, descreve Mauro Póvoas, em estudo sobre Guilhermino Cesar

(PÓVOAS, 2016, p. 266). Perfil que, naquele mesmo 1870, seria também explorado com sucesso por autor de fora da província, José de Alencar, no livro *O Gaúcho*:

Pelo traje se reconhecia o gaúcho. O ponche de pano azul forrado de pelúcia escarlate caía-lhe dos ombros. A aba revirada sobre a espádua direita mostrava a cinta onde se cruzavam a longa faca de ponta e o amolador em forma de lima. [...] Era cor de laranja o chiripá de lã enrolado nos quadris, em volta das bragas escuras que desciam pouco além do joelho. Trazia botas inteiriças de potrilho, rugadas sobre o peito do pé e ornadas com as grossas chilenas de prata. [...] O morzelo, cavalo grande e fogoso, não tinha bonita estampa. Vinha arreado à gaúcha; as rédeas e o fiador mostravam guarnições de prata; eram do mesmo metal os bocais dos estribos à picaria e o cabo do rebenque de guasca, preso ao punho da mão direita (ALENCAR, 1998, p. 4).

A versão cearense do tipo rio-grandense dividiu os escritores locais – alguns fizeram críticas ao que seria uma espécie de enciclopedismo de Alencar, que não conhecia o Rio Grande do Sul e escreveu a obra baseado em relatos. Alcides Maya, discípulo e amigo de Apolinário, prefere Sancho Escafuza a Manuel Canho: “é mais vivo, mais real, mais inolvidável que o gaúcho de Alencar, esse ser fantástico, criação mórbida de um espírito doente” (MAYA, 1897, p. 72).

Se não ficou a salvo das críticas, o livro de Alencar foi importante para a geração de Apolinário, e o autor cearense adquiriu centralidade entre os escritores do sul que se mediam e se inspiravam tanto por sua obra como pelo engajamento na construção da literatura de identidade nacional. Conforme nota a estudiosa da literatura do Rio Grande do Sul Regina Zilberman:

[...] é difícil saber se foi Alencar quem os levou a descobrir o gaúcho enquanto personagem digna de figurar na literatura que pretendiam implantar ou se foi o conhecimento do gaúcho que os fez ler Alencar como um mestre perante o qual adotavam uma atitude contraditória, onde há simultaneamente desconfiança e fé. (ZILBERMAN, 1985, p. 23)

Tanto foi assim que dois anos depois de *O Gaúcho*, Apolinário Porto Alegre apresenta, na já renascida revista do Partenon Literário, *O Vaqueano*, “uma novela [feita] para corrigir as imperfeições (substituindo-as, às vezes, por outras), de *O gaúcho*” (ZILBERMAN, 1985, p. 23). É a obra que vai entrar para a história como o primeiro romance regionalista do Rio Grande do Sul.

Publicada ao longo de seis números do mensário, *O Vaqueano* tem como protagonista José de Avençal, personagem que dá título à obra pela “perícia e inteligência com que guiava os exércitos da República” pelos caminhos do Rio Grande (PORTO ALEGRE, 1875, p. 12).

O pano de fundo da obra é a Revolução Farroupilha de 1835, mais especificamente o episódio da tomada de Laguna, quando os farrapos levaram dois lanchões por terra até a província vizinha, para evadir o exército imperial que montava guarda nos portos gaúchos. A missão de Avençal é conduzir em segurança as tropas lideradas por Guiseppe Garibaldi e

Davi Canabarro em pleno inverno no sul – mas o vaqueano precisará lidar com traumas do passado e amores perdidos no meio da aventura.

A decisão de colocar em cena a Revolução Farrroupilha e retratar seus principais líderes foi uma ousadia. Naquele momento, ainda vigorava uma censura imposta pela monarquia brasileira sobre o conflito: “O império proibiu de escrever qualquer coisa sobre a revolução”, revela o historiador Moacyr Flores, em entrevista à *Revista JÁ*. “O Apolinário Porto Alegre é quem vai resgatar os Farrapos”, completa, rompendo com essa prática. Nem a morte de Bento Gonçalves, em 1847, tinha ficado imune, sendo praticamente ignorada nos jornais da época.

Os romances de Caldre Fião não entram na conta, nem as poesias de Delfina, a cega, ou de Ana de Barandas, porque suas obras foram críticas aos farrapos. Depois de Apolinário, o primeiro autor a romancear a guerra foi Luís Alves Leite de Oliveira Belo Filho, cujo volume *O Farrapos* sai em 1877 – e no Rio de Janeiro. Talvez tenha sido a dificuldade de romper com o silêncio imposto pela coroa que tenha levado Apolinário Porto Alegre a esperar três anos para mostrar sua obra ao público. Pelo menos, é o que indica a anotação antes da palavra FIM na versão publicada em 1927 pela Editora Globo, que diz: Porto Alegre, 1869.

Outro trunfo de Apolinário com *O Vaqueano* é a sincronia com o que se passava do outro lado da fronteira: a novela de Apolinário começa a ser publicada em julho de 1872 e, em novembro do mesmo ano, na Argentina, José Hernández publica a primeira parte de seu *Martín Fierro*, uma das obras centrais na literatura platina. Em comum com *O Vaqueano*, além do ano, a figura do gaúcho humilde, envolvido em guerras e vagando pelo território em busca da liberdade e da justiça. Também, os dois livros apresentam vocabulário específico da região, caracterizando personagens e ambientes também por meio da linguagem – elemento que, para Apolinário Porto Alegre, era a marca da expressão de toda a particularidade do mundo do Rio Grande do Sul, conforme se depreende de depoimento registrado por Alcides Maya:

[...] foi na estância, que o Rio Grande do Sul teve o berço. Embalou-se aí e, viril, glorioso, imortal, engastou-se na constelação de Santa Cruz, com costumes, trajes e riquezas vernáculas, exclusivamente suas, que dão mais vigor a frase, mais colorido às imagens, mais opulência ao luso idioma: ora preenchendo uma lacuna, ora substituindo um termo por outro mais fiel; indo buscá-los na linguagem do guarani, do cafre ou quíchua, em radicais do próprio português, enfim, por toda a parte onde podia achar uma voz que correspondesse aos seus sentimentos íntimos, à grandeza de suas aspirações, às necessidades de seu pensamento (MAYA, 1897, p. 70-71).

Na seara educativa, a chegada da nova década também traria novidades para Apolinário Porto Alegre. Em seis anos, ele fundaria duas escolas particulares de ensino republicano na capital do Rio Grande do Sul, e ainda participaria da importante criação das

aulas noturnas gratuitas do Partenon Literário. Uma das iniciativas apareceu já em 1870: o Colégio Rio-Grandense, fundado ao lado do irmão Apeles Porto Alegre e do amigo Vasco de Araujo e Silva.

A Guerra do Paraguai havia terminado e a capital se expandia tanto em direção à Cidade Baixa como ao Menino Deus, onde a fundação de uma capelinha gerou um pequeno núcleo urbano que atraía as atenções especialmente durante as festas da igreja. Para chegar até lá,

[...] viajava-se de barco, desde o trapiche no Centro até o que ficava no Menino Deus, na atual Avenida José de Alencar. Ou em então de carro de tração animal pela estrada da Várzea, seguindo depois pela Avenida Princesa Isabel (Getúlio Vargas). O terceiro caminho era pela bucólica Praia de Belas, depois de atravessar a ponte de pedra, seguindo pela beira do Guaíba, sombreada por verdes chorões (FLORES, s.d.).

Apesar da ampliação da cidade para novos bairros, Apolinário instalou o Colégio Rio-Grandense em endereço tradicional. “Funcionou, por muito tempo, à Rua Duque de Caxias, defronte à Praça Conde de Porto Alegre; em sua fase final, já no século XX, mudou-se para a Rua Sarmento Leite” (FRANCO, 1988, p. 328).

Embora o historiador Sérgio da Costa tenha registrado o endereço e o tempo de funcionamento da escola, há informações diferentes. Um perfil publicado no suplemento literário de *A Manhã*, jornal do Rio de Janeiro, em setembro de 1944, afirma que segundo Múcio Teixeira, “o Instituto Brasileiro é o mesmo Colégio Rio-Grandense, que apenas teria mudado de nome” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 15)

Mas a informação não parece proceder. O Instituto Brasileiro, fundado em 1876 por Apolinário, representou a vanguarda da educação na província. Funcionou, sabidamente, no Caminho do Meio, atual Protásio Alves e teve duração menor do que o Colégio Rio-Grandense, que seguiu funcionando, sob direção de Apeles Porto Alegre, até 1891.

Passados dois anos do empreendimento, Apolinário colocará mãos à obra prometida pelo Partenon Literário, auxiliando nos esforços de criação da escola gratuita e de caráter popular. Em 1872, existiam apenas 104 professores em Porto Alegre (SILVEIRA, 2008, p. 49) e 76% da população era analfabeta – a precariedade era tanta que até o projeto de reforma da educação pública proposto nesse ano pelo inspetor José Bernardino da Cunha Bittencourt tinha graves erros de redação (SILVEIRA, 2008, p. 60). Em toda a província, eram 305 escolas, frequentadas por 15 mil alunos.

A iniciativa acabou dirigida por Augusto Totta e teve tanto sucesso que, de empreitada voluntarista dos membros do Partenon, passou a contar com subsídios governamentais para manter-se aberta. O público foi assim descrito pelo irmão de Apolinário, Aquiles Porto Alegre:

[...] a maioria dos seus alunos era de operários, gente pobre, obscura, que deixava ao cair da tarde a plaina e o esquadro para ir em busca do pão do espírito. Durante o dia trabalhavam para poderem manter os encargos da família, e, à noite, iam pressurosos à escola com a mão ainda pesada da cansaça diurna, receber a luz da instrução, que lhes era dada com o mais vivo interesse (ZILBERMAN, 1985, p. 12-13).

Foi o reconhecimento público das aulas noturnas que, em 1884, levou o governo da província a doar um terreno e cinco contos e dez réis ao Partenon Literário. A intenção era que recurso e área servissem a um objetivo perseguido havia muito pela sociedade – e nunca concretizado: a construção da sede própria. As doações, entretanto, estavam condicionadas à manutenção da escola, que deveria ser a primeira parte concluída do novo edifício, conforme se verifica em ofício assinado pelo presidente da província encaminhando as providências. Quatro dos seis artigos que compõem o decreto tratam das obrigações da entidade com as aulas:

1º A planta do edifício do Partenon Literário será submetida à aprovação do Presidente da Província; [...] 2º No edifício haverá um salão com dois gabinetes laterais, destinado à escola pública; [...] 3º Dentro de dois anos, depois de aprovada a planta, deverá ficar concluída a parte do edifício que compreende a sala e os gabinetes destinados à escola pública; [...] 4º A escola poderá ser administrada pelo Partenon Literário sob a fiscalização da Diretoria da Instrução Pública, reservando-se, porém, ao Presidente da Província a faculdade de nomear o professor ou professora, de estabelecer o regime da escola, quando assim convier, correndo, neste caso, todas as despesas de manutenção das aulas pelos cofres municipais; [...] 5º O Partenon não deverá dar ao edifício aplicação ou destino diverso do prescrito nos seus atuais estatutos, sem autorização da Presidência; [...] 6º A sociedade só entrará na posse do terreno, cujo uso lhe é concedido, e da quantia depositada no Banco, depois de ter assinado contrato (...) e se sujeitará à rescisão e perda de quaisquer benfeitorias se não concluir, dentro do prazo fixado, na cláusula 3ª a parte do edifício destinado à escola pública [...] (HESSEL, 1976, p. 186).

O terreno recebido pelo Partenon Literário tinha frente para os números 271 e 271 da Rua Riachuelo e ele só terminava na rua de trás, a Jerônimo Coelho. Além da escola noturna, o prédio deveria abrigar o salão para as sessões e saraus, “decorado com todo o esplendor compatível com os recursos da associação”, outro cômodo para atividades de “artes e ofícios”, a biblioteca e o museu (HESSEL, 1976, p. 186-187). O fracasso da iniciativa não se deu por falta de apoio, pois a princesa Isabel em pessoa participou do ato de lançamento do projeto.

1.3.1 Crítica e teatro

Voltando aos anos 70, em 1873, um período intenso de publicações, no qual gêneros que pouco havia experimentado receberam especial atenção. É o caso da atividade crítica, que Apolinário exerceu de forma pioneira no Rio Grande do Sul e que passou à posteridade com seu *Esboço biográfico de José de Alencar*. “A peça mais encorpada que os autores românticos produziram na década de 70”, julga Guilhermino Cesar (2006, p. 368), porque “fixa as

reações de Apolinário, o seu modo de ver a temática da escola, a linguagem afeiçoada ao modo de sentir e dizer da nossa gente”.

Apolinário já havia produzido, em 1870, uma análise literária a respeito do romance *A Doida*, de seu amigo José Bernardino dos Santos, “o primeiro tentame de crítica literária [no Rio Grande do Sul]”, com o qual “Apolinário conquistou o lugar de precursor do gênero, título que em verdade lhe pertence” (CESAR, 2006, p. 367).

Mas, sua análise da obra de Alencar o alçou a um debate que movimentava grande parte da intelectualidade do país: a contribuição que a arte deveria dar à composição da nacionalidade brasileira – aquilo que Antonio Candido classificou como um movimento “empenhado” de formação da literatura nacional:

Depois da Independência, o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los (CANDIDO, 2000, p. 26).

Naquela altura, embora já passado mais de meio século da separação formal entre colônia e metrópole, o Império ainda tentava se reconhecer no espelho como nação. Depois de mais de um século de guerras, tratados e alterações de limites, o mapa definitivo do Rio Grande do Sul fora desenhado em 1851. Mas a sombra das revoltas separatistas (em 1824, com a Confederação do Equador, entre 35 e 40, com a Cabanagem e os 10 anos da Revolução Farroupilha, encerrados apenas em 1845) ainda perturbavam a coroa. A isso se somavam as crescentes contestações públicas à políticas da monarquia, como a manutenção da escravidão – quando não mesmo ao próprio regime, caso do grupo de republicanos liderados, no Rio Grande do Sul, desde 1868, por Apolinário Porto Alegre.

Mesmo mantendo suas críticas à forma de governo, o mestre da Casa Branca não se eximiu do compromisso com a construção da identidade do país fosse com a própria literatura, ou por meio da crítica, como o estudo que fez de Alencar, cujo texto inicia com a seguinte frase: “Eis um nome, uma literatura, uma nacionalidade” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 98).

Apolinário coloca o autor de *Iracema* e *O Guarani* ao lado de Bernardo Guimarães, que retratou, entre outros, *O Garimpeiro* e *A escrava Isaura*. Para ele, em Alencar “é onde (o Brasil) poderá reconhecer a nacionalidade em seu tipo primitivo a transformar-se paulatinamente com o correr dos tempos” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 103) – o que facilitaria a identificação da população com a sua literatura. O artigo foi publicado na revista do Partenon Literário, em 1873, depois que Apolinário leu comentários de alguns dos mais importantes críticos literários do Brasil sobre a obra do cearense, a quem acusavam de distorcer o idioma nacional, utilizando palavras que não estavam nos dicionários: “Edificante razão (para a crítica)”, ironiza o gaúcho em sua análise (PORTO ALEGRE, 1980, p 108).

Apolinário não apenas aplaudia os chamados neologismos, mas se empenhava em contestar a tese de que esses termos não existiam fora dos livros com os estudos que vinha desenvolvendo desde os seus 20 anos. Alencar, além de tudo, dava sentido ao usualmente desvalorizado trabalho do mestre da Casa Branca. Na sua obra, opinava, “o sábio e sobretudo o filósofo encontrarão o que até hoje os dicionários não conseguem reunir: a língua portuguesa dos quinhentistas e a língua brasileira no auge do esplendor, no período brasílico”. (PORTO ALEGRE, 1980, p 98)

Em defesa do cearense, Apolinário vai emparelhá-lo com Camões, Poe, Cooper e Dickens para ilustrar a relação da arte escrita com a geografia, a língua falada e aquela reunida nos tratados filológicos:

[...] Camões, ao meter mãos e engenho ao imortal poema que abriu o ciclo épico moderno, porventura pediu licença aos gramáticos e lexicógrafos para os enxertos do vocabulário asiático e as riquezas de tecnologia marítima, da qual a própria Inglaterra não se pejou de explorar e transplantar para o seu idioma muitos termos? (PORTO ALEGRE, 1980, p 99).

Os críticos de seu momento, completa, “se fosse(m) contemporâneo(s) de Camões, dele diria(m) o que diz(em) hoje do autor de Guarani” (PORTO ALEGRE, 1980, p 110). O aspecto da linguagem refletida na literatura não preocupava apenas analistas, como Pinheiro Chagas e Franklin Távora (a quem Apolinário se dirigiu com o artigo sobre Alencar), – cujos nomes talvez tenham pouca reverberação fora do ambiente acadêmico. No mesmo ano em que escreve seu *Esboço biográfico de Alencar*, Machado de Assis aborda a mesma questão no famoso *Instinto de Nacionalidade*, publicado na revista *Novo Mundo*, editada em Nova Iorque: “Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país”, anuncia o escritor (ASSIS, 1961, p. 129).

Formulador da importante resolução de que colocar em cena personagens e ambientes identificados com o Brasil não tornava a arte necessariamente mais nacional - “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1961, p. 135) - Machado busca um equilíbrio entre os dois polos do debate, representado pelas posições de Apolinário e dos críticos de Alencar:

[...] não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transposição para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. Mas se isto é um fato incontestável [...], não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande

parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (ASSIS, 1961, p. 135).

Além de marcar a presença de Apolinário no debate nacional sobre literatura e identidade, a década de 70 foi também mais profícua de sua produção teatral: “Escreveu em média uma peça por ano”, contabiliza Guilhermino Cesar (2006, p. 281). Ao contrário do que aconteceu com a maior parte de sua obra, a dramaturgia de Apolinário não mirou o gaúcho, seus costumes, cultura e ambiente, embora algumas peças registrem interações com os temas de sua predileção, especialmente a questão abolicionista. As primeiras a serem publicadas na revista do Partenon Literário em 1873 foram *Sensitiva* e *Mulheres!* – essa última, uma comédia ambientada em Porto Alegre.

A capital do Rio Grande do Sul volta a ambientar criações de Apolinário também no romance, com a publicação, ainda em 73, de *Feitiço de uns beijos*, considerado por Augusto Meyer o texto “mais original de Apolinário” e “a nossa primeira novela de ambiente porto-alegrense” (HESSEL, 1976, p. 23). Utilizando a forma epistolar na história, o autor ainda conclui de uma forma surpreendente, dirigindo-se ao protagonista da trama, André, nos seguintes termos: “Se algum dia leres estas páginas [...], verás que não esqueci o compromisso e desmenti o horóscopo que tiraste sobre minha existência literária” (MOREIRA, 1989, p. 49).

O recado direto e pessoal – assinado pelo pseudônimo Iriema – leva críticos a atribuírem a esse texto um fundo verídico, impressão que se apoia também na característica geral do autor, que sempre deixou explícitas as correspondências entre o que representava em sua literatura e o mundo real.

Um exemplo são os versos de *A crença*, que Apolinário registra com a seguinte observação: “Fato que teve lugar em 1870 na cidade de Porto Alegre”. O poema serve para enaltecer a bandeira da República de Piratini – o mesmo estandarte que reverenciamos ainda hoje, porém sem o brasão de armas ao centro – e, claro, os valores que representava. Enfoca uma cena cidadina:

Outro dia no espaço tremulava
 Tricolor pavilhão contendo as cores
 Que o Rio Grande relembra enternecido.
 Um ancião passava. Contemplou-o,
 Estremeceu parando. Um calafrio
 Os membros percorreu-lhe, de seus olhos
 Pela idade empanados, desprende-se
 Luzir de juventude, a face triste
 Efundi-se risonha, iluminada.
 Ante ele remoçava e só por vê-lo!
 Depois foi estreitá-lo contra o seio,
 Beijou-o com respeito, inda um instante
 Olhou-o comovido, e retirou-se

Com as faces umentes desses prantos
 Que o coração instila gota a gota,
 — Perlas que o céu apara em jarras d'ouro (AGUIAR, 2011, p. 139-140).

O poema está publicado na antologia *Bromélias*, livro de estreia do autor, editado em 1874 – ano em que circulou o “periódico jocoso-sério” *O Mosquito*, com o qual Apolinário Porto Alegre também colaborou (MOREIRA, 1989, p. 11).

Em *Bromélias*, Apolinário impõe como regra a explicação da origem e “recalca, com minúcias de se espantar em livro de verso, a veracidade, o fato real inspirador deste e daquele poema” (CESAR, 2006, p. 217). Além de *A crença*, o mestre da Casa Branca explica que *Celibato* é inspirado em seu “inditoso amigo Afonso Luís Marques”: “Ele nesta época, criança inexperiente, e levado pelos conselhos de um sacerdote mais duma vez renegado, queria tonsurar-se. Felizmente os amigos o detiveram à borda do despenhadeiro” (AGUIAR, 2011, p. 208).

O expediente das notas ao final de um livro voltará em breve a ser utilizado. Em 1875, Apolinário Porto Alegre publica a coletânea de contos *Paisagens*. O volume de inspiração gauchesca reúne algumas obras já publicadas em periódicos como *Mandinga*, *O Monarca das Coxilhas* e *A faca de um valeiro* (renomeado então apenas como *Valeiro*), mas também inéditos, como *Os butiazeiros da tia Anastácia* e *A Tapera*, que o autor avisa ter composto copiando “as cenas desdobradas ante os olhos”. Porém, adverte o leitor:

[...] se a descrição é feita geralmente com fidelidade mais ou menos exata, não diremos outro tanto da linguagem popular. Reproduzi-la em todos os seus tons delicados, com a riqueza de milhares de termos originais: reproduzi-la nas acepções totalmente diferentes das clássicas, em seus provérbios e adágios que nos falam da América e não da Europa, em suas múltiplas comparações e formas idiotísticas, tão belas pela simplicidade que fazem recordar a Bíblia e a poesia de Homero; é, foi e será sempre para nós uma das mais difíceis tarefas (PORTO ALEGRE, 1982, p. 127).

A preocupação com a verossimilhança – ou ao menos com o registro de veracidade dos fatos que o autor escolhe para ficcionalizar – está também presente na novela *Pilungo*, na qual ele insere uma cena de uma lancha partindo do trapiche da alfândega, com três pessoas a bordo. Uma delas era “o solitário do cemitério, a quem devemos minuciosos pormenores para esta história [...]” (PORTO ALEGRE, 1987, p. 68).

Tanto em *Paisagens* como no livro de versos anterior, *Bromélias*, Apolinário Porto Alegre retoma o debate sobre a importância de reproduzir na literatura a fala da população mais simples, que é resultado da mistura de idiomas dos nativos indígenas com os que chegaram a partir da colonização, incluindo os dialetos africanos. Em uma das notas em *Bromélias*, escrita junto ao conjunto *Harpa do Deserto*, ele anota:

[...] a literatura brasileira é uma mina apenas de leve explorada. No passado Durão, Basílio da Gama, Botelho, etc., deixaram o entrever algumas gemas preciosas. Araújo Porto Alegre, Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Bernardo Guimarães e

Varela em nossos tempos enriqueceram-se a si mesmos e à pátria com a descoberta de abundantes garimpos. Mas o veio é inesgotável. Talvez por mais de dois séculos ainda encontre o mineiro animado de santo patriotismo diamantes de subido preço. No homem tupi mesmo em épocas pré-históricas, nos conquistadores, no africano, nas diferentes raças que surgiram pelo cruzamento do sangue indígena, ariano e etíope, nas lendas maravilhosas, nas enormes modificações da língua e dos costumes europeus devidos a esta amalgama no cadinho da América, não encontrará, assunto para a uma literatura pátria, vigorosa, escultural, só o espírito deslumbrado pelas novidades estrangeiras, onde a poesia vai-se tornando de dia em dia mais clorótica e enfezada (AGUIAR, 2011, p. 208).

Neste parágrafo, o autor também aborda sutilmente uma questão na qual poucos se aventuravam na época, a miscigenação.

1.4 - A força da cultura popular

Em 1875, tudo estava mudando rápido no Rio Grande do Sul. Os italianos subiam a Serra para criar uma das mais prósperas comunidades do interior. A colônia alemã, estabelecida desde a década de 20, ganhou acesso ferroviário direto de Porto Alegre – primeiro por São Leopoldo, logo em seguida a linha chegaria até Novo Hamburgo. Na capital, o transporte coletivo também evoluía, com os bondes da Carris alcançando a Azenha, a Várzea, e inclusive a zona Norte, indo até a atual avenida São Pedro.

O desenvolvimento econômico podia ser constatado na exposição da província, montada no edifício do Arsenal de Guerra, ao lado da Igreja das Dores. Lá, estavam expostos 558 produtos industriais fabricados em território gaúcho, entre freios, balanças, máquinas a vapor, móveis, óleos, teares e roupas. O número de fabriquetas espalhadas pelos rincões já havia atingido uma centena.

No centro de Porto Alegre, as noites passaram a ser iluminadas por lâmpadas de gás - e as cabeças, pelo acervo da novíssima Livraria Americana, a primeira loja de livros da capital, na esquina da Ladeira com a Rua da Praia. O proprietário, Carlos Pinto, era sócio do Partenon e foi para lá que convergiram escritores e interessados em literatura. A calçada em frente ao estabelecimento virou também ponto de encontro dos agitadores abolicionistas – Apolinário Porto Alegre entre eles.

A preocupação com a escravidão seria outro dos temas que permeariam tanto a vida como a obra de Apolinário. Ao longo dos anos, ele integraria associações pela libertação de cativos e promoveria, junto com os integrantes do Partenon, espetáculos teatrais cuja renda comprou a alforria de pelo menos 50 crianças negras. Algumas dessas peças eram escritas pelo próprio Apolinário, que, no mesmo ano, publica, por exemplo, o drama *Os filhos da desgraça* (1874) e *Benedito* (1874) tratando do assunto:

O Brasil começava a viver um clima abolicionista, poetas, romancistas e dramaturgos publicavam obras condenando a escravidão como um mal que nos vinha do período colonial, como causa de imoralidade na família brasileira. Na dramaturgia os negros, que antes eram meros figurantes, passavam para o papel de antagonista e até mesmo de protagonistas (FLORES, s.d.).

O tema do abolicionismo também ficou registrado em poesias como *África e Dies Irae*, e ainda nos versos do épico *Gabila*, em que o protagonista é um escravo que foge do cativeiro para se unir aos guerreiros farroupilhas. Nessa composição, que narra a trajetória de Gabila desde o nascimento, mas fica inconclusa após a interrupção, Apolinário defende a bandeira de igualdade racial e justiça social: Gabila, “brasileiro no gesto, nos lampejos”, “brasileiro no ardente entusiasmo” ia “em algemas preso”: “Mas brasileiro escravo, infame andróido!/Herança de ignomínia em nossa história” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 83). Em outro trecho, prega Apolinário:

Os pobres negros, de suor cobertos,
Na terra ingrata de forçado exílio,
No chão de tanto espinho,
Também depõem as armas da lavoura,
Benditas armas, se eles fossem livres
Em céus do pátrio ninho (PORTO ALEGRE, 1980, p. 84).

Em outro poema, *Ao cabo d'esquadra Chico Diabo*, Apolinário homenageia o “obscuro mulato” responsável por dar o lançamento que matou o ditador paraguaio Francisco Solano Lopez, encerrando a guerra do Paraguai: “Sim, um pobre mulato, que hoje lega, / Imarcesível nome a quem renega/ A cor que traz no rosto” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 77).

O mesmo ele fazia nas suas narrativas em prosa. Seu primeiro romance, publicado em março de 1869, na *Revista Mensal do Partenon Literário, Os Palmares*, narra a trajetória do quilombo mais famoso do Brasil, sob o aspecto heroico dos negros – também pintados nessa ficção como republicanos. Em *O Vaqueano*, um dos heróis é Moisés, “um mulato”, filho de uma escrava e liberto na pia batismal, homem “de extremo valor e inteligência superior” que comandava “uma exígua e diminuta horda indígena”, a última tribo guaiacaná que “obedecia-o como a seus tradicionais caciques, recebendo em retorno da submissão, além da amizade sincera e leal, imensos favores do mestiço” (PORTO ALEGRE, 1927, p. 21).

Ainda que de forma tímida, o tratamento dado a personagens fruto da miscigenação sinalizava o desejo do autor de uma sociedade mais justa. Em seus textos teóricos, Apolinário também parece sugerir que a mistura de culturas, se não positiva, é, pelo menos, impossível de ser ignorada:

Que importa um tipo definitivo, quando o fator mesológico social tem ação mais direta e imediata? Que vejam os Estados Unidos, onde milhões de alemães, milhões de negros, chinos e índios, milhões de espanhóis, franceses, italianos, portugueses, etc, não perturbam a marcha do progresso, aliás são úteis e fecundos colaboradores (MAYA, 1898, p. 17).

Em outra passagem, ele chama atenção à importância de a literatura considerar “que o colono português, ao apoiar na América, desde logo cruzou seu sangue godo e árabe com o sangue tupi, [...] e estabelecia deste consórcio o ponto de partida para a futura nacionalidade já constituída e aumentada ainda do elemento afro” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 100).

A obra ficcional de Apolinário Porto Alegre oferece documentação sobre aspectos culturais trazidos pelos africanos e incorporados pela população no Brasil. Ainda, em *O Vaqueano*, o protagonista José de Avençal se salva de uma chacina que mata a sua família quando criança por estar sob a guarda “de uma negra, que servia na casa de mucama e o estimava como filho” (PORTO ALEGRE, 1927, p. 48). Na cena, para fazer o menino dormir, a negra conta a ele uma lenda africana, a título de historinha para dormir, que o autor reproduz na íntegra “pelo caráter peculiar de pertencer à Província e mais certo ao Brasil inteiro” (PORTO ALEGRE, 1927, p. 48).

É uma lenda sobre um rei negro trazido ao Brasil como escravo, que, após a morte, volta ao seu país de origem – narrativa que, na opinião do autor, “suaviza o cálice amargo da escravidão, grinalda de odorosas flores entrelaçados às algemas, bálsamo anódino sobre a úlcera que sangra no peito do cativo”. Em seguida, anuncia: “Aí vai. Falta-lhe em nosso estilo o pitoresco da linguagem e a fidelidade no desenho dos costumes; resta-lhe, porém, a verdade de fundo” e logo começa a história, que aparenta ser matéria documental, como muitas outras passagens na obra de Apolinário Porto Alegre:

- Muitos anos já vão, filhos, desde o tempo em que Inhabané, junto às águas de Cuanza, fazia guerra aos homens do outro lado do mar! Muitos! Quantas vezes já as árvores não despiram as folhas?

- Quem era Inhabané, Mãe Maria? Quem era Inhabané? - interrogaram em coro.

- Rei e senhor de Cassange... A velha que fala agora não era como vêem. Hoje está curvada ao peso dos anos, não caminha, nem pode trabalhar... Oh, naqueles tempos! Bons tempos em que tinha por cama finas esteiras de Loanda, e vestia lindas roupas de pele e tinha os caurins do mar e pisava o tibar, ambição do branco. Então meu corpo era direito como a palmeira, ligeiro como o gamo dos montes de Kong... Ah! Bons tempos de Cassange que Maria há de tornar a ver!...

- Bons tempos de Cassange! Bons tempos! - repetia multidão com a fidelidade de um eco quando ela curvava fronte senil no seio das recordações e nas saudades do berço.

Depois de instantes de místico recolhimento, prosseguiu:

- Os homens do outro lado do mar venceram a Inhabané, o guerreiro, o valente, a esperança de Cassange. Ele foi preso, ligado e vendido para as terras dos Brasis.

- Mau branco! Mau branco! - rumorejavam os ouvintes com assomos de ódio.

- Inhabané teve um ruim senhor que amou a mulher do cativo e quis tomá-la.

Era Kuniah, formosa entre as formosas. E Kuniah resistiu, porque tinha um coração que não era dela, era de Inhabané, seu senhor e seu rei e pai de seus filhos. Kuniah resistiu e teve o corpo cortado ao açoite e foi vendida longe dos filhos e do marido, alegria e sol de sua vida.

- Que dor, Mãe Maria! Que dor! - gemia a turma.
- Inhabané teve uma tempestade aqui - e a velha pôs a mão rugosa sobre o peito -, feriu o perseguidor de Kuniah. Pobre rei! Foi levado ao tronco como o último dos

servos, o laço regou suas carnes, o sangue do príncipe de Cassange ensopou a terra do cativo.

- Ah! quizília de branco! - E a cafraria saltava de pé, trêmula e fula de cólera, o olhar ardente e sanguíneo, as crispadas pelo ódio e desejo de vingança, o gesto saturado de ameaças.

- Filhos, silêncio! - E desatou um ademane imperativo para que sentassem.

Tudo voltou à imobilidade das cariátides no sopé do antigo monumento.

- O rei de Cassange sofreu muito... muito! Desonrado procurou um jerivá que recordava a pátria em suas palmas, subiu até o olho do coqueiro, atou um cipó e enforcou-se.

- Pobre Inhabané! - murmuraram em tom pungente.

- Feliz! feliz! repeti, filhos... - E atirava longe de si a masca com um movimento de inspirada.

Todos a fitaram pasmados, Ela continuou.

- Ninguém viu dependurado o príncipe, sem chorá-lo. Quando foram no outro dia buscar o corpo para enterrar tinha desaparecido.

- Tinha desaparecido!?! - perguntaram boquiabertos.

- É verdade, Inhabané tinha dormido nas terras do cativo para acordar nas terras da pátria.

- Quem viu? - interrogou o crioulo que dera motivo à narração.

- Maria viu, menino. Era de madrugada. Maria inda era livre, ia banhar-se nas águas do Cuanza. Então Inhabané saíra dentre as palmas de uma tamareira, contemplava como num sonho o país que há tanto deixara e vinha de novo possuir. Desceu e começou uma guerra de morte contra os inimigos (PORTO ALEGRE, 1927, p. 50-52).

Apolinário Porto Alegre também se dedicou a estudar a contribuição linguística dos idiomas que os africanos traziam de seus países de origem e a registrar algo de sua cultura material, que seria editado posteriormente (já no século XX), no *Popularium Sul-Rio-Grandense*. No capítulo dedicado aos “elementos bantôs”, o autor elenca palavras, provérbios de origem africana e até letras de lundus, uma “dança chula do Brasil, em que as dançarinas agitam indecentemente os quadris” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 642). Apesar das 36 páginas de conteúdo que reúne, o autor assegura que “comparado com o caraíba e o quechua”, “causa admiração o exíguo contingente” de herança africana na cultura do Rio Grande do Sul, que ele atribui à separação física entre negros e não-negros.

Assim como relatou a lenda africana do rei Inhabané, que Apolinário diz pertencer à província e até ao “Brasil inteiro”, o mestre da Casa Branca foi o primeiro escritor a registrar a lenda que tem um menino negro como protagonista e que depois ficaria célebre pela narrativa de Simões Lopes Neto: *O Negrinho do Pastoreio*. Segundo consta na *História Ilustrada do Rio Grande do Sul* (2015, p. 98), foi Augusto Meyer quem identificou “a versão mais antiga da lenda, de autoria de Javier Freyre e publicada no almanaque *El pasatiempo*, de Montevidéu, em 1890”. Ocorre que, em outubro de 1875, o editor J. J. da Silva, responsável pela coleção Biblioteca Rio-Grandense, anotou seus planos ao final do volume inaugural, *Paisagens*, de Apolinário Porto Alegre:

[...] enceto a minha edição com as *Paisagens*, coleção de contos, cuja autoria é da ilustrada pena de Iriema, tão conhecida quanto entusiasticamente festejada. Hilário Ribeiro, que na literatura dramática já elevou seu nome no conceito de autoridades,

preencherá o segundo volume com Lucinda. O crioulo do pastoreio, lenda rio-grandense, ainda por Iriema, fechará a primeira série da assinatura (PORTO ALEGRE, 1987, p. 130).

Embora se trate apenas de um anúncio, parece mesmo que Apolinário chegou a escrever o volume no final daquele ano, porque seu discípulo Alcides Maya o refere em um verbete dedicado ao mestre da Casa Branca em seu livro *Pelo Futuro* (1897):

[...] o *Crioulo do pastoreio* tem uma face extremamente apreciável: o estudo da escravidão, a atitude do negro diante do branco e as suas relações na vida das estâncias. Este é um dos pontos mais importantes da sociogenia brasileira [...] E, apesar disso, até hoje essa raça tem sido quase absolutamente desprezada como fator étnico de nossa literatura. Apolinário Porto Alegre soube aproveitá-la (MAYA, 1897, p. 68-69).

Se não chegou a publicar a lenda em forma de livro (não há outra referência ao texto a não ser a de Alcides Maya), o certo é que o autor estava interessado na temática – talvez possa ter deixado algum manuscrito acessado pelo discípulo, que era próximo e frequentava a Casa Branca. Apolinário poetizou também a lenda do *Boitatá*. Escreveu os versos em 1873, que, entretanto, só foram publicados depois de sua morte, em 1904:

Ontem à noite, querida,
Fiquei gelado ao passar
Pela restinga de mato
Que eu encetei a queimar;
Vi um fantasma morrudo
Que lá me estava a chamar.

Tinha tais olhos! tais olhos!
Eram de chamas azuis!
Que mesmo ao pino do dia,
E quando tudo reluz,
Não sei ainda que susto
Sua lembrança produz!

E era tamanho no vulto
Como esse morro de pé!
E num cavalo montava,
Se bem o sei pangaré...
Pingo chibante, te digo,
De pelo d'ouro, a la fé! (AGUIAR, 2011, p. 143).

1.4.1 Pesquisa bibliográfica

Esse trabalho, que nacionalmente vinha sendo incentivado por Silvio Romero, rendeu a Apolinário “as mais francas e elogiosas referências” do pernambucano, segundo deixa registrado Augusto Daisson, no livro *Às margens de alguns brasileirismos* (1925, p. 11). Essa sua feição foi também reconhecida por seus contemporâneos como uma expressão da ciência no século XIX. Alcides Maya o classificou como o “único cientista” do Rio Grande do Sul, argumentando que suas pesquisas sobre folclore, traduzidas por Carlos von Koseritz e

enviadas a revistas e congressos científicos na Alemanha, firmaram “sua reputação fora dos círculos provincianos” (*apud* ALMEIDA, 1994, p. 31).

Também no caso da cultura negra, a pesquisa de Apolinário parece ter sido feita nos arredores da Casa Branca onde a população “nessa época era quase toda analfabeta, e descendia, na maior parte, de açorianos com guaranis e raros africanos” (DAISSON, 1925, p. 32). Mas, os registros mostram que ele também era um devorador de livros – de tal ordem que nem mesmo a abertura da Livraria Americana foi suficiente para provê-lo das obras que necessitava. Apenas no *Popularium Sul Rio-Grandense*, o autor cita 264 referências bibliográficas localizadas pela equipe responsável pela edição do livro. Havia mais, conforme explica o organizador: “alguns, por deficiência de indicação; outros por figurarem apenas em citações de terceiros; outros ainda, por não haverem conseguido suficiente notoriedade para serem recolhidos em enciclopédias ou dicionários biográficos” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 471). O próprio Apolinário dá testemunho das consultas que fazia em seus estudos:

[...] desde 1874, em estudos de Linguística a que me consagrei, [...] tenho compulsado H. Bancroft, Fidel López, Brasseur de Bourbourg e outros americanistas, meus predecessores em tal vereda, bem como na interpretação dos mitos os novos métodos revelados à ciência atual por Bréal, Müller, Gubernatis, etc (PORTO ALEGRE, 2004, p. 140).

De fato, os registros apontam para um volume entre 5 e 10 mil livros, embora não esteja claro se a coleção era exclusiva de Apolinário, ou compartilhada com o Partenon Literário – da mesma maneira, o museu da entidade também parece se confundir com o do literato. O fato de o Partenon nunca ter logrado construir edificação própria e, levando em consideração o espaço necessário para abrigar essa quantidade de materiais (livros ou objetos), também leva a crer que os referidos acervos da sociedade estivessem, pelo menos, sob a guarda do autor ou originalmente pertencessem a ele. Nesse aspecto, vale a pena ler trecho de um depoimento de Múcio Teixeira, onde aponta a vastidão de saber do mestre: “A sua biblioteca era opulentíssima, o seu museu científico, uma preciosidade. Tinha as coleções numismática, mineralógica, em numerosas vitrinas, com tudo especificado e classificado por ele” (A MANHÃ, 1944). Teixeira completa que Apolinário se abastecia de livros através de encomendas, que mandava vir de todo o mundo: “era intimamente familiarizado com os clássicos e muito atento a tudo o que se publicava na pátria e no estrangeiro, recebendo, por todos os vapores, livros novos e revistas nacionais e europeias, que nos emprestava, discutindo conosco assuntos científicos e literários” (A MANHÃ, 1944).

Mesmo muitos anos depois, quando Porto Alegre já tinha até uma linha telefônica funcionando (ela foi inaugurada em 1886, pelo futuro proclamador da república, o marechal Deodoro da Fonseca, que era então comandante do Exército do Sul), Apolinário ainda aguardava com ansiedade a chegada de amigos célebres do centro do país, acreditando que

eles trariam consigo obras ainda inéditas no Rio Grande. Augusto Meyer registra uma dessas situações em seu livro *Pêssegos verdes*:

[...] Isolado na província mais provinciana do país, pobre mestre sem recursos, Apolinário Porto Alegre era abastecido de obras novas pelo seu amigo Silveira Martins. Descreveu-me certa vez Alcides Maya a cena comovente, relatada por testemunha. O tribuno acabava de atender, a um canto da sala, numa conversação a meia voz, o último dos visitantes, pois acorriam em bando os correligionários, à notícia de sua chegada. Falava, aconselhava, persuadia ao interlocutor, mais fascinado pelo homem do que enquadrado nos princípios de um partido. [...] Do outro extremo da sala, Apolinário, que era dos íntimos, os da longa prosa noturna, estimulada a chimarrão, acompanhava a cena com verdadeira angústia, impacientado por aquelas intermináveis manhas políticas; acendia o seu crioulo, esmagava-o na unha do polegar, furioso, crispado. Despediu-se finalmente o sujeito, Gaspar Silveira Martins voltou-se para o amigo, sorrindo um sorriso cúmplice; como a degustar-lhe a impaciência, arredava para longe do ponto essencial a conversa: perguntas, causos, gauchadas... E então, enfiando pelos profundos bolsos do poncho de viagem a mão poderosa, parceira da sua voz dominante, revelou aos olhos do amigo os presentes que lhe trazia da Corte: livros, livros caros e raros, as últimas novidades em folclore, filologia e linguística, ou alguma obra curiosa de viajante, Marckmam, von Tschudi, todo um mundo de sonho e pesquisa para o solitário da Casa Branca (MEYER, 2002, p. 107-108).

Assim foi que Apolinário construiu sua “opulenta” biblioteca, como qualifica Múcio Teixeira, cujas obras surpreenderam até professores do século XX, como Lothar Hessel que anota, espantado, “a posse, por Apolinário, da obra de tantos filólogos europeus, inclusive um exemplar das *Tables Eugubines*, editada em Paris, em 1875, por Michel Bréal e uma das poucas que chegaram às nossas mãos” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 27). Também tinha, como hábito e método de estudo, a correspondência com intelectuais do Brasil e do exterior, conforme se depreende de uma passagem escrita por Alcides Maya:

[...] aquele venerando velhinho que se correspondera com Martius, Bleeke, Castelo Branco, Teófilo Braga, Py e Margall, José de Alencar e com os mais eminentes publicistas da América Espanhola, amava o convívio dos novos, dos estudantes, dos irregulares e dos obscuros, que a sua palavra estimulava e protegia (A MANHÃ, 1944).

Estas referências geraram admiração entre pessoas com quem conviveu e também nos estudiosos de sua obra.

1.5 - Do Instituto Brasileiro até a Abolição (1876-1888)

A segunda metade da década de 1870 será marcada menos pela produção ficcional e mais pelo engajamento de Apolinário Porto Alegre nos ideais com os quais estava envolvido. Deixando o Colégio Rio-Grandense aos cuidados exclusivos do irmão Apeles, o mestre vai se dedicar ao maior empreendimento educacional que liderou, o Instituto Brasileiro, no qual uniu a paixão pela educação com os ideais republicanos. O livro *A Formação da Leitura no Brasil*

descreve minuciosamente as atividades da escola (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 138-139), fundada em 1876, sob a inspiração do famoso colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

O currículo era vanguardista; o primário contava com disciplinas incomuns para a época como ginástica, geografia, história, geometria e história natural, além das tradicionais leitura, caligrafia, ortografia, recitação, gramática, redação e aritmética. No secundário, havia divisão entre preparatório e facultativo, que ensinava práticas nas áreas de ciências físicas e naturais ou curso comercial aplicado aos negócios. Também oferecia um curso artístico com canto, música e desenho. Isso tudo sem recorrer à palmatória, tradicional reprimenda que os estudantes recebiam quando erravam alguma parte da matéria: “Audaciosamente Apolinário atacava a educação tradicional, reformando os programas de estudo, abolindo o castigo corporal” (FLORES, s.d.).

No jornal do estabelecimento de ensino, *Escola*, que Apolinário também dirigia, o mestre registrou o conceito de educação adotado: “Encaramos a educação sob o tríplice aspecto – físico, intelectual e moral – condição impreterível: ao contrário, será de resultados nulos” (MOREIRA, 1989, p. 12). A parte moral, sobretudo, era revestida pelos ideais de Apolinário, pois além de incentivar a pesquisa e valores humanitários a seus alunos, eles recebiam “doutrinação republicana, comemorando-se as vitórias farroupilhas e episódios da Revolução Francesa, com a banda escolar a entoar o Hino Rio-Grandense e a Marselhesa, esta, pela primeira vez ouvida na província” (MOREIRA, 1989, p. 12).

Nascido em 1860 e futuro alzo de Apolinário, Julio de Castilhos foi aluno do Instituto Brasileiro¹⁴. Outro republicano de primeira hora, Assis Brasil, também frequentou seus bancos escolares – assim como os escritores Alcides Maya e Múcio Teixeira. O artigo de De Paranhos Antunes, em *A Manhã*, enumera ainda como sua aluna a poetisa Amália Figueroa, porém é improvável que assim tenha sido, uma vez que o Instituto Brasileiro era uma escola para meninos. Todos beberam da mesma fonte de saber e reflexão que o jurista (e um dos primeiros diretores da atual Faculdade de Direito da UFRGS), Leonardo Macedônia: o mestre da Casa Branca. Macedônia deixou registrado um testemunho sobre aqueles anos: “Ensinando humanidades, (Apolinário Porto Alegre) tinha ainda a preocupação de formar o caráter dos seus alunos, e de inculcar em todos eles os sentimentos de honra, de probidade” (PORTO ALEGRE, 2004 p. 21).

A escola funcionava em regime de internato, no Caminho do Meio – atualmente Protásio Alves, na altura da atual Ramiro Barcelos (na época, Beco da Marcela, “em

referência a uma preta desse nome” segundo Sérgio da Costa Franco). Era um lugar “fora da cidade”, conforme consta em uma ilustração da época, reproduzida no *Popularium Sul-Rio-Grandense*. Leonardo Macedônia recorda também que o Instituto Brasileiro promovia sessões semanais nas quais recordava ícones das guerras ocorridas no Rio Grande do Sul – Revolução Farroupilha, mas também a Guerra do Paraguai, encerrada poucos anos antes. Os personagens desses debates eram Bento Gonçalves, General Portinho e Andrade Neves, Garibaldi, Bento Manuel e Rafael Pinto Bandeira, General Osório, João Manoel, Araújo Porto Alegre, Joaquim Caetano e Félix da Cunha, ele cita: “Naquelas sessões inolvidáveis comemorávamos a epopéia de 1835 a 1845, discutíamos episódios da Guerra do Paraguai, e comentávamos a conduta da nossa gente nos dois feitos militares” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 21).

Pessoalmente, Apolinário Porto Alegre era objeto de elogios dos discípulos. Mucio Teixeira deixou registrado que “o erudito e estimado mestre sentia-se à vontade nos meio dos seus alunos, como se fosse um pai amado entre os filhos obedientes, dando-nos assim as lições de qualquer disciplina escolar” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 22). Conta que o mestre tinha conhecimento suficiente para substituir qualquer professor faltante no dia, fosse ele de história, geografia, aritmética, filosofia, química, física, ciências naturais ou idiomas: alemão, francês, inglês, latim e a “língua vernácula”. Empréstava aos alunos livros e revistas que recebia pelo vapor e com eles discutia assuntos (PORTO ALEGRE, 2004, p. 22).

Além disso, era um incentivador da reflexão íntima entre os frequentadores do Instituto Brasileiro: “Ninguém melhor que ele ensinou aos seus discípulos o conhece-te a ti mesmo de Sócrates, por meio de uma autocrítica rigorosa e analítica” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 25).

Os louros da educação, no Instituto Brasileiro, Apolinário recolheu praticamente sozinho, pois, embora tenha sido fundado em conjunto com o amigo Hilário Ribeiro, este deixou o empreendimento logo no primeiro ano, deixando os encargos da administração para Apolinário, que o manteria ao longo de uma década e meia, até 1891, quando fechou suas portas. A nota triste daquele ano de inauguração do Instituto Brasileiro foi a morte do amigo e parceiro de literatura, Caldre Fião, em São Leopoldo.

Ainda assim, havia tempo para a literatura. Bastou a revista do Partenon Literário voltar a circular, em agosto de 1877 (mais de um ano depois da terceira interrupção), para que Apolinário Porto Alegre aproveitasse para publicar o romance *Lulucha*, ao longo de seis edições. A série, entretanto, é “interrompida quando o autor, após um início claudicante, se alçara à condição de autêntico narrador da vida gaúcha, e quando a ação atingia um clímax emocionante”, na opinião de Lothar Hessel (1976, p. 24). Entre um capítulo e outro,

Apolinário ainda teve tempo de mostrar os versos revolucionários de *A Evasão*, que poetiza a fuga de Bento Gonçalves de uma cadeia na Bahia.

Em 1878, o Partenon Literário completou sua primeira década de existência, mantendo forte influência na área cultural da província. Apolinário publica pela Imprensa Literária um discurso em homenagem à sociedade “Ao Partenon Literário no seu primeiro decênio”. Por outro lado, utiliza as páginas do *Jornal do Comércio*, para manifestar, em versos, a reverência do Instituto Brasileiro ao Partenon Literário:

Os feitos brilhantes na história se insculpem
Em áureos emblemas, num fundo de azul;
Ao Partenon, em sublime decênio
Os fastos gravastes nos campos do Sul.

Ao brilho das festas, aos cantos ferventes,
às mil ovações que de longe nos vêm,
Ao som das orquestras, à voz do poetas,
Deixai qu'eu vos traga meus votos também (PORTO ALEGRE, 1980, p. 97)

Em 1880, *A Gazeta* de Porto Alegre, publicação dirigida pelo amigo Carlos von Koseritz, publica pela primeira vez fragmentos do que viria a ser o livro *Popularium Sul-Rio-Grandense*, cuja edição integral só seria conhecida nos anos 2000. Koseritz havia divulgado uma notícia sobre estudos desenvolvidos por Carlos Henning, relacionando elementos comuns entre os idiomas guarani e sânscrito. Ao deparar-se com a informação, Apolinário decidiu antecipar resultados que vinha, também, colhendo nessa direção. Conforme escreveu em artigo à publicação do amigo:

[...] tenho bastante apontamentos de carteira sobre o radicalismo morfológico do guarani e do sânscrito e línguas congêneres. Se conceder-me um lugar em sua Gazeta, começarei em breve a publicação deles, tomando assim parte num empreendimento que também é meu (PORTO ALEGRE, 2004, p. 140-141).

Na edição seguinte, cumpriu o prometido e começou a revelar os estudos que depois comporiam um dos 19 capítulos do *Popularium*, intitulado *Filologia Comparativa – Raízes*, o que lhe exigiu seis anos de pesquisa. Apolinário admite que antecipa conclusões ainda incompletas, mas justifica não ter alternativa diante da notícia de que outros pesquisadores se aproximavam de suas ideias: “Não era ainda nosso intuito trazer à tela da publicidade os frutos de seis anos de laboriosas investigações em assunto nimamente melindroso, como todos os que se referem ao período pré-histórico da humanidade. Havia mister da maior prudência [...]” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 141).

1.5.1 Republicanos em choque

O republicanismo exacerbado no currículo do Instituto Brasileiro era também produto do envolvimento cada vez maior do Apolinário com atividades políticas. Em 1874, ele passou

a fazer parte da Associação Secreta dos Federados, conspirando contra a monarquia ao lado de Francisco Xavier Cunha, redator de *A Democracia*. A sociedade “possuía intuítos revolucionários, e sua existência foi ignorada de muitos. Reuniu grande número de adeptos”, revela o herdeiro de Apolinário, Alvaro Porto Alegre, citado no livro *Julio de Castilhos – Positivismo, Abolição e República*, organizado por Margaret Bakos (2006, p. 23). Segundo Regina Zilberman, na introdução à *Paisagens*, Apolinário era então o “chefe da família Mirabeau, composta entre outros por Apeles Porto Alegre, Vasco de Araújo, Dr. Parobé Julio Lima, João R. da Silva e Pedro Trude”. (PORTO ALEGRE, 1982, p. 9).

Em 1878, participaria também do Clube Republicano. Curiosamente, neste ano, em uma conferência que ditou no Partenon Literário, Apolinário Porto Alegre alertou seus companheiros sobre a força que ganhava a doutrina positivista na literatura e, de resto, na vida intelectual da província. Desde que, em 1874, um artigo de crítica literária exortara os poetas “a soltar seus hinos sonoros no tabernáculo da ciência” (BAKOS, 2006, p. 11), o número de seguidores da filosofia só aumentava. “Nesta província, como de resto em todo o país, o positivismo primeiramente influencia o plano cultural; só mais tarde virá a influir no plano político” (BAKOS, 2006, p. 11). Em 1880, Apolinário assumiu a posição de redator de *A Imprensa*, o primeiro jornal diário a defender esta forma de governo, fundado por seu irmão Apeles – atividade que só deixaria no ano da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). O voluntarismo chamou atenção e anos depois foi objeto de elogio de Caldas Junior, diretor do jornal *Correio do Povo*:

[...] ainda não havia, na imprensa diária da então Província, sequer um órgão republicano, ainda a República não passava de um vago sonho de meia dúzia de visionários – como então lhes chamavam – e já Apolinário Porto Alegre fazia bizarro proselitismo, comemorando solenemente, no seu colégio, as datas culminantes da revolução de 35 e das conquistas da grande revolução francesa (DAISSON, 1925, p. 136).

Quando Apolinário completou uma década e meia articulando os republicanos no Rio Grande do Sul, a nova geração de filhos da elite rio-grandense, liderada por Julio de Castilhos, aportou em Porto Alegre “depois de quatro anos de efervescência intelectual no famoso Largo São Francisco” (BONES, 2015, p.179), a mesma faculdade de Direito de São Paulo onde Apolinário Porto Alegre reforçara seus vínculos republicanos 20 anos antes.

“Impregnados da filosofia de Auguste Comte” (FLORES, s.d.), Castilhos e companhia fundam o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Apolinário estava presente na convenção inaugural da sigla, em fevereiro de 1882, mas não demoraria a se afastar da legenda, excluído “em nome de uma doutrina que pregava a ditadura científica positivista que

provocou a discordância entre os políticos rio-grandenses, a maioria com ideias liberais” (FLORES, s.d.).

A primeira discordância apareceu já na convenção fundacional, quando o mestre da Casa Branca defendeu a tese de que a República deveria ser instituída com abolição imediata de escravos. No lado oposto estava nada mais, nada menos, que Julio de Castilhos em pessoa, que prefere um processo gradual de liberação dos cativos e com indenização aos proprietários – ao final, a tese vencedora – e que vinha importada de São Paulo, onde a defendiam os republicanos:

O fato provoca aborrecimento entre os defensores do abolicionismo, entre eles Apolinário, causa das suas divergências futuras com o governo estadual. Neste ano, Apolinário escreve uma comédia significativamente intitulada *Epidemia Política*, publicada pela Tipografia Correio do Sul, de Porto Alegre (MOREIRA, 1989, p. 13).

A virada de mesa virá no primeiro congresso da legenda, em março daquele mesmo ano, quando Apolinário Porto Alegre consegue revogar a tese de Castilhos e conquista apoio para a abolição imediata e sem indenização. O tempo esquenta entre as duas lideranças. Naquele mesmo ano de 1882, outro republicano que participou da fundação do PRR, João Cezimbra Jacques, publica seus *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*, dando sequência à escola iniciada por Apolinário.

Em 1884, seguindo outra das orientações referidas na fundação e conferência do PRR, cria-se *A Federação*. Em 9 de março daquele ano, Apolinário Porto Alegre vai ao Rio de Janeiro para integrar a primeira reunião Liga do Ensino, sob a presidência de Ruy Barbosa. Nesse ano, mais de 30 municípios libertaram seus cativos no Rio Grande do Sul depois que as províncias do Ceará e do Amazonas aboliram a escravidão em seus territórios:

Em 7 de setembro de 1884, a prefeitura libertou os escravos em Porto Alegre. Quatro anos antes da abolição. Mas essas pessoas não tinham onde ficar. Aí a família Mostardeiro, principalmente a Dona Laura, esposa do comerciante (Mostardeiro), designou umas terras de sua chácara para eles morarem. Era o alto onde hoje está o colégio IPA, a rua Cabral. Essa parte da cidade passou a se chamar colônia africana (FLORES, entrevista, 2017).

No dia 20 de setembro, uma grande festa no Theatro São Pedro celebra a libertação dos escravos. Também as mulheres começavam a gozar de maior liberdade na cidade, lentamente deixando a reclusão absoluta para frequentar bailes de máscaras durante o Carnaval e assistir a óperas encenadas por companhias estrangeiras na cidade (MOREIRA, 1989, p. 13). No âmbito político nacional, a escravidão já era abertamente criticada em jornais – mesmo o monarquista Partido Liberal condenava a prática – e a queda do regime monárquico parecia cada vez mais próxima.

A nova conjuntura política e social surtiu um efeito maléfico sobre o Partenon Literário, que, sem conseguir erguer a tão sonhada sede – mesmo com o apoio da administração pública –, fracassa na eleição da diretoria de 1886 e acaba por encerrar as atividades. As razões apontadas por estudiosos são variadas. Moacyr Flores pensa que o Partenon havia ficado para trás: a literatura estava mudando – as modas do realismo e parnasianismo substituíram o pensamento romântico que marcou a instituição. Guilhermino Cesar aponta problemas entre os republicanos e alguns sócios fiéis à Monarquia:

Mesmo entre os adeptos da República estalaram, ali, sérias divergências, em parte devidas à nova geração, criada à sombra do Partenon, que regressara da Academia de São Paulo exibindo com altivez e firmeza novas ideias – o levedo das agitações anteriores e posteriores a 93 (CESAR, 2006, p. 198).

O estudioso dá a entender que as diferenças políticas entre os republicanos vinculados ao Positivismo de Julio de Castilhos – e combatido por Apolinário Porto Alegre – estava na origem das divergências que levaram à dissolução. “No ano de 1884, em Porto Alegre, surgiu A Federação, tribuna e baluarte dos novos. E no ano seguinte a Sociedade Partenon Literário deixou de existir” (CESAR, 2006, p. 199). Nessa mesma época, Apolinário consegue comprar a famosa Casa Branca, nos altos do Morro Santana, que será seu refúgio quando o enfrentamento político ganhar ares dramáticos.

As divergências no PRR se intensificam e dois eventos no final de 1885 demonstram a natureza do ambiente político do momento: uma notícia no jornal *A Federação* do dia 21 de setembro, dá conta que na véspera fora fundado o Club Literário Democrático Vinte de Setembro cuja finalidade era “propagar as ideias republicanas e trabalhar em prol da literatura nacional, por meio da imprensa e da tribuna das conferências” (A FEDERAÇÃO, 1885). Os objetivos semelhantes ao do Partenon, então em vias de extinção, talvez tenham despertado em Apolinário simpatia com a causa, à qual emprestou seu nome como sócio-fundador e ofereceu os préstimos da banda de música do Instituto Brasileiro. Conforme nota no jornal: “[...] solenizando a fundação, o Club Democrático Vinte de Setembro fez um passeio por algumas ruas da cidade, precedido da banda de música dos alunos do Instituto Brasileiro, dirigido pelo nosso correligionário político Apolinário Porto Alegre” (A FEDERAÇÃO, 1885).

Acontece que Apolinário não prestigiou a cerimônia, como se depreende da ata publicada logo abaixo da notícia: embora conste na lista de sócios-fundadores, seu nome aparece como sendo representado por outro integrante, Marcos Avelino de Andrade. Insatisfeito com os rumos do partido que ajudara a criar, no dia 22 de novembro, pouco mais de dois meses após a solenidade, Apolinário reúne dissidentes do PRR no Clube Bento

Gonçalves. Segundo Maria Eunice Moreira, ele não apenas está na organização como a presidente: “Anos depois presidirá também a União Republicana, outra organização similar” (MOREIRA, 1989, p. 14). Onde se lê União Republicana, a autora possivelmente quis dizer União Nacional, o antecessor do Partido Federalista Rio-Grandense, que se originou desse mesmo grupo, contando ainda com egressos do Partido Liberal – mas isso já com a República implantada no Brasil.

Embora assumisse posicionamento de oposição, Apolinário seguiu participando das reuniões de cúpula do PRR, fato que revela o prestígio que detinha entre seus correligionários. Assim foi em 1887, quando Julio de Castilhos tentou aprovar entre os republicanos uma resolução separatista. A ideia era que o Rio Grande do Sul se tornasse independente do Império para formar uma federação com Santa Catarina e São Paulo ou, ainda, com o Uruguai. Apolinário combateu frontalmente a sugestão e ganhou apoios de tal forma que Castilhos se viu obrigado a transferir o congresso republicano daquele ano para a cidade de Santa Maria, onde acreditava ser mais fácil aprovar a resolução – mas, nem assim, a ideia passou e, além de Apolinário, o líder positivista acabou rompendo com outra liderança, Assis Brasil.

Passada uma década do evento, Apolinário rememorou os acontecimentos no prefácio que escreveu ao livro *O Rio Grande Independente*, de Alcides Maya (1898). No trecho, Apolinário qualifica o opositor de “ave agoureira” e sublinha que “nunca foi demonstrada” “a urgência ou utilidade” da ideia (MAYA, 1898, p. 21). Depois de recordar as reuniões e o congresso em Santa Maria, Apolinário sugere outro caminho para essa autonomia pretendida:

Todavia há um meio de independência para o Rio Grande e o os outros estados da federação. Cada um pode agir livre e autonomicamente quanto à economia política, solvendo intrincados problemas que afetam sua vida íntima. (...) O mesmo em ciência e literatura. Porque as academias, por exemplo, da Bahia e do Rio hão de pensar uniformemente? Pautar os processos de estudo por uma norma invariável? Até para o progresso impõe-se a diferenciação; dos atritos chispam centelhas (MAYA, 1898, p. 22).

Partindo de uma comparação sobre o tratamento que a teoria da evolução, de Darwin, recebia de acadêmicos alemães (“Virchow, em Berlim, a fulmina; Haeckel, em Iena, faz-lhe a apoteose”), Maya ataca novamente a doutrina de Julio de Castilhos, que estaria sufocando o debate crítico: “Infelizmente, o comtismo ainda não permitiu entre nós academias ou quaisquer núcleos científicos” (MAYA, 1898, p. 23).

A década de 80 se aproximava do fim. Em 1886, Bernardo Taveira Junior publica suas *Provincianas*, consideradas um marco do tratamento poético da temática gaúcha não pela data em que saíram, mas por ele ter assegurado estarem escritas desde a década de 60. Em 1887, a luz elétrica chega a Porto Alegre – vai demorar muitos anos para que a cidade seja

completamente iluminada. No âmbito político, luzes também, com a definitiva abolição da escravidão em todo o território nacional em 1888.

1.6 - Da República à morte de Apolinário Porto Alegre (1889-1904)

Em 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado por chefes outrora fiéis a Dom Pedro II, derruba a única monarquia ainda vigente no continente americano – era uma instituição tão anacrônica que ninguém a defendeu. Na sede do jornal *A Federação*, em Porto Alegre, foguetes atraíram os curiosos, que, entretanto, não encontraram nada mais do que um boletim afixado na porta dando conta dos acontecimentos no Rio de Janeiro.

Julio de Castilhos foi o articulador do novo governo do Rio Grande do Sul – ele mantinha relações desde uma década antes com o marechal Deodoro da Fonseca, que tinha sido chefe do Exército no sul e liderou a revolução nacional. Desconfortável com a nova ordem estabelecida, que aplicava um método autoritário como garantia de manutenção do novo regime, Apolinário passa oficialmente à oposição.

Em 1890, o grupo republicano que havia se reunido sob o Clube Bento Gonçalves, na década anterior, encontra os descontentes das fileiras do Partido Liberal. Dessa convergência nasce, em 1890, a União Nacional. O programa da nova agremiação incluía as defesas da liberdade religiosa, civil e política, restauração do sistema parlamentar com restrição ao poder Executivo, descentralização política e administrativa. Apolinário passa então a colaborar com *A Reforma* – “um dos mais importantes jornais políticos de Porto Alegre no século XIX” e que nascera em 1869 “sob o signo do movimento de reforma política preconizado pelo Partido Liberal, cujas posições sempre defendeu” (FRANCO, 1988, p. 344). Ele viria, inclusive, a assumir a direção do veículo, segundo Alcides Maya. Sob sua influência, *A Reforma* “se tornou um jornal excepcionalmente popular no Estado”, assegura Maya: “Na campanha, decoravam-lhe os veementes artigos de combate, que em muito contribuíram para explosão revolucionária de 1893” (MAYA, 1904) – uma referência às colunas poéticas de *Lira Patriótica*, que inflamaram os ânimos no Rio Grande do Sul e foram decisivos para encaminhar a Revolução de 1893.

Em 15 de julho de 1891, quando o Rio Grande do Sul já despontava como o mais alfabetizado dos estados brasileiros e a frequência de trens entre a capital e a fronteira sul era diária, Julio de Castilhos assume o governo oficialmente depois de dois anos em que esteve nos bastidores das constantes mudanças no comando executivo. Ele fora o condutor do

processo constituinte do Rio Grande do Sul e imprimiu suas convicções positivistas na carta magna do Estado, aprovada nos meses anteriores – foi o primeiro governante eleito (indiretamente, pelos deputados estaduais), no Rio Grande do Sul. Cairia no final do ano, e retornaria ao poder novamente em 1893, após eleições.

No plano pessoal, a década de 1890 seria trágica para Apolinário. Em 22 de julho de 1891, morre sua primogênita, América, aos 12 anos. Quatro meses depois, em 29 de novembro, quem morre é Elisa, a esposa de Apolinário, aos 37 anos. Começa uma fase depressiva para o escritor, que será conhecida publicamente em 1904, com a edição da coletânea de versos *Flores da Morte*, cujo conteúdo denuncia seu estado de espírito nos anos finais. Apolinário decide fechar as portas do Instituto Brasileiro, “depois de longos anos de triunfos e de relativa abundância” (DAISSON, 1925, p. 136) e opta por um exílio voluntário na Casa Branca, para onde se muda com os filhos menores. No local, organiza sua biblioteca imponente – talvez herdada do também falecido Partenon Literário –, seu museu de ciências, e, no pátio, pomar, orquidário, baias para cavalos. Passa a viver dos recursos que obtém dando aulas particulares na cidade e mantém-se ativo nos estudos e pesquisas que vinha conduzindo nos últimos anos.

Em 1892, Gaspar Silveira Martins retorna do exterior, onde estava exilado desde a queda da monarquia – ele havia sido ministro de Dom Pedro II e presidente da província nomeado pelo imperador. Rapidamente, o tribuno entra em contato com os republicanos insatisfeitos com a República – entre eles Apolinário, de quem se tornará amigo.

Em 31 de março de 1892, fundam, juntos, o Partido Federalista Brasileiro em Bagé, com Apolinário figurando entre os membros do diretório. Os dois seriam também indicados como candidatos da sigla ao Congresso Nacional, mas os planos não se concretizam, pois Apolinário é preso pela primeira vez – segundo Alcides Maya, foram vários os episódios de encarceramento que precisou enfrentar por combater e questionar publicamente no jornal os métodos autoritários de Julio de Castilhos. Em 11 de julho, após um desses episódios, publica artigo em *A Reforma*; “Minha glória” sobre prisão e traições no qual se compara a Sócrates, abandonado e traído pelos próprios pupilos.

Em trajeto para a masmorra ia-me lembrando de Sócrates, que, como eu, educava a mocidade de Atenas no princípio da democracia e na crença de Deus e foram, como recompensa dos serviços prestados à pátria, atirado em horrível calabouço. Havia, no entanto uma diferença: Sócrates tivera a seu lado alguns dos seus discípulos e eu... a mim não me era reservada essa consolação. Os que eu aceitara gratuitamente durante vinte e nove anos de magistério, que eu educara à minha custa com o intuito de fazer ampla propaganda republicana, foram quicá os primeiros e os mais exaltados em promover minha prisão. Podem também matar-me os senhores Julio de Castilhos e Bernardo Vasques. Não os temo (Porto Alegre APUD SILVEIRA, 2008, p. 164).

Em 31 de outubro, precisa procurar esconderijo para fugir da polícia. Pede asilo ao irmão Apeles, no Colégio Porto Alegre “e, depois, na residência de Júlio Demeluírio de Castro, aí permanecendo cerca de vinte dias. Abandonado o esconderijo, retorna à Casa Branca, onde fica até conseguir fugir do Estado, escondido no camarote de um comandante de vapor” (MOREIRA, 1989, p. 15).

Antes da fuga, chega a ser convidado pelo governo de Floriano Peixoto para representar o Brasil na Exposição de Chicago – um gesto do presidente da República que indica uma tentativa de pacificação dos ânimos, que entretanto, Apolinário rechaça, “desprezando honras e proventos” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 24).

Inicia seu exílio em novembro de 1892, primeiro em Laguna, onde esteve “quase a ser uma das vítimas da hecatombe de Santa Catarina” (DAISSON, 1925, p. 137) e depois rumo a Montevideú, de onde acompanha o desenrolar dos acontecimentos políticos que irão culminar com a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895. Na capital uruguaia pode testemunhar a criação da sociedade tradicionalista La Criolla – anos depois ele fará referência ao movimento que pôde acompanhar presencialmente:

Em Montevideú e Buenos Aires, onde o cosmopolitismo invasor vai aos poucos obumbrando os traços característicos da nacionalidade, talentos patrióticos deram o brado de reação. Nasceram deste movimento a poesia, o drama e o romance *criollos*. Assinalam o recente e brilhante ciclo literário os numerosos romances de Eduardo Gutierrez, Eduardo Acevedo Diaz, Juan Mora e outros; os versos do payador argentino de Gabino Ezeiza e Faustino Diaz, em Buenos Aires, e os do gaucho oriental de Elias Regules, Feliz Saens, Victor Perez Petir, Arosman Moratorio, etc. [...] No Rio Grande do Sul, onde a irrupção de elementos estranhos é contínua, nossos costumes e usanças vão perdendo terreno, diluindo o colorido vívaz, obliterando a expressão primitiva e americana. [...] Contra isto levantemos uma cruzada. [...] Esta emancipação é patriótica, legítima, legal. [...] Eis a independência que almejo para o Rio Grande (MAYA, 1898, p. 24-25).

Apolinário Porto Alegre também deu sua contribuição à história conjunta da região. Pelo menos é o que diz Alcides Maya, que relata a publicação de uma “memória sobre os charruas, editada em jornais do Prata” (MAYA, 1944, online). Sua obra no Brasil, entretanto, sofreu as consequências da perseguição.

Nesse período, mais de uma vez, sua residência, a Casa Branca do Morro Santana, foi invadida e saqueada pelos soldados castilhistas, que não pouparam seus manuscritos, entre eles os originais do *Popularium Sul-Rio-Grandense*. É o que conta o filho de Apolinário, Álvaro Porto Alegre em um dos textos introdutórios do volume, publicado somente muitos anos depois da morte do autor:

[...] foi em uma dessas ocasiões dolorosamente inolvidáveis que encontrei o *Popularium Sul-Rio-Grandense* exposto à chuva, a uma chuva miúda e ininterrupta de inverno, a uma chuva fria e fina guasqueada de vento, entregando-se sob a

inclemência do tempo impassível, ficando inteiramente perdidos alguns cadernos (PORTO ALEGRE, 2004, p. 29).

Há relatos de fragmentos de páginas da obra encontrados nas casas dos comandantes da guarda estatal, assim como moedas antigas que Apolinário colecionava e que eram também parte do museu do Partenon Literário. O acervo de quatro mil livros de interesse científico e geral que Apolinário guardava em casa também foi destruído pelas tropas governistas: “da opulenta biblioteca particular da Casa Branca, poucas obras chegaram até nós”, lamenta Lothar Hessel em breve texto em que elenca cerca de 300 autores citados por Apolinário apenas no *Popularium*:

Nenhuma outra seção da presente obra poderá dar ao leitor uma visão aproximada do que foi a soma de conhecimentos, de interesses e de livros que gravitaram em torno do cérebro de Apolinário Porto Alegre. Ao constatar o número e a diversidade de filólogos, linguistas, lexicógrafos, historiadores, geógrafos, cronistas, viajantes, americanistas, tupinólogos, orientalistas, sanscritistas, zoólogos, botânicos e tantos outros especialistas, cujas obras Apolinário compulsou diretamente o leitor não regateará admiração (PORTO ALEGRE, 2004, p. 471).

As tropas castilhistas também pintaram os cavalos tordilhos de Apolinário com piche, derrubaram o pomar de frutíferas que ele cultivava e dizimaram sua criação de animais. “No retorno era um desiludido a caminho da misantropia”, escreveu De Paranhos Antunes, no suplemento especial de *A Manhã* dedicado a Apolinário (PORTO ALEGRE, 2004, p. 25). Era 1895, e com a paz assinada em 23 de agosto, não tardou a vir a anistia. No final do ano, o escritor volta a Porto Alegre. Ele já estava a caminho de completar 52 anos de idade e dava os primeiros sinais da tuberculose que iria, poucos anos depois, leva-lo à morte, conforme registrou Caldas Junior (*apud* DAISSON, 1925, p. 138):

[...] era ainda o mesmo homem de vasto saber e de altivez inflexível, mas alquebrado já pelos anos, com enfermidade mendaz a minar-lhe o organismo, de espírito abatido, todo ele ressumbrando os estragos de um ceticismo invencível. E assim - taciturno, triste, irritadiço e descrente - deu-se a um abandono e a uma esquivança que eram os últimos traços da epopeia de um vencido.

Apesar da frustração, Apolinário não entregou os pontos. Pelo contrário, seguiu ativo. A memória do filho Álvaro apresenta um homem “no retiro nemoroso da Casa Branca, no silêncio respeitoso das suas amplas salas”, “visto sempre entre livros e papéis, entre montões de livros e rumas de papéis, estudando e escrevendo sempre” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 25).

Trabalhava para dar ordem à parte do *Popularium* que foi salva das claquas castilhistas, conforme rememorou seu filho Álvaro anos mais tarde: “Na valiosa obra [...], Apolinário Porto Alegre, após sua vinda do exílio, muito trabalhou, procurando reconstituir o que mãos sacrílegas e republicanos amauróticos destruíram numa fereza de chacais, aos berros ridículos de ‘Viva a República!’” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 29). Aparentemente

esteve perto de concluir a tarefa, pois em *Às margens de alguns brasileirismos*, Augusto Daisson (1925, p. 11) conta que “a morte surpreendeu o autor justamente na ocasião em que

seus amigos pretendiam mandá-la imprimir”. Seguia produzindo poesias, como se constata ao consultar o volume *Flores da Morte*, editado postumamente: nele, há versos datados até 1904, ano em que morre o escritor, e o editor observa, ao final do livro: “A publicação deste livro foi iniciada em vida de seu inditoso autor, que tencionava fazer pessoalmente a revisão das FLORES DA MORTE; o destino assim não o quis. Haja pois, o leitor de relevar algumas faltas ou incorreções que acaso encontre” (AGUIAR, 2001, p. 261).

Naquele mesmo ano de seu retorno, publicaria o relato *Viagem à Laguna*, no *Jornal do Comércio*, dirigido pelo irmão Aquiles, no qual revelava apontamentos sobre índios, geologia, florestas e vocabulário específico da localidade em que se abrigou para fugir das perseguições castilhistas. A língua continuava atraindo sua atenção e, em 1896, publica *Ligeiro estudo sobre formas quinhentistas*, com suas pesquisas nos arredores da Casa Branca (DAISSON, 1925, p. II). Augusto Daisson recolhe, no apêndice de seu livro dedicado a Apolinário, cartas que o professor escreveu para a nora, Amalia Furtado, esposa de Álvaro Porto Alegre. Nas missivas, escritas entre 1903 e 1904, ele solicita auxílio para pesquisas. Em 1º de janeiro de 1904, pouco menos de três meses antes de morrer, declara Apolinário à nora: “Quanto ao meu trabalho, não o tenho deixado; cotidianamente vai mais uma pedra para o edifício” (DAISSON, 1925, p. 131). Mesmo na convalescência se esforçava: “Agora, trabalho dois dias para deixar de trabalhar três e quatro. É um verdadeiro martírio [...] Até a obra, em que eu estava empenhado ultimamente com tanto interesse já começa a me aborrecer. E era, entretanto, o meu passatempo, talvez a minha última ilusão!” (DAISSON, 1925, p. 128).

Ao mesmo tempo, não perde o bom humor, como quando, por exemplo, menciona a ausência de um dos filhos, que não vê há tempos:

[...] não me dará notícia do interessante poeta Alencarino, que em versos, tanto deseja morrer e ainda não morreu? Há mais de 3 ou 4 semanas não o vejo. Quem sabe se não fez a viagem ao Polo Norte ou aos sertões da África? Não quis, porventura, participar-me tão audaciosas empresas! (DAISSON, 1925, p. 129).

No prefácio que escreve para Alcides Maya, em *O Rio Grande Independente* (1898), também dá mostras da picardia que guardava mesmo naqueles anos de complicações:

[...] pede-me o ilustre autor do Rio Grande Independente uma prefação ao seu livro. [...] Nisto segue o uso, o que eu considero uma inutilidade. [...] Se a obra é boa de per si, que importa o prefácio? De que serve ele? É apenas uma excrescência. [...] Se é má, não altera-lhe nem o fundo, nem a forma; por melhor que ele seja, não a salvará do naufrágio (MAYA, 1898, p. 7).

Os anos finais da década de 1890 foram também de engajamento literário e político. Em 1896, Apolinário Porto Alegre está presente no Congresso de Porto Alegre, encontro do Partido Federalista que se repetirá em 1902, em Bagé, em que novamente o escritor marca presença. Aliás, Apolinário se manteria como membro do diretório federalista na capital até o fim da vida.

Na área literária, se integra ao Centro Literário de Porto Alegre, criado em 1897 (mesmo ano da fundação da Academia Brasileira de Letras, no Rio). Mais adiante, em 1901, contará como um dos fundadores da Academia Rio-Grandense de Letras: para sua cadeira, escolheu como patrono o velho amigo Caldre Fião.

A tradição inaugurada por Apolinário de retratar e estudar o tipo gaúcho ganhou corpo em 1898, com a publicação de *Recordações Gaúchas*, de Luís Araújo Filho, e a criação de um precursor dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), no Colégio Militar de Porto Alegre, o Grêmio Gaúcho, tornado realidade pelo militar e escritor João Cezimbra Jacques. Esse foi o ano em que Borges de Medeiros assumiu o governo do Estado, sucedendo Julio de Castilhos (que doente, viria a morrer em 1903) e inaugurando o longo período de 30 anos em que governou, que só terminaria com a ascensão de Getúlio Vargas, o qual sairia do Palácio Piratini para o do Catete, após a Revolução de 1930.

Em 1899, uma notícia no jornal *A Federação* dá conta de que “O Sr. Labieno Jobim, chefe da seção da fazenda da intendência municipal mandou intimar Apolinário Porto Alegre para no prazo de 48 horas, pagar a multa de 50\$ que lhe foi imposta, por uso de armas proibidas” – possivelmente Apolinário Porto Alegre estava buscando meios para se defender, pois, em 18 de novembro daquele ano, seria alvo de um atentado à bala, quando ia para Casa Branca, à noite. Mas o escritor também utilizava truques mais simples para escapar das armadilhas que lhe eram armadas, como trocar os cavalos que utilizava com os de amigos, enganando os atiradores:

Houve tocaias contra Apolinário, na estrada que passava pela Chácara das Pedras, atual Avenida Protásio Alves, sem que os bandidos disparassem por serem enganados pela troca do cavalo zaino de Apolinário por um tostado de propriedade de um amigo. Mas na terceira, em 18.11.1896, dispararam dois tiros. Simples advertência? Má pontaria? (FLORES, s.d.).

Adoece na virada dos anos 1880 para os 90, conforme escreve em cartas a Dona Nhazinha, a nora, esposa de Álvaro Porto Alegre: registra “um acesso de bronquite formidável” em novembro de 1902, que vai se repetindo em episódios regulares, levando-o à morte em 1904. Em agosto de 1903, descreve situação difícil:

[...] o mês de julho, como sempre, como não quis matar-me (não pôde) não passou, sem deixar sinal fúnebre de sua passagem. Cai doente como em novembro; a minha felicidade foi que eu estava mais forte, e, apesar de ser no inverno, opus maior resistência. Contudo, cinco dias e cinco noites não me foi possível pregar o olho, o que me fez de novo emagrecer (DAISSON, 1925, p. 126).

Encerra a carta esperando “que agosto me fortalecerá”, o que, contudo, não acontece, pois, em 19 de setembro, torna a registrar: “Eu vou mal. Preparo os biscoitos para a grande travessia do mar infinito” (DAISSON 1925, p. 127). Na última carta, publicada por Augusto Daisson, datada de 22 de fevereiro de 1904, Apolinário registra uma piora forte, nove dias

antes: “Se quiser prestar-me um bom serviço, peça ao Álvaro um expectorante que me desprenda facilmente as secreções dos brônquios, que, às vezes, me dão um trabalho que acaba em terrível canseira” (DAISSON, 1925, p. 132).

Nessa altura, a enfermidade já o impede de deixar o leito: “Crê então que eu, gostando de caminhar, esteja de cama, imobilizado por gosto?”, questiona à Nhazinha. Refere uma visita do filho Alencarino e a luta que empreenderam para tirá-lo da cama. “Finalmente foi resolvido que ele fosse buscar o carrinho de vocês para fazer uma visita ao Marcolino que está como eu. Fiquei mais animado com o sol que apanhei, o ar que absorvi e os solavancos do próprio carro” (DAISSON, 1925, p. 133), se diverte.

Poucos dias depois, Apolinário Porto Alegre daria entrada em um quarto particular de 1ª classe, na Santa Casa de Misericórdia, onde viria a falecer em 23 de março, segundo Moacyr Flores, na mais absoluta miséria. No dia seguinte, o próprio Caldas Junior, fundador e diretor do *Correio do Povo* dá a notícia: “Sucumbiu ontem, aos estragos da tuberculose pulmonar, e de uma lesão cardíaca, o velho e abalizado educacionista rio-grandense Apolinário Porto Alegre” (DAISSON, 1925, p. 135).

As aulas em dois colégios – o Ginásio Ganganelli, de Idelfonso Gomes, e a escola Mauá, da Associação dos Empregados do Comércio – foram suspensas em luto por sua morte. No enterro, compareceram pelo menos 100 personalidades dignas de figurar com nome e sobrenome nas páginas do *Correio do Povo*: eram autoridades militares e eclesiásticas, militantes políticos, escritores e jornalistas que disputaram “as alças do caixão que encerrava despojos tão preciosos” no caminho entre a igreja e o cemitério, percorrido a pé pelo cortejo fúnebre (DAISSON, 1925, p. 142):

Ao descer o corpo à sepultura, falou o distinto literário Damasceno Vieira, enaltecendo os méritos do pranteado educacionista. Comovido até as lágrimas, Damasceno Vieira, que foi seu amigo e companheiro de lides literárias, traçou, com grande propriedade, os característicos da individualidade de Apolinário Porto Alegre. O seu discurso, com elevação de conceitos, frase elegante e profunda sinceridade, foi uma bela homenagem prestada à memória do extinto patricio (DAISSON, 1925, p. 142).

Na *Gazeta do Comércio* já se anuncia a publicação póstuma de *Flores da Morte* (“O velho homem de letras deixa já no prelo um belo livro de poesias que brevemente será exposto à venda”), o que de fato acontece nos meses seguintes. Em *Flores da Morte*, há 24 poesias. Nem todas foram escritas no momento final, há mesmo algumas datadas da década de 70, mas que, ao serem escolhidas para integrar ao volume, compõem “o quadro de melancolia e tristeza” exposto naquelas páginas, conforme qualifica Maria Eunice Moreira (1989, p. 58):

A tristeza e a amargura que envolvem o poeta, a saudade e a distância provocadas pelo afastamento dos entes queridos e, sobretudo, a proximidade da morte o levam à escrita de poemas, que, abandonando o lamento individual, assumem outra dimensão, discutindo problemas de ordem filosófica. Desse modo, as relações vida/morte, espírito/matéria e a própria questão da transcendência são poetizados, provocando indagações metafísicas (MOREIRA, 1989, p. 59)

Apolinário presente a morte e escreve sobre isso. Também se debruça sobre temas existenciais, como a existência de Deus.

CAPÍTULO 2 – LEGADO

2.1 - Caminhada póstuma irregular

No dia seguinte à morte de Apolinário Porto Alegre, Alcides Maya publica um artigo repassando a vida do mestre e amigo no jornal *O País*, do Rio de Janeiro. Quarenta anos depois, esse mesmo texto será reproduzido pelo diário *A Manhã*, na edição especial que celebrou o centenário de nascimento do autor – acrescentando a observação de que o original não vinha assinado, erro corrigido somente naquela ocasião. Maya encerra seu obituário com um lamento: “Descuidado da sua nomeada intelectual, [Apolinário] nunca pensou seriamente em reunir os seus trabalhos numa edição definitiva, que hoje, compete ao Rio Grande do Sul empreender” (A MANHÃ, 1944).

A tarefa encomendada por Alcides Maya jamais chegaria perto de se concretizar e mesmo a memória de Apolinário Porto Alegre esteve em constante instabilidade nos anos que se seguiram à sua morte. No momento imediato houve certo interesse. Além de *Flores da Morte*, em 1904, também a Tipografia Marioni aproveita o clamor causado pelo falecimento de Apolinário Porto Alegre para relançar, na capital, o volume de contos *A Tapera*, publicado originalmente em Pelotas, em 1876. O *Correio do Povo* chegou a comandar uma mobilização para erguer um monumento em homenagem ao mestre da Casa Branca e 32 intelectuais se dispuseram publicamente a integrar uma comissão para editar seus inéditos.

Mas foi só. Depois disso, mais de duas décadas passarão antes que outra obra de Apolinário Porto Alegre fosse levada ao prelo. Em 1908, tudo parecia estar encaminhado para que a editora Globo publicasse “um trabalho de Apolinário Porto Alegre sobre poesia popular rio-grandense”. A organização do volume caberia ao discípulo e amigo Alcides Maya – ele já era um cronista famoso, mas ainda não tinha publicado *Ruínas Vivas*, o romance que narra a decadência da figura do gaúcho.

A resistência à edição, entretanto, parece ter sido grande, como se depreende de um comentário publicado em *A Federação*: “Pensávamos que Alcides Maya, o primacial, ia publicar uma obra. Mas na falta de quórum, encostou-se ao Sr. Ubatuba e vai editar versos do velho Apolinário. Cada qual com o que Deus lhe deu”.

Vindo o ataque do jornal oficial do Partido Republicano, não é impossível pensar que houve certa intervenção política no boicote à publicação. Não seria a única iniciativa do Estado que traria sérias consequências à memória de Apolinário Porto Alegre. A Câmara Municipal, por exemplo, autorizou a retificação do Caminho do Meio (atual Protásio Alves), e o novo traçado passou justamente “no meio do campo da Casa Branca”, anota o historiador Moacyr Flores. Além disso, o prédio do Instituto Brasileiro foi demolido para a abertura de uma rua (FLORES, s.d.). Augusto Daisson observa, em 1925, que o edifício da famosa escola permanecia parcialmente em pé, mas que tivera partes demolidas também (p. 29).

No obituário dedicado a Apolinário, Caldas Junior já alertava que tanto a biblioteca como o museu do autor estavam “infelizmente jacentes em lamentável abandono, pelos compartimentos da Casa Branca”. De fato, a biblioteca seria “irremediavelmente perdida” como anota o filho Álvaro, em depoimento reproduzido em artigo que precede a antologia do Partenon Literario: pelo menos 5 mil volumes foram extraviados, “ninguém sabe responder” onde se encontram, lamenta (ZILBERMAN, 1980, p. 21). Não é de surpreender, uma vez que com o autor ainda vivo, em 1897, Alcides Maya escreve: “As obras do ilustre velho da Casa Branca estão quase perdidas” (MAYA, 1897, p. 73).

O seu acervo hoje está disperso. Conta Moacyr Flores que logo depois de sua morte, a maior parte dos manuscritos foram levados ao Rio de Janeiro por um “escritor amigo” para tentar a publicação, sem sucesso. Lothar Hessel inclusive menciona a “indicação de Velho Sobrinho de que em 1917 a Imprensa Nacional houvesse publicado o *Popularium Sul-Rio-Grandense*”, fato que não foi comprovado “nem os herdeiros do autor tiveram algum conhecimento” (HESSEL, 2004, p. 468). Anos depois, o herdeiro Álvaro Porto Alegre reaveu parte do material. De resto, há documentos de Apolinário Porto Alegre no Instituto Histórico e Geográfico e distribuído entre coleções particulares, como a do próprio Moacyr Flores, que possui manuscritos das peças de teatro e cartas coletadas pelo autor com familiares de guerreiros farroupilhas, possivelmente parte de suas pesquisas sobre a revolução, que ele pretendia transformar em um guia histórico.

No campo das publicações, a segunda metade da década de 1920 marca certa retomada. Talvez incentivada pelo volume *Às margens de alguns brasileiroismos*, de Augusto Daisson, em que o pupilo homenageia o mestre da Casa Branca, publicado em 1925, a Globo

aposta na primeira edição em livro de *O Vaqueano*. As homenagens se completam em 1927, com a inauguração do busto de Apolinário, na atual Praça Argentina, em Porto Alegre (retirado do local há muitos anos) e em 1928, com a conferência de Belisario Pena que outorga a Apolinário o título de maior educador do Rio Grande do Sul “e quiçá do Brasil”. Em 1935, o centenário da Guerra dos Farrapos é o ensejo perfeito para a publicação do então inédito *Cancioneiro da Revolução de 1935*, também pela Globo – cuja história adiante será contada.

O ano de 1944 marcaria o centenário de nascimento do escritor, nova efeméride a provocar uma onda de homenagens. Em 26 de agosto, um ato celebrou Apolinário na Federação das Academias de Letras, no Rio de Janeiro, com discursos de De Paranhos Antunes, Leôncio Correa e Antônio Carlos Machado (notícia de *A Manhã*). Três dias depois, a festa ocorre na Academia Brasileira de Letras, com direito a registro em jornais nacionais.

Por esse tempo houve ainda uma cerimônia privada – ou mais do que isso, íntima – na casa de Alcides Maya: muito doente, Maya não conseguiu participar das festividades em memória do mestre da Casa Branca e promoveu uma singela homenagem, relatada dias depois por Múcio Leão no jornal *A Manhã* (suplemento literário *Autores e Livros*). Maya morreria em seguida:

[...] convocou ao seu quarto de doente dois amigos de outros tempos, dois escritores de sua terra, dois outros amorosos da memória de Apolinário Porto Alegre. A um deles entregou um modesto objeto de seu uso pessoal, uma saboneteira, na qual havia colocado alguns grãos de incenso. E pediu-lhe que queimasse esse incenso, voltando o incensório, numa intenção de religião e de amor, para o lado do Sul. Era o desejo de mandar aquela fumaça perfumada para a Casa Branca, para a casa em que vivera o seu mestre dileto, para a casa em que, antes de se ir abrigar, na sua solidão dolorosa, o coração ferido de Apolinário Porto Alegre, os revolucionários de 35 haviam tido o seu quartel general. Dirigindo-se ao outro amigo, com a fronte apoiada em uma das mãos, Alcides falou, durante longos quartos de hora, dando a síntese de suas impressões sobre Apolinário Porto Alegre, expressando qual o valor do seu querido mestre no conjunto mental do Rio Grande do Sul e do Brasil. E ao findar essa palestra preciosa, recomendou que o amigo transmitisse as suas ideias às gerações gaúchas que estão despertando. Foram - o incenso e as palavras mandadas ao Rio Grande do Sul – as derradeiras mensagens desse homem, que tanto amou o seu povo (A MANHÃ, 1944).

Em 1963 a editora Cultrix republica *O Vaqueano* dentro da coleção *Novelas Brasileiras* e, uma década depois, a Editora Três inclui o livro na coleção *Imortais da nossa literatura*. Mas, é nos anos 80, que aquela obra considerada a maior escrita por Apolinário vai finalmente ganhar a luz, com a edição do *Popularium Sul-Rio-Grandense*, iniciativa do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Lothar Hessel (que seria responsável também pela reedição do *Cancioneiro da Revolução de 1835*, em 1981, e por um volume de estudos sobre o Partenon Literário no qual há muita informação sobre Apolinário). Depois viriam as reedições de *Paisagens* e *O Vaqueano*, em 1987, e, finalmente uma

antologia de teatro do autor, lançada pelo Instituto Estadual do Livro, em 2001. Apolinário aparece ainda em uma coletânea de poesia e prosa do Partenon Literário, lançada em 1980.

2.1.1 Inéditos depois da morte

Quando Alvaro Porto Alegre consegue resgatar os manuscritos de Apolinário Porto Alegre que tinham ido parar no Rio de Janeiro, com a promessa de publicação nunca cumprida, ele inicia uma série de tentativas de convencer o mercado editorial de que o material merecia ser levado ao público. Havia muita coisa inédita.

O primeiro registro dessas manobras aparece no livro de Augusto Daisson, *À margem de alguns brasileirismos*, de 1925, quando o autor registra: “Devido a uma gentileza do sr. Alvaro Porto Alegre, digno filho de Apolinário Porto Alegre e distinto funcionário dos Telégrafos, temos em nosso poder os manuscritos da grande obra daquele extinto professor” (DAISSON, 1925, p. 15).

Daisson avisa que o material ainda está incompleto: “Essa obra não foi ainda publicada, porque, depois da morte do autor, não foram, até hoje encontrados alguns cadernos que representavam, talvez, a sua parte mais importante” (DAISSON, 1925, p. 15). O autor não diz explicitamente, mas fica claro que se trata dos originais do *Popularium Sul-Rio-Grandense*.

João Pinto da Silva também tomou conhecimento desse material, pois o cita em sua pioneira *História Literária do Rio Grande do Sul* – e ainda cobra: “A análise imparcial e completa do seu mérito (de Apolinário) e da sua influência não poderá ser tentada antes de impressos os diversos volumes que lhe constituem o opulento espólio intelectual” (SILVA, 2013, p. 111). Outro historiador da literatura gaúcha, Guilhermino Cesar igualmente advoga em prol da causa: “[Apolinário] deu sempre grande importância a tais estudos, que enfeixou em numerosos cadernos, destinados a corporificar uma obra tão volumosa quanto decantada, o *Popularium*, que infelizmente continua inédita, dela se tendo publicado apenas uma pequena parte” (CESAR, 2006, p. 220).

Nas notas de rodapé, ele admite ter lido “rapidamente em 1943 ou 1944” os originais do livro na casa de Alvaro: “Impressiona realmente a cópia de estudos ali reunidos a vastidão dos assuntos abordados” (CESAR, 2006, p. 223). Em um artigo publicado em 1949, no *Correio do Povo*, Augusto Meyer também revela ter tido contato com os manuscritos do livro. O texto foi reproduzido por Tânia Carvalhal, na edição de 2002 de *Pêssegos Verdes*:

[...] insaciável de saber, voltado para tudo, atacando o ambicioso projeto do seu *Popularium* sem o devido método e os meios materiais indispensáveis. Os cadernos amarelentos e ainda inéditos do *Popularium Sul-rio-grandense*, que há mais de um

ano examinei, com profunda emoção, revelam vigorosa tensão da vontade, obstinado esforço, erudição extensa, mas fatalmente acabam no fragmentário e indefinido da pesquisa ilimitada (MEYER, 2002, p. 108).

Por outro lado, no *Guia do Folclore Gaúcho*, que Meyer publica em 1951, ele inclui algumas linhas sobre o autor, a quem, aliás, dedica a obra, agregando versos do poema *O Albatroz*, de Charles Baudelaire: “À memória do Mestre da Casa Branca [...] Apolinário Porto Alegre [...] (Ses ailes de géant l’empêchent de marcher)” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 27).

Nesse texto, Augusto Meyer deixa explícita sua torcida para que a obra de Apolinário fosse valorizada devidamente, sobretudo o material que ainda permanecia inédito: “Com todo o seu caráter de grandeza truncada, é cada vez mais estimulante o seu exemplo, e à sua memória é dedicado este ensaio. Possa ele contribuir indiretamente para a publicação do *Popularium*, chamando a atenção para a importância desse monumental fragmento” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 28)

Isso era nos anos 50, mas outro texto que aparece no final da segunda edição do *Popularium* revela que o interesse de Meyer pelo conteúdo era ainda mais antigo, datando do início do século XX. É um depoimento de Theodomiro Tostes, um dos inseridos na seção das manifestações públicas saudando a iniciativa de 1980, que Lothar Hessel acrescentou ao final do volume com a segunda edição:

[...] lá pelo fim da década de vinte, Augusto Meyer, que foi em tudo nosso *miglior fabbro*, distraía-se às vezes da poesia e dos ensaios puramente literários numa campeiragem sentimental pelos assuntos e temas do Rio Grande. [...] Foi Augusto que nos falou a primeira vez do *Popularium* e da figura quase lendária do mestre Apolinário, numa sequência de assonâncias e aliterações que o ritmo do chope ia ajudando. Só sei que o livro até mudou de nome. Passou a chamar-se, para nós, *Apolinarium*, numa feliz conjugação em que autor e título se confundiam (PORTO ALEGRE, 2004, p. 680).

Embora admirador de Apolinário Porto Alegre, Augusto Meyer não publicou o *Popularium* quando teve a chance. Ele recebeu os originais da obra quando diretor do Instituto Nacional do Livro, cargo que ocupou durante 30 anos a partir da criação da instituição, em 1937. A história está relatada no próprio corpo do *Popularium*, em um emaranhado de notas dispersas ao longo do livro e em uma breve cronologia que o organizador formula.

O *Popularium Sul-Rio-Grandense* foi publicado pela primeira vez em 1981 – mais de cem anos depois de escrito. Para levar a cabo essa empreitada, partindo de originais “em estado de deplorável desorganização” conforme o próprio organizador, Lothar Hessel recorreu a pedidos de auxílio. Entre eles, enviou, por intermédio da universidade, em 1970, uma carta ao Instituto Nacional do Livro – então já dirigido por Maria Alice Barroso – solicitando o material que estava depositado na instituição referente ao *Popularium Sul-Rio-Grandense*. Lothar Hessel sabia que, em 1953, a Academia Sul-Rio-Grandense de Letras havia proposto

formalmente a edição das obras completas de Apolinário a Augusto Meyer – e também que o então diretor recebera o material de Álvaro Porto Alegre.

“Recebido no sul, confirmou-se que não se tratava dos manuscritos originais de Apolinário, mas de cópia parcial feita por Álvaro Porto Alegre, acrescida de cópia datilografada de uns poucos capítulos feita naquele instituto” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 492). O material, entretanto, parece ter sido incluído na primeira edição, junto com os manuscritos originais que foram encontrados, pois há notas de rodapé ao longo do livro que mencionam: “texto transcrito de cópia de Álvaro Porto Alegre”.

Porém, no lançamento do *Popularium*, Lothar Hessel descobriria que parte do material ficara sob a guarda direta do ex-diretor do INL, conforme o organizador revela na apresentação à segunda edição:

[...] no próprio dia do lançamento da primeira edição do *Popularium Sul-Rio-Grandense*, em 1980, a professora Tania Franco Carvalhal opinou para o reorganizador da obra que nela talvez não estivesse a parte que se encontrava no Rio de Janeiro, nas mãos de Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, ao falecer, dez anos antes (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495).

Consultando os arquivos do jornal *A Manhã*, encontra-se notícia de 29 de agosto de 1944 que informa: “Neste instante, numa iniciativa altamente louvável, o INL vem tomando as necessárias providências para publicar o importante trabalho de Apolinário Porto Alegre, o *Popularium Sul-Rio-Grandense*” (A MANHÃ, 1944).

Segundo o general Souza Docca, entrevistado pelo periódico, o manuscrito contabilizava mais de mil páginas. Ele complementa, ainda, dizendo que o mesmo instituto publicará o relato *Viagem à Laguna*, acrescentando que viria “prefaciado pelo dr. Valdemar de Vasconcelos” (A MANHÃ, 1944).

Alertado pela colega Tania Carvalhal, Lothar Hessel se apresenta à herdeira de Augusto Meyer, que lhe entrega o material que estava com o pai e “que Augusto tencionara publicar por partes” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495). Os originais faltantes permitem então publicar a segunda edição do livro, ampliada.

Mas é de causar espanto que ainda com esse acréscimo, a segunda edição tampouco esteja completa – a informação sobre mais um fragmento disperso aparece mencionada em outra edição póstuma, de outro livro de Apolinário Porto Alegre: a versão do *Cancioneiro da Revolução de 1835* organizada por Lothar Hessel. Editado originalmente em 1935, pela Globo, foi reorganizado por Lothar Hessel, em 1981, sob o selo da Estante Rio-Grandense União de Seguros (Erus); “O organizador [da primeira edição], possivelmente seu filho Álvaro Porto Alegre, dispôs então de dois manuscritos originais sobre o assunto, mas

diferentes em parte. Esses textos só nos chegaram às mãos em novembro de 1980”, introduz Hessel (PORTO ALEGRE, 1981, p. 09).

Diz o organizador da versão mais completa que Álvaro, entretanto, optou por incluir, na edição de 1935, basicamente o conteúdo de um dos manuscritos, embora algumas poucas matérias do segundo manuscrito também tenham saído no primeiro livro – o que “comprova que o organizador de então detinha ambos os originais” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 09). O segundo manuscrito continha, além de “poesias relativas ao decênio farroupilha”, três outras seções que “reúnem poesias populares no Rio Grande do Sul, de raro valor para estudos de folclore e da cultura” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 135).

Serão editadas, se Deus quiser, com outras matérias de igual interesse, todas pertencentes ao *Popularium Sul-Rio-Grandense*, de Apolinário Porto Alegre, mas chegadas às nossas mãos meio ano após a edição feita em 1980 pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Estadual do Livro (PORTO ALEGRE, 1981, p. 135).

Ao explicar os manuscritos que considerou para a sua versão do Cancioneiro, Lothar menciona dois conjuntos de versos populares: em um deles, o mais volumoso, havia material que não tratava exclusivamente da Revolução Farroupilha. Eram “versos populares gaúchos, cantos e danças, silva de quadrinhas (jogralices)” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 10).

Entretanto, esse conteúdo não consta na nova edição do *Popularium* que ele editaria 20 anos depois da primeira. As razões pelas quais tais trechos não foram incluídos não estão claras, tampouco a razão para a demora da edição ampliada. Também, não se sabe por que Augusto Meyer não concretizou sua intenção (no material entregue pela filha, Hessel viu “indícios de que Augusto Meyer tentava publicar o *Popularium*, ou parte dele”), embora tenha tido poder suficiente (foram 30 anos como diretor do Instituto Nacional do Livro) e nutrisse profunda admiração pela obra que guardava.

No *Cancioneiro da Revolução de 1835*, Lothar Hessel menciona ainda a existência de um volume intitulado *Cancioneiro Popular* do autor rio-grandino, que deveria ser cotejado com outras obras “assim que se conseguir editar”. Não parece se tratar do material sobressalente dos manuscritos consultados para a obra, porque ele não faz esse nexo.

Trocando em miúdos, o *Popularium Sul-Rio-Grandense* que conhecemos hoje, mesmo em sua versão mais completa, provavelmente não é o livro que Apolinário tinha em mente publicar e segue tendo trechos inéditos que foram, sim, encontrados:

Bem terá desejado Apolinário arrematar sua obra magna com uma revisão, uma complementação, uma sistematização ideal. Entretanto, o período que mediou entre as perseguições, por parte de seu adversário político Julio de Castilhos, e sua morte, após longa enfermidade, não lhe terá sido propício nem suficiente para tanto (PORTO ALEGRE, 2004, p. 13).

Também se nota falta de capítulos ou conteúdos mencionados em outras obras como parte do *Popularium*. Guilhermino Cesar, que consultou os originais, cita um índice que começa com “Introdução – um estudo sobre o português em sua evolução nos domínios europeus” que não está no livro editado por Lothar Hessel. Ele menciona o capítulo para o cancionero rio-grandense, entretanto.

Mesmo o que foi compilado por Hessel está disposto de forma bastante confusa. Ainda na apresentação à primeira edição, Lothar Hessel previne os leitores dos previsíveis problemas de editoração de obra incompleta e complexa, escrita 100 anos antes, e sem os recursos necessários para contratar equipe maior, mesmo com o apoio do Instituto Estadual do Livro e da UFRGS, que deu auxílio financeiro através do Programa de Pós-Graduação em Letras, além da estrutura da editora universitária:

Devolver (aos originais) condições mínimas de editoração era tarefa cujo porte não enganaria ninguém. [...] Se nos decidimos a oferecer ao público lusofônico apenas uma edição completa e fidedigna, e não uma edição crítica, é porque desejávamos levar a termo essa empresa tantas vezes sugerida, tentada ou iniciada, e jamais concluída. Um edição crítica de obra heterogênea como o *Popularium* requereria o trabalho de uma equipe de especialistas; como reuni-la e remunerá-la sob o atual condicionamento cultural? (PORTO ALEGRE, 2004, p. 13).

O acréscimo do material que estava sob a guarda da família Meyer é um avanço, mas, contando provavelmente com recursos limitados, Lothar Hessel optou por dispor esse material imediatamente ao final da matéria que consta na primeira edição, ainda que muitos conteúdos claramente façam referência ou completem capítulos da versão de 1980. Com isso, na edição de 2004, a primeira parte, compreendida entre as páginas 12 a 492, são reproduções fac-similares da publicação de 1980, composta principalmente a partir de manuscritos de Apolinário e de cópias feitas por seu filho Álvaro Porto Alegre nos casos em que não havia originais ou em que estes estavam inteligíveis. Há ainda o quinto capítulo, intitulado ‘Filologia Comparativa – Raízes’, transcrito diretamente da *Gazeta* de Porto Alegre, e dois cadernos datilografados provenientes do Instituto Nacional do Livro.

A segunda parte acrescenta oito novos capítulos transcritos a partir dos originais de Apolinário e provenientes do Instituto Nacional do Livro. Ela traz algumas correções a respeito de conteúdos publicados anteriormente, porém, o método escolhido por Lothar Hessel (de apenas “colar”, na sequência das cópias da primeira edição, as informações coletadas para a segunda) faz com que os erros se mantenham na primeira parte, sendo corrigidos apenas centenas de páginas mais adiante. Há ainda um capítulo inteiro publicado na parte final do livro que é o primeiro de três cadernos (os outros dois publicados na primeira parte) sobre elementos bantôs na fala rio-grandense:

[...] manuscritos a pena de aço; dispersos pela soldadesca castilhista; irrigados pela chuva; em parte perdidos para sempre, em parte recolhidos por seu filho adolescente; refeitos parcialmente pelo autor na volta do exílio; guardados durante decênios por Álvaro Porto Alegre”; mencionados periodicamente e apontados por intelectuais como de necessária publicação; assim nos chegaram às mãos os originais do *Popularium*, em estado de deplorável desorganização (PORTO ALEGRE, 2004, p. 13).

Como é possível notar, Lothar Hessel fez o possível para levar a cabo a empreitada editorial.

2.1.2 Oportunidade perdida

No período em que estive no exílio, em Montevideú, e a Casa Branca de Apolinário ficou à mercê das tropas de Julio de Castilhos, uma importante parte de sua obra foi destruída. Não apenas os cadernos do *Popularium Sul-Rio-Grandense* nunca encontrados, conforme denuncia o filho Álvaro:

[...] desapareceu também naquele ciclo de barbarismo inqualificável, repulsivo, hediondo, a sua importante *História da Revolução de 1835*, volumoso trabalho em que havia empregado mais de 30 anos de labor insano, ora ampliando um capítulo, ora esclarecendo pontos duvidosos, trabalho pelo qual mostrava verdadeiro entusiasmo, parecendo até remoçar quando dele falava. Desta obra de valor inestimável apenas se salvaram dois cadernos de papel almaço (PORTO ALEGRE, 2004, p. 29).

O interesse por história do Rio Grande do Sul ia além, segundo se depreende da afirmação de Alcides Maya, de que Apolinário teria chegado a publicar uma “memória sobre os charruas, editada em jornais do Prata” (MAYA, 1944).

O primeiro texto que circulou no Rio Grande do Sul sobre a Revolução Farroupilha foi o livro *Memórias de Garibaldi*, por volta de 1870, escrito por Alexandre Dumas: “Levantou o silêncio sobre a guerra”, assegura o historiador Moacyr Flores (REVISTA JÁ, 2016, p. 27). Livros de história demoraram ainda mais a romper a censura do Império: o primeiro foi em 1881, assinado por Tristão de Alencar Araripe, que fora presidente da província e o escreveu com base nos registros do império. Mesmo o diário de Antonio Vicente da Fontoura, escrito durante a guerra, só foi publicado em 1910:

Até 1870, preocuparam-se os cultores da história local em esclarecer notadamente as origens do Rio Grande, reunindo no mesmo passo material para estudos mais completos acerca das Missões, durante a dominação espanhola. Terminada essa primeira fase dos estudos históricos, só veio a aparecer a segunda após a Guerra do Paraguai [...] A preferência dos historiadores iria então bipartir-se: de um lado, o assunto ainda ensopado de sangue – a luta externa; de outro lado, com os primeiros rebates da livre propaganda republicana, a valorização da experiência do heroísmo dos Farrapos (CESAR, 2006, p. 146).

As pesquisas demonstram que Apolinário Porto Alegre estava preparando sua versão da história da guerra. Ele deixa registrado que possuía documentação arquivada e seus herdeiros atestam que fez longa busca de material que fosse e pudesse revelar detalhes da luta.

O próprio historiador Moacyr Flores, por exemplo, possui em seu acervo privado cartas que Apolinário recolheu com familiares de integrantes do exército farroupilha.

No *Cancioneiro da Revolução de 35*, Apolinário revela algumas dessas fontes, como uma carta de Bento Gonçalves que consultou. “O trecho infra de uma carta de Bento Gonçalves, de 10 de fevereiro, tem relação com este fato: ‘O general Neto carregou sobre Silva Tavares e Rio Grande, depois de fazer dispersar os restos de José Rodrigues, mesmo no Estado Oriental, em combinação com aquele governo’” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 60).

Nessa obra aparecem outros registros do período, como um rascunho da ilustração bordada em tradicionais lenços farroupilhas que presume fosse “obra do vigário apostólico da república, ilustre sacerdote, Francisco das Chagas Martins Ávila, pois dele possui um bosquejo original que mostra apenas insignificantes modificações” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 71). Os versos que enfeitam esses mesmos lenços, cuja historietta ele conta em cancionero da Revolução de 35, seriam de Bernardo Pires de Oliveira, chefe de polícia do departamento de Piratini, segundo seu registro, que conclui assim: “Segundo apontamentos em meu poder, Francisco Pedro de Abreu desejava saber quem era o autor de tão infeliz lembrança para ‘metê-lo no arrocho e defumá-lo’ textuais palavras” (PORTO ALEGRE, 1981, p. 71).

Outro indício da documentação recolhida presente neste livro é a seção chamada “Poesias”, que Apolinário introduz com a seguinte explicação:

[...] as poesias que seguem pertencem a um pequeno manuscrito original que traz o título de: Apêndice à Miscelânea, o que faz supor uma outra obra talvez hoje perdida. São escritas nas masmorras de Santa Cruz (Rio, onde Bento esteve preso). As iniciais de seu autor são: JGLF. É rio-grandense nato e creio ter ido nas levas de prisioneiros com que, depois da Reação, entulhavam os porões dos navios que iam para o Rio de Janeiro (PORTO ALEGRE, 1981, p. 90).

Mas a maior evidência de que Apolinário tinha certa vocação para historiador é que a cada composição da tradição oral que ele menciona, ele vai também situando detalhes das batalhas narradas – caso, por exemplo, dos combates do Passo dos Negros e do Seival, cujos versos são seguidos por longa explicação contextualizando o tamanho das forças que se enfrentavam, os principais personagens das batalhas, as datas. Um exemplo:

[...] no dia 7 de abril de 1836 a cidade de Pelotas foi tomada por Neto e Crescêncio. A única guarnição que ela tinha era uma pequena força de infantaria, aquartelada no sobrado do ribas, esquina da Praça e Rua do Comércio, sob o comando de Manuel Marques de Souza, que caiu prisioneiro com sua gente (PORTO ALEGRE, 1981, p. 38).

Em outro:

[...] O capitão legal Pedro Nunes, colosso humano, formas atléticas e pulso de ferro, vibrou tal lançaço em Marcelino Nunes que este voou do cavalo, atravessado e moribundo; mas a alegria de seu contendor ficou em meio, pois quase em ato contínuo, o capitão farrapo Manuel do Couto, com um tiro, fez-lhe saltar os miolos, debruçando-o sobre o cadáver da vítima (PORTO ALEGRE, 1981, p. 41).

É verdade que, em suas explicações, muitas vezes, deixa transparecer a simpatia pelos farroupilhas, justificando suas atitudes, como quando conta detalhes do dia em que o General Neto proclama a República Rio-Grandense:

[...] os heróis daquela jornada julgaram-se invencíveis e aptos para o mais audaz cometimento. [...] Urgia para eles que seu comandante, como o outro protagonista do mito, com a clava de sua pujança esmagasse de uma feita a hidra do Rio de Janeiro que absorvia a seiva das províncias e as escravizava a seu talante. Sobretudo no espírito de dois homens seus amigos, seus camaradas, aninhara-se um pensamento fixo, radicara fundamente: a federação do Brasil sob a forma republicana. Eram eles Manuel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro Soares. Neto acarinhava a mesma ideia, não obstante temia acarretar a sós com a responsabilidade. Mas eles a insuflando sempre, a cada instante a relembravam. [...] Afinal, sob os risonhos auspícios da vitória do Seival que os tinha eletrizado, ele mesmo, inflamado pelo grande ideal, atreveu-se a franquear o Rubicon. No dia 12 de setembro, no seu acampamento à margem do rio Jaguarão, junto ao passo e Lajeado, proclamou o valoroso guerreiro a República Rio-Grandense. Mil aclamações retumbaram, explosões de civismo que deviam repercutir em breve de coxilha em coxilha, em todo o território rio-grandense, onde pulsasse um coração que servisse nobre e lealmente à causa da liberdade. [...] Como contestá-lo a nós, sob a opressão de uma tirania que nos extorquia, não só nossas rendas particulares e públicas, fruto de nosso trabalho, mas ainda todos os direitos inalienáveis, postergando a opinião conteste e soberana do povo? (PORTO ALEGRE, 1981, p. 43-44).

Em outras passagens, romanceia a cena da proclamação, em uma narrativa que se estende ao longo de três páginas:

Um sol de primavera, a declinar no horizonte, banha a bela frente do viril gaúcho que passava pelo primeiro monarca das coxilhas. Outro sol interno, sol da regeneração social de um povo em sua aurora, doura-lhe os traços fisionômicos e faz-lhe o olhar despedir desusadas fulgurações. [...] O que há? [...] Por que se reveste o chefe de tanta gravidade? [...] Em expectativa ansiosa, emudece, silencia a turba que o rodeia. [...] Ele fala (PORTO ALEGRE, 1981, p. 52).

A mistura de estilos vai se repetir ao longo do livro, mas não será exclusividade deste, pois o mestre da Casa Branca tinha mesmo essa característica.

2.2 - Fortuna Crítica

Tendo sido um autor versátil, que produziu poesia, romance, conto, teatro, crítica e história, Apolinário Porto Alegre aparece mencionado em diversos estudos críticos sobre a literatura no Rio Grande do Sul. Sua obra foi lida e comentada pelas mais diferentes figuras, começando por aqueles com quem conviveu, como Alcides Maya, passando por nomes que tiveram grande importância no cenário nacional como Augusto Meyer e chegando aos dias de hoje em análises de Regina Zilberman, Carlos Alexandre Baumgarten, Flávio Loureiro Chaves, Mauro Nicola Póvoas e Luís Augusto Fischer. Os dois clássicos de história da literatura do Rio Grande do Sul, de João Pinto da Silva (*História literária do Rio Grande do*

Sul, 1924), e de Guilhermino Cesar (*História da literatura do Rio Grande do Sul*) dedicam capítulos inteiros à análise de sua obra e personalidade.

De maneira geral, os analistas destacam sua obra pelo pioneirismo – foi o primeiro autor (ou, em todo o caso, líder de uma geração que passou) a utilizar sistematicamente a temática do gaúcho na sua produção, o que lhe confere o título de fundador do dito regionalismo. “Para a crítica, é esse, por certo, o aspecto principal da sua transbordante e poderosa individualidade”, registra João Pinto da Silva (SILVA, 2013, p. 111).

Antes dele, seu companheiro no comando do Partenon Literário, Caldre Fião, havia publicado dois livros cujo vínculo com seu estado natal estava expresso nos títulos: em 1847, *A Divina Pastora* é apresentado como “novela rio-grandense” e, dois anos depois, *O Corsário* é chamado de “romance rio-grandense” pelo autor. Editados no Rio de Janeiro, onde então vivia o escritor e médico, ambos se passam no Estado e trazem como protagonistas tipos típicos daqui. Apesar disso, Guilhermino Cesar observa que não é possível incluir o nome de Caldre Fião na “corrente regionalista” porque o autor não aplicou ao cenário a fala típica dos gaúchos. Tampouco seus contemporâneos Rita Barén de Melo, Félix da Cunha e João Vespúcio de Abreu ocuparam esse espaço, embora tenham produzido no Rio Grande do Sul: na visão de Guilhermino, trabalharam “pela inserção da literatura gaúcha num plano menos local e mais nacional” (CESAR, 2006, p. 160).

Apolinário, por sua vez, buscou representar o gaúcho em quase todos os gêneros em que produziu. Em romances como *O Vaqueano* – considerada a obra inaugural do regionalismo – mas também em contos e na poesia. O teatro é exceção, mas sua obra crítica também problematizou a questão identitária, assim como as pesquisas sobre cultura popular. Segundo João Pinto da Silva, era uma preocupação que ultrapassava a expressão artística do autor, engendrava em si uma curiosidade e uma busca por um sentido de pertencimento: “Os homens e as coisas do Rio Grande não eram para ele apenas fáceis temas literários, mas especialmente motivos de paciente e aguda investigação, no sentido de descobrir e fixar os nossos traços distintivos, o que há, ou houve, por aqui, afinal, de tipicamente nosso” (SILVA, 2013, p. 111).

O assunto gerou controvérsias nas avaliações a respeito de sua obra ficcional. A diversidade de gêneros que enfrentou e o sentido que deu à sua obra, empenhada não apenas na construção de uma literatura de identidade, mas profundamente vinculada a valores, encetam ao mesmo tempo admiração e crítica por parte daqueles que se debruçaram sobre sua produção. Um dos testemunhos que melhor ilustram essa ambivalência está em um capítulo do livro de ensaios *Pelo Futuro* (1897), de Alcides Maya, seu amigo e admirador:

[...] apresentar alguns traços característicos da psicologia rio-grandense, radicando na consciência popular a noção do patriotismo pelo estudo romantizado de nossa história; bosquejar a etnologia desta terra, indicando os vários elementos do nosso povo: açoriano, quíchua, tupi-guaraníco, africano, castelhano, etc; alicerçar o nosso futuro democrático: eis os pontos culminantes do ideal literário do autor das *Bromélias* e da *Lira Patriótica*, das *Paisagens* e do *Crioulo do Pastoreio*, o que há de mais genuinamente rio-grandense em nossa literatura. [...] As aspirações do poeta nunca se converteram em esplêndidas realidades; nunca passaram perfeitamente corporificadas, dos lineamentos gerais dum plano para o terreno positivo do fato. Entretanto são facilmente observáveis através de suas obras, e tiveram um início prometedora (MAYA, 1897, p. 68-69).

A leitura crítica sobre a produção de Apolinário é marcada exatamente pela identificação dessas duas características, o regionalismo e o romantismo, às vezes vistos com simpatia, mas também apontados como fatores problemáticos em sua obra. Assim, em *O Vaqueano*, por exemplo, a dedicação e a “amorosa fidelidade” “no retratar a fisionomia moral do homem rio-grandense” são dignos de elogio de Guilhermino Cesar, que reconhece a relevância de colocar “em cena uma personagem até então quase desconhecida dos prosadores – o vaqueano rio-grandense, tipo agreste de rastreador, leal e forte, corajoso e desinteressado” (CESAR, 2006 p. 218). Por outro lado, o crítico avalia que o autor “se perdeu na frase sonora, na fuga à mesma realidade, no amaneirado da prosa alencariana” (CESAR, 2006, p. 197).

Uma avaliação semelhante à de Flávio Loureiro Chaves, que atribui à narrativa o pontapé inicial do regionalismo “que nesse momento deixa de ser mero sentimento coletivo e se traduz como um programa de ação” (CHAVES, 1994, p. 13), mas que peca por excessos: “frequentemente [Apolinário] exagera na deformação do real e perde em veracidade” (CHAVES, 1994, p. 13). Alcides Maya também “ressente-se de um romantismo um pouco exagerado”, no romance *A Tapera*, enquanto que o seu protagonista é “bem esboçado” e “encarna o patriotismo e a coragem da juventude gaúcha!” (MAYA, 1897, p. 72).

Na poesia, acontece a mesma coisa: se por um lado Apolinário Porto Alegre é louvado por ser o autor em cuja obra “aparece diretamente o elogio do tipo sul-rio-grandense que será consagrado algum tempo depois: o gaúcho, apresentado como livre, altivo, insubmisso, leal, amigo de seu cavalo, vigia da fronteira, monarca das coxilhas”, como descreve Luís Augusto Fischer (2004, p. 37), ele também é objeto de desconfiança: “Ao *gauchismo* lírico dos três falta, em geral, naturalidade, concordância entre o assunto e a maneira de senti-lo e interpretá-lo” (SILVA, 2013, p. 106), opina João Pinto da Silva sobre Apolinário, Múcio Teixeira (*Flores do Pampa*) e Bernardo Taveira Junior (*Provincianas*).

Já o amigo Alcides Maya opina que “através das produções” líricas de Apolinário Porto Alegre “nós sentimos o estuoso palpitar do coração rio-grandense” (MAYA, 1897, p. 75), mas faz ressalvas:

[...] sob o ponto de vista da plástica, o poeta que estudamos não é muito apreciável. Além de versos errados, as poesias dele tem dois graves defeitos: são muito grandes e mal buriladas. Apesar disso, porém, recomendam-se às vezes por trechos de um lirismo encantador (MAYA, 1897, p. 77).

Até quando o assunto é a recolha de que fez de vocabulário parece que as intenções de Apolinário eram maiores do que efetivamente ele conseguiu fazer. Augusto Meyer (2002, p. 108) observa que:

[...] o mestre da Casa Branca nem sempre conseguiu sopitar esses arrancos de quimera; iludido no seu tupinismo sem freio, tentou tupinizar ou guaranizar muitas vozes nossas que provinham de outras fontes. Como quer que seja, seus apontamentos para verbete via de regra denotam exação da pesquisa etimológica e semântica. Trata de preencher as lacunas de Coruja, dá quase sempre o autor consultado e a indicação da obra, raras vezes arrisca uma afirmativa, no caso de etimologias duvidosas, ou quando lhe parece incompleta, as consultas de termos gauchescos são tão precisas, que logo dão a entender a observação direta.

É certo que Apolinário não conseguiu dar tratamento estético mais apurado ao tipo gaúcho. Mas seria de se esperar isso em um ambiente onde o sistema literário – definido por Antonio Candido como a existência de autores, obras e circulação da literatura, com público leitor (mesmo pequeno) – era ainda incipiente?

De certa forma, é possível dizer sobre eles [a geração do Partenon Literário] o que Antonio Candido disse sobre os arcades, da Minas Gerais do final do século 18: num ambiente rarefeito para o cultivo das coisas estéticas, com pouca gente alfabetizada e disponível para as artes, cercados por demandas pragmáticas urgentes - no caso do Rio Grande do Sul, quase sempre havia uma guerra a solicitar as atenções e os serviços – eles escreviam e funcionavam uns aos outros como um *autopúblico* (FISCHER, 2004, p. 15).

A resposta parece estar em uma análise de Regina Zilberman, sobre o romance histórico produzido no Rio Grande do Sul. Apesar da riqueza de detalhes referenciais da história, ambiente e cultura do Rio Grande do Sul que Apolinário Porto Alegre insere em suas narrativas e da presença também de personagens verídicos, a autora não considera que ele tenha feito romance histórico. Em seu livro *Literatura Gaúcha*, analisando a obra *Um rio imita o Reno*, de Viana Moog, ela escreve: “Vianna Moog não escreveu um romance histórico, como não escreveu a maior parte dos autores antes citados a propósito da Revolução Farroupilha” (ZILBERMAN, 1985, p. 47) – referindo-se a Apolinário e seus companheiros.

Umás páginas antes, a autora explica seu ponto de partida. Para ela, a geração de Apolinário “transformou a guerra numa tese, a que sujeitavam a ação romanesca e a visão dos agentes humanos” (ZILBERMAN, 1985, p. 44). Por outro lado, sua avaliação sobre Erico Verissimo é bastante positiva, defendendo que, ao repassar um período mais amplo da história do Rio Grande do Sul (200 anos, entre 1745 e 1945), ele “pôde interpretar as diferentes fases da história, incluindo a Revolução Farroupilha, sem, todavia, atribuir-lhe significação superior, nem usá-la para reforçar princípios políticos ou éticos, conforme procederam antes os autores” (ZILBERMAN, 1985, p. 49). Em suma, Regina Zilberman sugere que houve um

amadurecimento dos autores que resultou em uma produção literária mais profissional, por assim dizer, extraindo da matéria histórica elementos de sustentação da ficção, mas mantendo a figura do romancista em primeiro plano.

Outro aspecto, salientado pela estudiosa na análise da obra de Apolinário Porto Alegre, é o fato de ter feito da Guerra dos Farrapos uma tese, o qual, embora seja acertado, merece também ser visto de outro ângulo. De fato, em seus textos, Apolinário se refere à Revolução Farroupilha como o “decênio glorioso” e reivindica, por meio desse episódio histórico, a vinculação do povo gaúcho com as bandeiras da república e do abolicionismo, os dois temas sociais mais caros ao mestre da Casa Branca. Em versos, aborda o ponto em *Tobias*, que narra a entrega de um soldado a uma batalha perdida, em *A Evasão*, narrativa da fuga de Bento Gonçalves de uma cadeia na Bahia, e mesmo no épico *Gabila*, cujo herói é um escravo que foge para se unir às tropas revolucionárias.

Em contos, *A faca de um valeiro*, publicado no número 4 da *Revista Mensal do Partenon Literário* e depois incluído na coletânea *Paisagens* (1875), é outro exemplo. A narrativa conta a retirada das tropas farroupilhas depois da tomada de Porto Alegre, episódio que deu início à guerra, em 20 de setembro de 1835. Segundo a história, a reação legalista (em junho de 1836) contou com o decisivo apoio da população civil: Sérgio da Costa Franco calcula que mais da metade das tropas eram formadas por cidadãos voluntários. Era uma resposta à política de terror imposta pelos revolucionários à capital, que incluía “espancamentos de pacíficos cidadãos, mutilações de orelhas, casamentos forçados e assassinatos” (FRANCO, 2011, p. 16) e a perseguição a portugueses, donos do comércio e que movimentavam a economia da cidade.

A versão de Apolinário, idealizada, apresenta Bento Gonçalves comandando a retirada das tropas para os arredores da cidade justo quando poderia ordenar o ataque final, para poupar a vida dos inocentes e assegurar as condições de desenvolvimento daquela população:

Mas no momento em que as barreiras esboroavam-se, Bento Gonçalves mandou tocar a retirada.
Aníbal não atacava Roma sem mais baluartes e defensores!
Pasmaram todos.
- Que fez, general?
- Tínhamos sido imprevidentes, Leonel! Salvei milhares de inocentes... Salvei aquela cidade de próspero futuro!... Doeria n'alma vê-la cair como a vítima expiatória dos crimes da corte (ZILBERMAN, 1985, p. 43).

O próprio autor admite ter colocado não só a literatura, mas até os empreendimentos na seara educacional a serviço do ideal republicano, que lhe interessava resgatar:

[...] aproveitei-me de todos os recursos lícitos. As letras, a imprensa, o ensino e o preceptorado, a amistosa convivência, eram tantos veículos por onde eu, transmitindo o meu pensamento, procurava adeptos e neófitos. E o fiz sempre com hombridade e isenção de ânimo (PORTO ALEGRE, 1981, p. 22-23).

O uso literário da Revolução Farroupilha também cumpria com o programa estabelecido naquele momento, da busca de uma identidade específica do Rio Grande do Sul, “marcado profundamente pela visão romântica, que se enxerga claramente no gosto pelas descrições de figuras tidas como representativas, muito especialmente o gaúcho, pela primeira vez encarado como o monarca das coxilhas, o centauro dos pampas, isto é, idealizado” (FISCHER, 2004, p. 39). Ou, nas palavras de Mauro Póvoas:

[...] óbvio que a Guerra dos Farrapos – a essa altura uma recordação distante, embora admirada pelos sul-rio-grandenses – foi retrabalhada e remodelada pelos partenonistas desde uma matriz mítica, que procurou mostrar, para todos que lessem a revista, como os habitantes do extremo meridional podiam ser “bravos”, “valentes” e “honrados”, excluindo dessa rememoração qualquer menção a motivos econômicos e ideológicos como o estopim da insurgência liderada por Bento Gonçalves (PÓVOAS, 2016, p. 273).

O Rio Grande do Sul do fim dos anos 1860 e início dos 70 repetiu o que o Brasil fizera nas décadas anteriores. O gaúcho de Apolinário tem os mesmos defeitos de construção que os indígenas de José de Alencar, mas ambos serviam à necessidade de construção da identidade nacional, como Machado de Assis registrou no *Instinto de Nacionalidade*. Além do mais, o uso do passado de maneira gloriosa foi recorrente em todo o movimento romântico, inclusive no europeu. Em uma análise sobre os primeiros passos do romance histórico na Europa e no Brasil, Alcmeno Bastos identifica em Alencar o maior expoente nacional desse movimento - ele que serviu de modelo para Apolinário:

[...] como legítima criação romântica, em que pese a dose de realismo necessária ao trabalho de recomposição do passado histórico a partir de elementos verídicos, o romance histórico não poderia fugir à tendência idealizante do período. A Idade Média, por exemplo, foi recuperada apenas em seus aspectos de positividade – grandeza, bravura, lealdade, fé extremada, amor cortês -, e o protagonista, cumulado de virtudes que, se não o elevavam à condição de sobrenaturalidade do herói da epopeia, pelo menos o faziam muito superior à média dos homens com que se relacionava. Assim, a idealização superlativa processada no romance histórico europeu terá servido como uma espécie de aval ao projeto de criação de um passado mítico nacional nos nossos românticos, especialmente Gonçalves Dias e José de Alencar, os nomes tutelares do movimento (BASTOS, 2007, p. 69).

As mesmas características ufanistas de Apolinário serão também encontradas no criador desse gênero, Walter Scott, que em sua obra teria inovado ao combinar “duas fortes tendências do Romantismo: a revalorização evasioneira do passado e o nacionalismo exaltatório dos valores, das figuras e das tradições locais” (BASTOS, 2007, p. 62). Balzac, no prefácio à *Comédia Humana*, de 1842, sugere intenções semelhantes: “A história é ou deveria

ser o que foi, ao passo que o romance deve ser o mundo melhor” (BASTOS, 2007, p. 18). Bastos relembra ainda o prefácio de *Cinq-Mars*, o primeiro romance histórico francês, de 1827, em que Alfred de Vigny afirma que a história será desprovida de valor se “não servir de exemplo sobre o bem e o mal”. Prossegue o teórico: “Vigny se interessa pelos fatos históricos apenas pelo que eles contêm de exemplaridade, pelo que neles escapa de sua precária realidade e se irradia para a existência generalizada dos homens” (BASTOS, 2007, p. 24).

2.2.1 Naturalismo e realismo

Mas nem só de romantismo viveu Apolinário Porto Alegre. O mesmo peão de estância que aproxima sua obra dessa escola sob o aspecto da idealização, também, deixa entrevistas outras perspectivas analíticas, conforme problematiza Guilhermino Cesar:

[...] em Apolinário, são visíveis as marcas deixadas pela educação romântica. Contudo, sua obra em prosa não se enquadra perfeitamente nos cânones da escola, pois não chegou a cumprir uma de suas exigências fundamentais. Queremos nos referir à pobreza de sua visão do indivíduo, do homem isolado em luta consigo mesmo. O escritor não viu criaturas humanas, viu o *gaúcho*, tipo bem diferenciado, característico de uma região (CESAR, 2006, p. 222).

A preocupação em registrar o que compunha esse universo gauchesco – paisagem, vocabulário, cancionero, tradição, vestimenta – o aproximou do naturalismo, que foca “o ser humano não como um juguete de forças obscuras, mas como um produto do meio, da condição social que lhe condicionasse e explicasse o comportamento”, diz o estudioso. Guilhermino Cesar nota ainda que essa conduta de Apolinário o colocou em contradição consigo mesmo: “Sem o pressentir navegou na esteira do positivismo científico – germe do naturalismo nascente – do positivismo que ele combateu, por sinal, com muita veemência” (CESAR, 2006, p. 222).

Mesmo em versos, quando anota a origem no mundo real de passagens poéticas, “aparece já também o veio naturalista em que se embebeu, como não podia deixar de ser, o prosador que alimentou o propósito de documentar a vida de sua província” (CESAR, 2006, p. 222).

A mesma mescla de escolas será encontrada no teatro de Apolinário – onde até aparecem elementos do romantismo como “a presença de mocinhas pálidas e indefesas à mercê de pais impiedosos, de jovens destituídos de fortuna apaixonados por moças já prometidas em casamento, ou ainda de revelações de última hora que viabilizam um final feliz” (BAUMGARTEN, 2001, p. 10). Mas, na análise de Carlos Alexandre Baumgarten, que organizou uma antologia teatral de Apolinário, editada pelo Instituto Estadual do Livro, o que se sobressai em sua dramaturgia é a marca realista, que “revela o seu alinhamento com o

movimento deflagrado no centro do País por Alencar e seus contemporâneos com o objetivo de criar uma dramaturgia nacional” (BAUMGARTEN, 2001, p. 11).

Mauro Póvoas nota que esse esforço de construção e qualificação do teatro brasileiro não foi apenas intuitivo, em Apolinário, que

“desde cedo utilizou o teatro para se expressar, tanto por ser um gênero que possibilita uma divulgação maior, através da encenação do texto, quanto pela preocupação com a pouca expressividade do teatro no Brasil, como ele deixa entrever na parte X do estudo biográfico sobre José de Alencar” (PÓVOAS, 1997, p. 102).

O teatro de Apolinário também “assinala a entrada no Rio Grande do Sul do teatro realista”, assinala Baumgarten, ao adotar procedimentos de ordem técnica como a utilização do *raisonneur* (uma personagem porta-voz do autor, que pode tecer comentários edificantes ou transmitir mensagens moralizadoras durante o espetáculo) e a introdução de falas mais curtas, “tornando as cenas mais ágeis”, salienta. Também houve inovação nos temas: relações entre o amor, o dinheiro e o casamento “e o debate sobre questões de natureza social” – escravidão, republicanismo (BAUMGARTEN, 2001, p. 10).

Essa característica temática, entretanto, reduz a força do teatro de Apolinário, na opinião de Guilhermino Cesar, tornando suas obras mais propícias a “serem lidas que representadas”. O crítico sugere que, se o autor tivesse optado por desenvolver um teatro de costumes – o que seria mais coerente até com o restante de sua produção –, poderia ter sido melhor sucedido: “Ao invés disso, Apolinário insistiu [em peças de fundo social], nelas derramando à larga a sua ideologia de republicano e antiescravista” (CESAR, 2006, p. 282).

De todas as peças publicadas na *Revista Mensal do Partenon Literário* – que Carlos Alexandre Baumgarten classifica como “o maior acervo relativo ao gênero” e a “fonte principal para o estudo do texto teatral produzido no Rio Grande do Sul” na época (BAUMGARTEN, 2001, p. 9) – apenas duas, de Apolinário, são ambientadas em Porto Alegre. Ambas são curiosamente comédias: *Benedito* e *Mulheres*. Embora não trate de assunto local, a presença dessa ótica republicana e abolicionista é vista como fator de coerência de Apolinário Porto Alegre para Maria Eunice Moreira:

[...] escravos, soldados e tipos populares aparecem ao lado de representantes da nobreza e do clero, alternando-se, entre eles, o burguês endinheirado, rico também de vícios, em tramas que envolvem o idealismo republicano, os preconceitos familiares, a escravidão negra, a ridicularização do clero. Numa época de implantação de novas ideias, sejam elas antiescravocratas ou de expansão do ideal positivista, quando os combates à Igreja são férteis, o teatro de Apolinário Porto Alegre oferece-se como meio para fomentar as novas concepções, revelando seu autor, também neste gênero, sua coerência política e social. Abandonando a preocupação localista verificada em muitos de seus textos em prosa e verso, a produção teatral de Apolinário toma uma direção mais política, impregnando-se às vezes, de uma intenção panfletária (MOREIRA, 1989, p. 63).

2.2.2 Crítica

Além da inovação de colocar o gaúcho em cena em prosa e verso, Apolinário também inaugurou a crítica literária no Rio Grande do Sul, fato que não passou despercebido pelos estudiosos de sua obra. O primeiro historiador da literatura gaúcha, João Pinto da Silva, elencou, em 1924, apenas dois críticos no Estado: Apolinário e Alcides Maya. “O Partenon Literário, que estimulou o surto de tantos poetas e oradores, contou um crítico exclusivamente, Apolinário Porto Alegre, e esse mesmo não se especializou no gênero”, completa (SILVA, 2013, p 134). Ainda assim, Silva elogia as investidas do escritor: “Sua noção de crítica participava dos processos e ensinamentos mais aperfeiçoados daquela época”.

De fato, foi com a *Revista Mensal do Partenon Literário* e com a Comissão de Crítica da sociedade que o gosto pela reflexão sobre a arte ganhou importância. Primeiro, sob a forma de “pareceres” relatados por um especialista e submetidos ao debate entre os sócios. Mas, os universos abordados eram vastos: religião, história, direito e ciências naturais, além da literatura.

Atividade até então incipiente, registrada esparsamente em alguns artigos publicados nos periódicos de caráter literário, a crítica se consolida abrangendo não só a matéria literária, mas os temas provenientes da história, direito, ciências humanas e religião, que orientava os debates da Sociedade Partenon Literário (MOREIRA, 1989, p. 64).

Segundo registra Guilhermino Cesar (2006, p. 367), foi a Comissão de Crítica que encomendou a Apolinário Porto Alegre uma avaliação do romance *A Doida*, de José Bernardino dos Santos, considerada o marco inicial desse gênero no Rio Grande do Sul. Entretanto, é por suas observações no *Estudo Biográfico sobre José de Alencar* que Apolinário é lembrado com maior destaque. Essa peça, na avaliação de João Pinto da Silva, “bastaria, por si só, para comprovar as singulares aptidões de que [Apolinário] dispunha, em pleno exercício, ou em potencial, como analista de obras e escolas literárias” (SILVA, 2013, p. 134).

Interessante registrar a análise que Carlos Alexandre Baumgarten faz em *A crítica literária no Rio Grande do Sul*. Ele revela que a avaliação do de Apolinário sobre literatura de identidade mudou bastante, justamente do parecer sobre *A Doida* para o estudo sobre José de Alencar. Segundo o pesquisador, os textos de Apolinário se inserem em um debate sobre “o problema da nacionalidade” na crítica literária e, como derivação, sobre a língua brasileira: “[...] o Rio Grande do Sul não ficou insensível à questão, embora somente Apolinário Porto Alegre tenha feito algumas incursões pelo tema” (BAUMGARTEN, 1997, p. 80).

Segundo avaliação de Baumgarten, no parecer sobre *A Doida*, de José Bernardino dos Santos, Apolinário se mostra mais purista no que se refere ao uso do idioma. Ao avaliar o

romance do amigo e companheiro partenonista, Apolinário diz que a linguagem aplicada – gauchesca – é “vulgacho”: “O sr. Bernardino fez mais ainda do que usar do elemento vulgar e idênticos termos. Enxertou numa obra literária o barbarismo – esse filho bastardo da ignorância e da falta de luzes”, conforme citado por Baumgarten (1997, p. 81).

Para Baumgarten, neste caso, Apolinário “assume uma concepção purista da língua, que deságua numa visão ufanista, de acordo com o sentimento nacionalista característico da crítica romântica praticada no Rio Grande do Sul no período” (BAUMGARTEN, 1997, p. 82). Isso contrasta com a defesa que faz no ensaio sobre Alencar, do uso de palavras eventualmente não registradas nos dicionários oficiais, mas que compunham o vocabulário real das ruas.

O posicionamento de Apolinário Porto Alegre muda de um texto para outro, uma vez que agora a língua também passa a ser considerada como um critério distintivo entre as nacionalidades brasileira e portuguesa. O reconhecimento da existência de uma língua brasileira por parte do crítico gaúcho deve-se provavelmente à influência exercida pelo próprio Alencar que, três anos antes, publicara o Pós-Escrito à segunda edição de Iracema, onde desenvolve raciocínio semelhante. (...) O emprego diferenciado da língua coloca-se para os escritores como uma exigência, já que todos devem contribuir para a construção da nova nacionalidade, cuja realidade linguística é necessariamente diferente da portuguesa (BAUMGARTEN, 1997, p. 84).

Essas contradições não poderiam ser também fruto do amadurecimento que o próprio sistema do Partenon Literário permite a autores e críticos? A própria produção literária de Apolinário se vale de palavras desconhecidas aos dicionaristas da época, justamente alegando seu uso nas ruas. Alcides Maya, por exemplo, é taxativo ao afirmar que “Apolinário é um despreocupado de purismos, apresentando em suas obras grande messe de termos e expressões americanizadas” (MAYA, 1897, p. 74).

Mas, analisando os fragmentos que Baumgarten recolhe em sua análise, pode-se arriscar: Apolinário inclui em suas próprias obras vocabulário popular, mas não reproduz a fala propriamente dita, sempre corrigindo eventuais imperfeições, o que não é o caso do romance que ele analisa, no qual Bernardino usa frases como

[...] se eu fosse rico como o patrão, então se houvera de sê um capitão-mor, e o primeiro filho que tivesse da Nharinha, houvera de sê um sinhô doutô, e ele houvera de ter um selim de gancho de veludo encarnado e um rabicho de prata, para mode não escorregá do lombo do ‘Malacara’, quando subisse a serra (citado por BAUMGARTEN, 1997, p. 81).

Fato que João Pinto da Silva percebe e deixa registrado:

[...] a convicção da necessidade de franquear aqui a língua portuguesa, oficialmente, à contribuição oriunda de múltiplas influências étnicas, históricas e mesológicas, não ia além da adoção de neologismo e da homologação de certas alterações prosódicas, sem patrocinar, por palavras ou por exemplos, quaisquer deformações sintáticas. Era, pois, simples questão lexicológica. Interessava os dicionários, não a gramática, isto é, as regras fixas e definitivas do idioma (SILVA, 2013, p. 114).

O professor Luís Augusto Fischer apresenta elementos diferentes para a reflexão sobre esse ponto. Ele lembra que o papel desempenhado pelo gaúcho na literatura do Rio Grande do

Sul daquele momento equivalia ao do índio para a do Brasil, ambos representavam “o povo”: “era preciso forjar símbolos populares para a nação que deveria ser a alma do país novo” (FISCHER, 2004, p. 43). A linguagem, porém, representava um problema nessa equação:

[...] a parte mais substantiva da gauchesca, desde 1777, está escrita em linguagem gauchesca, distante do código culto e próxima da oralidade popular (com algumas exceções escritas em ‘lengua general’, como o *Santos Vega*, de Rafael Obligado); bem ao contrário, a tradição indianista está escrita em português culto sempre, com apenas algum ar de imitação da fala índia em determinadas passagens, quando muito. Trata-se de um problema evidentemente posto pela realidade: à língua do índio não se reconhecia o estatuto de língua propriamente, e mesmo que se o fizesse se trataria de outra língua, não o português, o que já seria, como foi, argumento definitivo para seu rechaço fora dos marcos da literatura brasileira que se inventava. [...] Quanto ao caso do gaúcho, a coisa era diferente: por menos letrado que fosse o indivíduo visto como gaúcho - o peão de estância, o soldado, o andarilho do pampa - ele era potencialmente um cidadão como qualquer outro, incluindo o escritor que se ocupava de sua figura; mais ainda, ele, ao menos em potencial, sabia versejar como se fazia na tradição oral popular ibérica, o que o transformava num poeta espontâneo. Num contexto de expressão nacionalista como era o da Independência (antes, durante e depois dela) os indianistas brasileiros precisaram limitar-se por estes aspectos, que restringia bastante o potencial especificamente literário do índio, bem diferente do que ocorreu aos poetas gauchescos platinos (e sul-rio-grandenses em parte) que puderam não apenas falar sobre o gaúcho e figurá-lo em condições de certa nobreza, ao menos moral, como também puderam fundir a voz do autor com a do personagem, escrevendo em primeira pessoa na língua de seu assunto, um registro menos refinado, mas bastante expressivo, do espanhol (FISCHER, 2004, p. 44).

Quer dizer, por um lado está evidente que Apolinário e sua geração se filiavam à literatura brasileira, ainda que a partir das especificidades do Rio Grande do Sul – ele mesmo deixou escrito isso em inúmeros textos seus e os críticos reconhecem sua filiação ao projeto nacionalista. Por outra, é inegável que participando de um movimento identitário brasileiro, os escritores da época de Apolinário tinham muitas afinidades – em matéria artística, mas também do ponto de vista social e econômico – com o que era feito do outro lado da fronteira.

Não parece impossível, portanto, que esse atrito produzido entre as duas grandes referências para o Rio Grande do Sul tenha produzido certa confusão nos escritores (que estavam batalhando para criar o sistema literário da província), gerando equívocos no tratamento de sua obra.

Esse alinhamento, entretanto, vai a sentido contrário ao argumento usual de que a geração partenonista produziu “livre de quaisquer influências platinas”, conforme registra Mauro Póvoas em artigo que reproduz o pensamento de Guilhermino Cesar (PÓVOAS, 2016, p. 265). Se a oposição, inclusive militar, ocorreu em muitos momentos entre os dois lados da fronteira, também é verdade que havia elementos em comum, e o gaúcho era um deles. Não fosse assim, teriam ocorrido de maneira simultânea o *Martín Fierro* e *O vaqueano*? Ou o fato de a criação da sociedade tradicionalista *La Criolla*, em Montevideu (1894) ter precedido em apenas quatro anos a do Grêmio Gaúcho, de Cezimbra Jacques? É um tema para discussão.

2.2.3 Linhagem

Se não há unanimidade na avaliação sobre o conjunto da obra de Apolinário, no que todos os críticos concordam é que foi a partir dele que se desenvolveu uma linhagem literária, tradição que permanece viva ainda hoje e que teve entre seus principais expoentes Simões Lopes Neto, Erico Verissimo e, porque não, até o músico Vitor Ramil e sua *Estética do Frio*.

Guilhermino Cesar justifica seu empenho em retratar a obra de Apolinário na *História da Literatura* (na qual, por sinal, é o autor com maior volume de citações no índice remissivo) escusando que foi preciso descer “a minúcias” por se tratar “de personagem tão abrangente, que se mete por toda a literatura atual” (CESAR, 2006, p. 26, grifo meu). Isso em 1956, quando já a literatura do Rio Grande do Sul havia produzido obra muito diversa da proposta pelo solitário da Casa Branca. Prossegue Guilhermino: “O prosador descobriu filões inexplorados, trabalhou-os com entusiasmo e, bem ou mal, influenciou gerações sucessivas; sobrevive em várias obras, oferecendo-nos ainda hoje perspectivas tão variadas como dignas de interesse” (CESAR, 2006, p. 217).

Na sua opinião, foi graças à ação de Apolinário Porto Alegre que se reacendeu a chama da gauchesca no Estado mesmo após a vigência do período parnasiano que, no Rio Grande do Sul, afastou a literatura do que ele considera sua base social, sua matéria-prima, o próprio gaúcho:

Em pleno fastígio do Parnasianismo, como ainda no seio da própria geração simbolista, lá estavam os restos do velho fogão gaúcho – cujas brasas, já meio cobertas de cinza a mão potente de um prosador, João Simões Lopes Neto, revolveria neste século para aquecer na chama alta toda uma geração, os modernistas de 1925. Estes, na aparência discípulos de Alcides Maya, em verdade o negaram, porque muito mais próximos do autor de *Lendas do Sul*. E, assim, os “novos” de após-guerra, Augusto Meyer, Vargas Neto e Darcy Azambuja, restabelecerão, na poesia e na prosa, ligações subterrâneas com a corrente que vinha de longe – do patriarcado duro e intratável de Apolinário (CESAR, 2006, p. 291).

Também João Pinto da Silva reconhece o papel de Apolinário na construção dessa tradição narrativa na qual o gaúcho e o pampa estão no centro. Em sua *História Literária*, ele dedica um capítulo para o regionalismo – no conto, no romance e na poesia. Após abordar características gerais da produção que enquadra nesse grupo, traça um breve perfil dos principais expoentes: Apolinário, Alcides Maia e Simões Lopes Neto. Já Flávio Loureiro Chaves (1994, p. 13) escreve, sem rodeios:

[...] seu romance legou um tema e inaugurou uma tradição. A personagem do vaqueano sintetiza todos os atributos do gaúcho; retornará na obra da maioria dos ficcionistas posteriores e sua descendência literária culmina no Blau Nunes dos *Contos Gauchescos* de Simões Lopes Neto.

Importante salientar que o paralelo com a obra de Simões Lopes Neto também deve incluir a análise de outras preocupações de ambos os escritores. Assim como Apolinário, Lopes Neto publicou um volume no qual registra canções populares no Rio Grande do Sul (*Cancioneiro Guasca*, 1910). No caso de Apolinário, a pesquisa sobre o tema está dividida entre duas obras que só saíram do prelo no século XX, quando o autor já havia morrido: o *Cancioneiro da Revolução de 1835*, publicado pela editora Globo em 1935 e reeditado 1981, e o *Popularium Sul-Rio-Grandense*, também com duas edições. Entretanto, seu material de pesquisa era ainda maior e permanece inédito, como ilustrado anteriormente.

Outro tema comum entre ambos os autores é o gosto por lendas gaúchas e seu uso como matéria-prima de literatura – disciplina que consagrou Simões Lopes Neto, mas que teve como pioneiro Apolinário Porto Alegre que, em 1875 e sob o pseudônimo Iriema, escreveu *O crioulo do pastoreio*, anunciado como terceiro volume da coleção Biblioteca Rio-Grandense de J. J. da Silva.

O próprio Maya relativiza a importância desse ‘não-acerto’, digamos assim, ao afirmar que nem na literatura nem na arte em geral a forma “é o supremo ideal”, o que vai perpetuar os versos: “O fim dela é reproduzir os sentimentos que palpitam no coração dos poetas, e os pensamentos que lhes turbilhonam no cérebro” (MAYA, 1897, p. 68-69). Isso Apolinário, indubitavelmente, fez – e fez bem. “Através das produções de Apolinário Porto Alegre, nós sentimos o estuoso palpar do coração rio-grandense” (MAYA, 1897, p. 68-69).

Maya volta à questão estética ao analisar os versos *Fagulhas tropicais do céu brasilio*, um raro exemplar parnasiano produzido por Apolinário Porto Alegre.

Se não se distinguem pela correção plástica e pelo esmero e requintes da estética parnasiana, são, entretanto, profundamente significativos; porque exprimem os ausos do patriota diante de nossas glórias e traduzem o êxtase e a atitude do artista em face da imponente natureza meridional (MAYA, 1897, p. 75).

Mais de meio século depois, também Guilhermino Cesar enuncia algo semelhante em sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*:

Em tudo o que escreveu pôs essa nota particular: a preservação da liberdade do homem. Poeta, um de seus primeiros poemas condena o celibato católico; romancista, timbra em libertar a nossa influência da literatura europeia; nas suas peças de teatro, prega a abolição e condena a nobreza imperial, que oprimia pela imposição de uma casta privilegiada; contista, celebra a vida simples, sem rei nem roque, do homem da campanha. [...] É de extraordinária simpatia esse professor e jornalista provinciano, empenhado em realizar algo de substancialmente nativo, aprofundando as ligações da arte com o meio e a experiência de vida do seu torrão. Raras vezes, na história do pensamento brasileiro, ter-se-á visto um homem tão bem dotado para tarefas tão diversas. Interessado por todos os aspectos da cultura, não chegou é certo, a produzir obra harmoniosa. Nele, o que impressiona e domina é o conjunto. E pelo conjunto de seus trabalhos – que apontaram rumos à literatura regional talvez mais orgânica do Brasil – Apolinário Porto Alegre há de ser lembrado como um dos grandes vultos nacionais (CESAR, 2006, p. 224).

Guilhermino sintetiza esse movimento que é comum a vários outros estudiosos: registra sua admiração por Apolinário pelo volume e diversidade das iniciativas em que esteve envolvido, sem, entretanto, esconder as falhas formais às quais o tamanho da empreitada o levou.

CAPÍTULO 3 – PERSPECTIVA

3.1 - Entre Alencar e Machado de Assis

Não terá sido mera coincidência o fato de Apolinário Porto Alegre ter escrito seu *Estudo Biográfico de José de Alencar*, em que analisa a obra do cearense à luz da questão identitária brasileira, em 1873, no exato ano em que Machado de Assis publica o artigo *Instinto de nacionalidade*. A necessidade de dar “fisionomia própria ao pensamento nacional”, como completa mais adiante o escritor do Rio de Janeiro, não era nova (aliás, não se esgotou até hoje), mas se consolidava a partir da criação de instituições próprias de pensamento no Brasil, que fomentavam a reflexão sobre o papel da arte na criação da identidade nacional. Havia, entretanto, um longo caminho a percorrer, na opinião do próprio Machado: “Esta outra independência (a da literatura) não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará em um dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem de duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”, vaticinava (ASSIS, 1961, p. 129-130).

Já no século XX, Antonio Candido identificaria nesse fenômeno, relatado por Machado de Assis, um sintoma do processo de formação da literatura brasileira – para ambos, um fenômeno de maturação lenta, mas que requeria, nas palavras de Candido, um “compromisso com a vida nacional no seu conjunto”, ou ainda “a intenção de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura”: trata-se de uma “tomada de consciência dos autores quanto ao seu papel e à intenção, mais ou menos declarada, de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam” (CANDIDO, 2000, p. 26). Apolinário buscava esse comprometimento, em sua produção e na de seus colegas:

[...] para o meu país não lhe queria só a emancipação política; almejava-lhe mais, a independência literária e científica. Desde essa época, tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa, só aproveitaria o saber e os métodos. Eis por que me iniciei no tupi-guarani, no quechúa, no caraíba e no bantú (DAISSON, 1925, p. 60).

Se advogava por uma literatura “onde a comunhão brasileira palpitasse em seus costumes, em sua vida íntima”, onde se pudesse apreender a “fisiologia nacional” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 101), também é verdade que se empenhou em destacar as diferenças do Rio Grande do Sul:

À proporção que vai descendo-se do Equador para os trópicos, de estado para estado, lento e lento vão se acentuando cambiantes de dissimilaridade. A literatura, pois, deve ser um espelho, uma fotografia dessas variantes da natureza. Só não é permitido fazer periclitar o caráter humano, a lógica dos sentimentos, as manifestações psíquicas em fundo são idênticas. Conseqüentemente a literatura deve diversificar, como a história e as tradições de cada estado. Esta independência, sim, eu a compreendo no sistema federativo (MAYA, 1898, p. 24).

Contemporâneo de Machado de Assis – este nascido em 21 de junho 1839, Apolinário em 29 de agosto de 1844 – cresceram ambos no ambiente de unificação nacional e construção da independência intelectual da pátria. A situação em que cada um se encontrava, entretanto, era bem distinta. Proveniente de uma família pobre, Machado vivia no Rio de Janeiro, onde a presença da família real animava o mundo cultural com subvenções a artistas e intelectuais, publicações e promoção de atividades dedicadas às atividades “espirituais”.

Para ficar apenas em dois exemplos, embora não houvesse curso superior de Humanidades como em Recife ou São Paulo (no Rio havia o de Medicina), na capital do Império, desde 1838, existia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição oficial promotora do debate intelectual sofisticado na época. Além disso, o Rio de Janeiro contava com círculos literários consolidados, como o animado por Francisco de Paula Brito desde os anos 40. Paula Brito foi o primeiro empregador de Machado de Assis, que trabalhou como revisor e colaborador de periódicos editados na casa a partir de 1854. Segundo registrado no site da Biblioteca Brasileira, da USP, os dois primeiros livros do escritor, *Queda que as mulheres têm para os tolos* e *Desencantos, fantasia dramática*, também foram publicados por Paula Brito em 1861, no mesmo ano da morte do editor.

Como bem notou Alexandre Lazzari, em sua tese de doutorado, “o mundo dos eruditos e homens de letras brasileiros até o século XIX, indiscutivelmente teve um centro”:

[...] era para a Capital do jovem Império do Brasil que convergia a fina flor das letras nacionais, como a se repetir também na arte da palavra a centralização que se operava com êxito na política do segundo reinado. Lá estariam os responsáveis por inventar a representação escrita da nacionalidade brasileira, seja reunidos em uma instituição oficial sob a proteção de Sua Majestade Imperial, como era o IHGB, seja dispersos pelas redações dos jornais cariocas (LAZZARI, 2004, p. 23).

Apolinário bem que tentou se aproximar desse ambiente, chegando até São Paulo, onde cursou durante um ano Direito, se valendo da posição confortável que a família mantinha até então. A morte do pai mudou tudo de figura, o forçou a interromper a temporada de estudos e o ascendeu ao posto de chefe de família e mantenedor da casa, o que fez durante

toda a vida trabalhando como professor. Foi nessas condições que ele inventou o seu próprio circuito cultural, fundando, em 1868, o Partenon Literário – antes disso, embora houvesse literatura, a circulação de obras era praticamente inexistente, cada autor vivia de forma individual.

Seja pelo “caldo cultural” em que estava inserido, ou bem pelo talento incomum, em 1873, Machado já desfrutava de reconhecimento nacional, senão como grande romancista – o primeiro livro de ficção em prosa, *Ressurreição*, havia sido publicado no ano anterior – certamente como crítico literário, aquele que assinou o *Instinto de Nacionalidade*. De qualquer forma, o caminho que percorrera, até então, incluía ainda o lançamento de obras poéticas, teatrais e coletâneas de contos. Era dos poucos autores com editora, conforme registram Marisa Lajolo e Regina Zilberman em *A Formação da Literatura no Brasil*, e, embora trabalhasse como funcionário público, estava no mercado editorial e era, inclusive, procurado por seus pares para intermediar contratos de publicações, como registram as autoras:

[...] Magalhães de Azeredo, que procura o socorro do romancista [Machado de Assis] e, valendo-se do prestígio deste, converte-o de certo modo, em seu agente literário. Machado é a alavanca que Azeredo precisa, para ter seus livros lançados no mercado carioca, como indica a correspondência trocada entre os dois durante anos (LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p. 72 e 73).

Cá na província, Apolinário não tinha sequer onde comprar livros em 1873 – a Livraria Americana, já anotamos, abriria as portas em 75. Na corte, Machado tinha acesso a publicações nacionais e estrangeiras que chegavam da Europa “duas a três vezes por semana, às braçadas” (isso em 1887), enquanto Apolinário dependia da ação de amigos para buscar, justamente na capital nacional, livros, jornais e revistas que lhe trouxessem novidades.

Separados por um oceano de influências culturais e de condições para a promoção e reflexão crítica da arte, Machado de Assis e Apolinário Porto Alegre se aproximam nas reflexões sobre nacionalidade e literatura naquele momento. E ambos têm, como referência, o mesmo autor, José de Alencar, que, para eles, representou “a alma brasileira” da maneira mais completa naquele momento.

Em seu esboço biográfico, diz dele Apolinário: “Suas obras constituirão uma cadeia, por cujos elos poder-se-á estudar a nacionalidade brasileira desde a formação primitiva até as múltiplas transformações que tocam aos nossos dias” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 98). Ou ainda: “[Alencar] estuda o tipo multiforme e os sentimentos de todas as classes de nossa sociedade” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 102).

Mais ou menos o que Machado condensou em uma única frase, quando, em 1906, discursou diante da pedra fundamental do que viria a ser a estátua de José de Alencar, no Rio

de Janeiro: “O espírito de Alencar percorreu as diversas partes de nossa terra, o norte e o sul, a cidade e o sertão, a mata e o pampa, fixando-as em suas páginas, compondo assim com as diferenças da vida, das zonas e dos tempos a unidade nacional da sua obra” (ASSIS, 1961, p. 283). No próprio *Instinto de Nacionalidade* ele elogia o cearense: “um fecundo e brilhante escritor” (ASSIS, 1961c, p. 133).

De uma geração anterior, nascido em 1º de maio de 1829, Alencar foi importante referência para ambos escritores – cada um no seu quadrado, os dois beberam da obra do cearense. Conforme depôs, em 1906, Machado de Assis (1961a, p. 281):

[...] quando entrei na adolescência, fulgiam os primeiros raios daquele grande engenho; vi-os depois em tanta cópia e com tal esplendor que eram já um sol, quando entrei na mocidade. Gonçalves Dias e os homens de seu tempo estavam feitos; Álvares de Azevedo, cujo livro era a boa-nova dos poetas, falecera antes de revelado ao mundo. Todos eles influíam profundamente no ânimo juvenil que apenas balbuciava alguma coisa; mas a ação crescente de Alencar dominava as outras.

Machado teve Alencar sempre por perto; com ele trocou correspondência, passeavam juntos no Rio de Janeiro no período em que o cearense abandonou a política. Anos depois, em 1897, Machado escolheu o nome do autor de *Iracema* para ser o patrono de sua cadeira ao fundar a Academia Brasileira de Letras. Embora Machado não se filiasse ao estilo – ou escola – na qual Alencar se consagrou, não resta dúvida de que o convívio direto com o mestre e sua obra o animaram e permitiram que se tornasse o escritor aclamado que é. Apolinário, por sua vez, tomava Alencar como modelo desde suas primeiras experiências nas letras, conforme registra Guilhermino Cesar (2006, p. 218):

[...] com *Os Palmares* (Apolinário) iniciou propriamente a carreira literária. Mas, romaneando um quilombo do Norte, aquele que por sua denodada resistência às armas do branco passou a simbolizar a altivez e heroicidade do negro, o escritor seguiu muito de perto as pegadas estilísticas de Alencar.

O contato mais próximo que teve com o escritor cearense, entretanto, foi uma carta deixada em agradecimento por sua postura na contenda em que Alencar era atacado por críticos por usar neologismos em seus romances. José de Alencar soube da publicação de Apolinário – que a assinou sob o pseudônimo de Iriema – e mandou uma carta ao Partenon Literário agradecendo o desagravo. Ela está publicada no livro de Augusto Daisson que homenageia o professor e agitador cultural gaúcho:

Ilmo sr.
Recebi os quatro volumes da coleção da interessante Revista do Partenon, que v.s me fez o favor de remeter. Antes de tudo, cumpre-me agradecer tão precioso mimo e pedir a v.s. de servir de intérprete ao meu reconhecimento para com os colaboradores da Revista que fizeram o favor de ocupar-se de meus escritos; e especialmente para o distinto e ilustrado Iriema. Ignorava que, ao tempo das emboscadas que me faziam uns moços convertidos em instrumento de um rábula... houvesse, na heroica e generosa província do Rio Grande do Sul, um escritor de grande mérito e nobres sentimentos que espontaneamente tomasse a si vingar os foros de nossa nacionalidade literária, ferida por paixões inconfessáveis. Foi

somente agora que, percorrendo as páginas da Revista do Partenon, tive o prazer de ler as palavras animadoras de Iriema, a quem já conhecia por um volume de poesias intitulado *Bromélias*, e a quem não me dirijo diretamente por ignorar seu nome. Por último, rogo a v.s. sirva-se incumbir, nesta corte, a alguém de receber alguns volumes de obras minhas, destinadas à Biblioteca do Partenon. Com estima e consideração, José de Alencar – Corte, 12 de janeiro de 1875 (DAISSON, 1925, p. 117).

Entre críticas e elogios, e com argumentos diferentes, tanto Machado quanto Apolinário chegam a uma mesma conclusão: Alencar seria um clássico brasileiro.

3.1.1 Sentimento íntimo

Para defender José de Alencar, Apolinário coloca em linha a literatura brasileira com a norte-americana: duas ex-colônias contemporâneas cuja trajetória bem poderia ser comparada. Em forma de questionamento aos críticos do cearense, assevera que enquanto o Brasil recebia a família real, fugida da guerra napoleônica, em 1808, “nos Estados Unidos lançava-se a pedra fundamental de sua independência literária [...] (com) obras em que não só a face indígena da América transparece, como os costumes e as diferentes épocas históricas da grande confederação” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 107). Em terras abaixo da linha do Equador, prossegue, “até hoje não tínhamos tido uma literatura manifestada nas diferentes feições da nacionalidade” – algo que foi modificado justamente pelo eleito para seu estudo biográfico: “Tudo menos que José de Alencar no Brasil não tenha sido o roteador de um terreno inculto e fragroso” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 107), sintetiza.

Nessa comparação, o autor gaúcho lança mão da importância do registro da fala local – justamente o aspecto que vinha sendo criticado pelos detratores de Alencar:

[...] o yankee com sua prosódia nasal não fala como o lorde de Londres, o highlander escocês ou o rústico da Irlanda que ruma um dialeto banhado ainda nas origens célticas. E entre John Bull e Jonathan a diferença às vezes é tão acentuada que dificilmente se entendem. A palavra yankee, denominação que os ingleses deram aos norte-americanos, provém da maneira porque muitos destes pronunciam english (PORTO ALEGRE, 1980, p. 99).

Já Machado de Assis, embora naquele primeiro momento tenha se referido à questão da linguagem de modo mais genérico, não se esquivou de tomar partido sobre o uso de neologismos por Alencar em um texto de apresentação de edição especial de *O Guarani*, publicado em 1888: “A língua, já numerosa, fez-se rica pelo tempo adiante. Censurado por deturpá-la, é certo que (Alencar) a estudava nos grandes mestres; mas persistiu em algumas formas e construções, a título de nacionalidade” (ASSIS, 1961d, p. 330). E, em *Instinto de Nacionalidade*, ele utiliza referências norte-americanas com objetivo contrário ao de Apolinário, ou seja, para referendar a ideia de que não é necessário um conteúdo nacional para validar um autor como legítimo representante de seu país:

“O autor do *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês” (ASSIS, 1961c, p. 135).

Como sabemos, Machado dizia que havia algo mais em jogo:

[...] não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região, mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1961c, p. 135).

Característica que ele vai identificar na obra de José de Alencar: “Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas” (ASSIS, 1961a, p. 283).

Luís Augusto Fischer (2009, 175) interpreta que esse “sentimento íntimo” se trata de uma reivindicação à filiação ocidental da literatura. Nesta passagem de *Instinto de Nacionalidade*, Machado parece realmente defender esse ponto:

[...] compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas é prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção (ASSIS, 1961c, p. 133).

Também Apolinário defendeu a linguagem romanesca como a mais apropriada neste mesmo estudo biográfico de Alencar, embora, neste caso, o autor estivesse contrapondo o romance a outras formas literárias, como a poesia épica e até a produção árcade – ambas reconhecidas por Machado como genuinamente nacionais –, um ponto de discordância entre os dois: “O romance em prosa é a forma por excelência moderna, ainda que a antiguidade a gaguejasse nos contos milésios, nas viagens de pura fantasia e vida de seus grandes homens”, escreveu em seu estudo biográfico de Alencar (PORTO ALEGRE, 1980, p. 102).

Nesta outra passagem, Apolinário claramente se aproxima da ideia de reivindicação desse sentimento nacional que está em linha com o que passa no mundo:

[...] o princípio romântico estabelece a vitória da razão sobre a imaginativa e exprime a marcha do espírito humano em seus esforços para devassar a verdade em toda a sua nudez. A verossimilhança constitui seu fundo. *A literatura consubstancia o pensamento filosófico do tempo e o enuncia mais fácil e lucidamente* (PORTO ALEGRE, 1980, p. 102, grifo meu).

Embora fique evidente que o assunto que envolvia Machado de Assis e Apolinário Porto Alegre era o mesmo – porque se tratava de questão geracional –, as soluções que eles apresentam para os problemas são distintas. Machado se beneficia do ambiente cultural ao seu

redor, da literatura daqueles que o precederam, Alencar incluído, para formular reflexões de horizonte bem mais amplo do que as de Apolinário, como a explicação do “sentimento íntimo” que deve guiar um escritor para o seu tempo.

Ainda tomando por base o conceito de formação da literatura de Antonio Candido, é possível estabelecer mais um paralelo entre ambos, porque a cada um coube papéis diferentes no contexto analisado por Candido. Conforme assinala Luís Augusto Fischer, em *Formação hoje – uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor*, “Machado está no ponto de chegada da Formação, mas sem merecer descrição naquele livro”. Para Candido (*apud* FISCHER, 2009 p. 175), é ele “o crítico que entendeu não ter cabimento a prisão nacionalista, como disse em seu famoso *Notícia da atual literatura brasileira — Instinto de nacionalidade*, sem deixar de ler a tradição local, a ser superada por ele mesmo”.

Apesar de ser contemporâneo de Machado de Assis, Apolinário Porto Alegre poderia se situar como uma espécie de ponto de partida da formação considerando o cenário local, porque a ele cumpriu muito mais a função de dar as bases para o desenvolvimento da literatura no extremo sul, do que elaborá-la com maestria como fez Machado de Assis, que já nesta época era crítico reconhecido e autor com editora para seus livros. Isso explicaria a disparidade de soluções entre ambos, assim como as permite outro sentido para a frequente afirmação de que o Rio Grande do Sul teve um “romantismo tardio” nessa geração.

Nesse sentido, interpretação de Luís Augusto Fischer sobre o processo formativo da literatura brasileira oferece uma solução para esse “atraso”. Ele pleiteia a existência de duas formações da literatura brasileira, não uma única e exclusiva como viu Candido:

De um lado temos o Brasil litorâneo, cifrado na obra de Machado de Assis e explicado pela teoria de Roberto Schwarz; de outro, temos o Brasil do sertão, cifrado na obra de Guimarães Rosa e explicado, apenas potencialmente até agora, pela teoria de Viveiros de Castro. Não há relação de exclusão entre os dois mundos, sejam eles considerados na sua organização econômica ou na sua enunciação artística, e sim de complementaridade e tensão, estendida na linha do tempo: primeiro se forma o pólo das cidades e formas econômicas e sociais da costa litorânea, que teve várias encarnações literárias até alcançar a excelência em Machado de Assis; se sucedem variações literárias em torno dos feitos anteriores, até chegarmos ao outro, o pólo Guimarães Rosa, no miolo do sertão, que porém já tinha vida econômica e social importante (FISCHER, 2013, p. 11).

Essa nova perspectiva, trazida por Fischer, permite pleitear caráter nacional às reflexões e obras de Apolinário Porto Alegre e talvez até justificar essa aparente desconexão temporal entre a produção do escritor gaúcho (e de seus pares) com o que fazia Machado de Assis na Capital. Importante notar a observação de Fischer de que a completude, no caso da formação do sertão, é bem mais tardia do que a do litoral, essa com Machado no século XIX, a outra com Guimarães Rosa no século XX.

3.1.2 Alencar na obra de Apolinário

Apesar de contemporâneos, Apolinário não tem em Machado seu espelho, característica que ele vai encontrar em outro autor, José de Alencar, cuja obra também pode ser iluminada segundo essa provocação das duas formações, uma vez que se dedicou a transformar a matéria do “sertão” em literatura. Em seu esboço biográfico de José de Alencar, Apolinário alinha o cearense com Bernardo Guimarães, uma vez que o autor de *O Guarani* e *Iracema* – os dois livros que o transformaram em clássico nacional – estava, naquele momento, voltado à literatura atualmente chamada “regionalista”, da qual Guimarães também é representante. Essa fase se inicia em 1870, justamente com a publicação do romance *O Gaúcho* e segue depois com *Til* (1872) e *Sertanejo* (1875).

Justamente esse primeiro romance da série regionalista alencariana é que é reiteradamente mencionado por estudiosos do Rio Grande do Sul como objeto de Apolinário, que, dois anos depois, lançou seu *O Vaqueano*, conforme registra Flávio Loureiro Chaves (1994, p. 13):

[...] apenas dois anos depois Apolinário Porto-Alegre, inspirado no modelo, publicou *O Vaqueano*; mas acrescentou-lhe a observação direta do meio, que faltava por completo ao escritor cearense. (...) A figura do vaqueano já se fizera indispensável ao contexto social do pampa: funcionava como guia de viajantes e forasteiros por conhecer os caminhos e atalhos, possuidor de habilidade e destreza, ignorante do perigo. Apolinário projetou-o na personagem imaginária de Avençal, condutor do exército farroupilha pelas trilhas da Grande Revolução.

Vários outros autores notaram e registraram a influência alencariana sobre Apolinário Porto Alegre. Um artigo assinado por De Paranhos Antunes, no suplemento literário de *A Manhã*, do Rio de Janeiro, em 1944, e reproduzido no livro *Popularium Sul-rio-grandense*, aponta:

[...] nota-se aí, não há dúvida, o ritmo e o pitoresco fraseado de Alencar. Na verdade, porém, Apolinário tem estilo próprio, másculo e inconfundível. Não é um pastichador. Se copia de Alencar os métodos, e a técnica, é apenas pelo entusiasmo que vota à escola indianística, aos temas brasileiros (PORTO ALEGRE, 2004, p. 23)

A título de curiosidade, embora nascido em 1829, sendo, portanto, da geração anterior à de Apolinário, Alencar compartilhou com o gaúcho aspectos biográficos e literários. Pequeno exemplo é o fato de terem cursado Direito em São Paulo, com a diferença de 25 anos entre ambos. Outra coincidência que permite alinhar os dois escritores é o fato de que foram obras suas que abriram duas importantes coleções cujo objetivo era mostrar um panorama dessa produção intelectual já independente da antiga metrópole. Trata-se da *Biblioteca Brasileira*, idealizada por Quintino Bocaiúva, em 1862, e que teve como volume inaugural *As Minas de Prata*, de Alencar, e a *Biblioteca Rio-Grandense*, de 1875, iniciada com *Paisagens*, coletânea de contos de Apolinário.

Segundo registram Lajolo e Zilberman, em 1862, Quintino Bocaiúva “idealizou a Biblioteca Brasileira, com o fito de publicar mensalmente uma obra de autor nacional sobre qualquer ramo do conhecimento humano” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 77). Era vendida através de subscrições anuais de assinantes, que recebiam todos os meses uma nova obra em casa. Quem abriu a coleção foi José de Alencar, com o romance *Minas de Prata*. Eis a panorâmica que dava Machado de Assis, nessa época, do mercado literário no Rio de Janeiro:

[...] pode-se dizer que o nosso movimento literário é dos mais insignificantes possíveis. Poucos livros se publicam e ainda menos se lêem. Aprecia-se muito a leitura superficial e palhenta, do mal travado e bem acidentado romance, mas não passa daí o pecúlio literário do povo. É no meio dessa situação que se anunciam duas publicações literárias: Biblioteca Brasileira, publicação mensal de um volume de literatura ou de ciência, de autores nacionais, e Futuro, revista quinzenal dirigida por brasileiros e portugueses. (A Biblioteca) serve a dois interesses: ao dos autores, a quem dá a mão, garantindo como base da publicação de suas obras uma circulação forçada; e ao do público, a quem dá, por módica retribuição, a posse de um bom livro por mês (LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p. 78).

Seis anos depois, iniciativa da Livraria Americana aberta em 1875, em Porto Alegre, saía o primeiro volume da Biblioteca Rio-Grandense, cuja proposta de funcionamento era idêntica à de Bocaiúva. O volume inaugural era *Paisagens*, coletânea de contos de Apolinário Porto Alegre, assinado por seu pseudônimo Iriema. Entretanto, enquanto a irmã nacional, não tendo sucesso, durou um ano, não se tem notícia de que iniciativa análoga no Rio Grande do Sul tivesse sequência além do anunciando número três, também de Apolinário: *O crioulo do Pastoreio*.

No teatro, novamente, as obras do cearense teriam retumbância na produção do mestre da Casa Branca: *Benedito* (1873), de Apolinário é, segundo o estudioso da obra dramaturgica de Apolinário, Moacyr Flores, “uma comédia inspirada no *Demônio Familiar*” de Alencar, encenada em 1857 (FLORES, s.d.). Mauro Póvoas aplaude a atitude de Apolinário ao beber dessa peça na composição de seu trabalho.

“Levando-se em conta que esse é considerado um dos melhores textos para teatro de Alencar e ainda a admiração de Porto Alegre pelo escritor cearense, nada a estranhar pela extrema similitude dos enredos das peças. Coincidência ou não, as duas histórias têm uma personagem chamada Alfredo” (PÓVOAS, 1997, p. 104)

O cearense também compôs dramas sobre a temática da escravidão, que muito influenciaram em seu par no Rio Grande do Sul: *Mãe*, de Alencar (1860), e *Os Filhos da Desgraça*, de Apolinário (1874), participaram da campanha pela libertação de cativos no Brasil. Essa última marca uma nova coincidência entre ambos escritores: o fato de terem peças proibidas de serem representadas por ordem policial. No caso do cearense, lhe foi censurada *As asas de um anjo* (1858), enquanto que Apolinário não pode levar ao palco *Os Filhos da Desgraça* (1874). O gaúcho escreveu sobre essa coincidência, defendendo que a

censura da polícia não melhorava o ambiente intelectual, ao passo que uma eventual censura do público, essa sim, seria meritória e capaz de “proibir” um espetáculo de ser levado à cena: “A única (censura) legítima é a das multidões. Elas só podem avaliar se o poeta compenetrar-se de seus costumes e sentimentos. [...] Liberdade pois ao teatro, plena liberdade! Que os poetas produzam e haja um só juiz: o povo” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 120).

Por tudo isso, não é de estranhar que Apolinário Porto Alegre tenha tomado a pena para escrever um longo e sentido poema em homenagem a José de Alencar quando o escritor morre, em 1877. Como se fosse uma provocação do destino, os versos só foram publicados no momento em que seu autor já era, também, apenas memória, no livro póstumo *Flores da Morte*.

NÊNIA
À morte de José de Alencar

I
Empoeirada lira d’outras eras.
Quando ao luzir d’esplêndidas quimeras
Tinhas ardor febril,
Inda uma vez anima-te, inda um canto,
Não de prazer festivo, só de pranto
Que a dor curva o Brasil.

A pátria geme, uma oração soluça,
A fronte sobre o peito se debruça,
Níobe a simular...
Seria um crime, ó lira, ante a desgraça
Que como um raio agora nos trespassa,
O silêncio guardar.

Vamos, cubra-te o crepe funerário,
E se o podes, no lúgubre cenário
Em aflição atroz
Ante a calamidade que nos fere,
Num treno, em lacrimoso miserere,
Desprende a triste voz.

II
Passou o furacão, revolta a juba,
Lá onde espalma a fronde a carnaúba
E Iracema nasceu;
Onde não cantam mais gazis jandaias,
Do Mocaribe vendo as alvas praias
Ao sol que resplendeu.

Medonha convulsão! Como em Pompeia
Na qual lava em cachões desencadeia
O Vesúvio a bramar;
Como o fogo dos céus na Palestina,
Assim um quadro horrível descortina
O olhar que ali pousar!...

Ó pobre Ceará, quase extinto,
Macilento, com febre, mais faminto

Que náufragos no mar!
 Província infeliz, que fado rude
 Em tudo te apresenta um ataúde
 E a morte a campear?!

O sol bebeu-te os rios, crestou-te os prados,
 E os matos, esqueletos transformados,
 Surgiram no sertão;
 Por extensão sem fim o solo aberto,
 Onde era a vida, apenas um deserto,
 O horror da solidão!

O céu de bronze! Uma fornalha a terra!
 Quando rompe a alvorada, se descerra
 O Atacama em painel!
 Nenhuma voz! Que mesmo os passarinhos
 Os trinados perderam com seus ninhos,
 Nesse incêndio cruel!

E o homem no suplício peregrino,
 Unindo a dor de Tântalo e Ugolino,
 Descrê até de Deus,
 Que a seca que domina os pátrios lares,
 A crença n'alma torra e lança aos ares
 Blasfêmias dos ateus.

Mas não é tudo, não está a taça
 Inda cheia do absinto da desgraça,
 De peçonha letal!
 Não é tudo! Aos sinistros estribilhos
 Verás rolar no pó ilustres filhos
 No sudário imortal!

Já não era bastante em vivas frágoas
 O lenço sempre retirar nas mágoas
 Úmido do chorar!
 Choraste por inúmeras famílias,
 Agora em tristes, fúnebres vigílias
 Chora por Alencar!

III
 Mas não chorarás só... Era dum mundo,
 Mundo infindo, onde culto e amor profundo,
 Com afã conquistou;
 As letras e a ciência estão de nojo!
 A tumba leva o físico despojo
 Mas sua alma ficou...

Sim, sua alma ficou... Mais que em Carrara,
 Em bronze de Corinto se gravara...
 É lâmpada eternal!
 Sempre rútilo sol do pensamento
 No cimo do soberbo monumento
 Que ele ergueu sem rival!

Ó glória imensa, a vida além dos evos,
 Existência que sempre tem coevos
 E sempre nova luz!
 Tu, gênio, és semelhante à fina gema,
 Pois quanto mais antiga num diadema,

Tanto mais nos seduz!
 Amordaça-te, inveja, não venceste!
 Contra ele teus mastins em vão correste,
 Vil calúnia, em vão!

Que, transpondo os umbrais da eternidade,
 As alças segurou a mocidade
 Ao fúnebre caixão!

IV
 Brasil, amado berço, teu futuro
 Destaca-se num manto em ouro puro
 No horizonte d'além...
 Teu pavilhão se mostra sobre os mares
 Ou de Gusmão no invento pelos ares,
 Em contínuo vaivém...

Ó como serás grande! Que prodígio!
 Que maravilhas d'arte! Que prestígio
 Nos campos do ideal!
 Então o de Alencar vasto tesouro
 Hão de explorar como uma mina d'ouro
 Ou raro mineral!

É pois justa essa dor que te sufoca...
 Deixa o pranto correr... ele se troca
 Em consolo sem par;
 É o precoce tributo aos pés da glória,
 Base de gratidão que senta a história
 Ao cipo tumular (AGUIAR, 2011, p. 237-239).

3.2 Um romancista sob a ótica de Bakhtin

Embora admiradores do empenho de Apolinário Porto Alegre em suas inúmeras iniciativas literárias e sociais, os críticos parecem concluir, de forma geral, que justamente o empenho do autor em inovar atrapalhou a criação artística. De fato, considerando aspectos técnicos dos manuais de literatura e comparando ao cânone, o mestre da Casa Branca sairá perdendo – talvez porque tenha precisado voltar antes de concluir sua formação em São Paulo, ou porque o ambiente de debate literário era incipiente no Rio Grande do Sul (ele foi o iniciador da crítica), ou ainda porque não tivesse a oportunidade de andar de braços dados (sem ser uma metáfora) com Alencar, como fez Machado de Assis. Certamente, todos esses pontos impactaram na sua visão sobre o ofício de escritor e sobre sua obra.

Há, entretanto, uma forma de ler Apolinário Porto Alegre que permite colocá-lo em conexão com as melhores práticas literárias do mundo – guardando as devidas proporções, é possível encontrar elementos em comum entre o autor gaúcho e o russo Fiodor Dostoevski. O teórico da literatura Mikhail Bakhtin foi o pensador que reposicionou a obra de Dostoevski, a

quem atribuiu a invenção de uma nova estética literária. Seu ensaio *Problemas da obra de Dostoievski*, publicado em 1929 e revisado para virar livro em 1963, sob o título definitivo *Problemas da poética de Dostoievski*, “mudaria de forma essencial os estudos” sobre o escritor e “inauguraria uma nova era na investigação do discurso romanesco e na própria teoria do romance” (BAKHTIN, 2015, p. 8), segundo o tradutor Paulo Bezerra, responsável pela recente edição de *Teoria do Romance* no Brasil.

A grande qualidade de Dostoievski, percebida por Bakhtin, foi a inclusão de múltiplas vozes no texto, não apenas as dos personagens, mas também a do narrador, do escritor e (indiretamente) a do próprio leitor, todas influenciadas e representando o substrato social em que estão inseridas. E é precisamente essa característica plural que confere a um texto o status de romance, na visão do russo. Já na sua *Teoria do Romance*, o crítico resumiria assim: “[...] o romance como um todo verbalizado é um fenômeno pluriestilístico, heterodiscursivo, heterovocal. Nele, o pesquisador esbarra em várias unidades estilísticas heterogêneas, às vezes jacentes em diferentes planos de linguagem e subordinadas às leis da estilística” (BAKHTIN, 2015, p. 27).

Os conceitos da teoria bakhtiniana (heterodiscurso, polifonia etc.) possuem minúcias que os distinguem entre si, mas, de forma geral, indicam a diversidade de personagens com direito à fala que deve estar presente em um texto para que ele seja considerado um romance. Esse olhar busca uma direção diferente para a reflexão sobre a obra literária, desviando daqueles que diziam ser o romance uma epopeia sem deuses e, até mesmo, ampliando as possibilidades de entendimento do romance, gênero que não fica mais confinado à forma – uma manifestação em prosa, por exemplo.

Com a expressão “diálogo social das linguagens”, o russo circunscreve os encontros literários de diferentes “dialetos sociais, modos de falar de grupos, jargões profissionais” (BAKHTIN, 2015, p. 29) e também gírias típicas de determinadas gerações ou distintas faixas etárias – as “linguagens de círculos e modas passageiras” – assim como as especificidades do dizer de autoridades, ou de tendências e partidos políticos. Em resumo: “[...] as linguagens dos dias sociopolíticos e até das horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos). A extratificação interna de cada língua em cada momento de sua existência histórica é a premissa indispensável do gênero romanesco” (BAKHTIN, 2015, p. 30).

As ideias de Bakhtin, aplicadas à análise da produção de Apolinário Porto Alegre, permitem um olhar mais abrangente sobre sua obra, salientando suas preocupações literárias, identitárias e políticas e a forma como elas entraram em sua produção intelectual. Essa passagem citada anteriormente, por exemplo, tanto é aplicável para compreender a forma

como ele expressou-se na literatura, como também para mostrar que as reflexões que deixou impressas em suas pesquisas tinham grande sentido.

Na apresentação da *Teoria do Romance*, Bakhtin historia as tentativas de interpretação do romance desde os primórdios da crítica até as iniciativas de contemporâneos seus para logo anunciar: “todas as categorias da estilística contemporânea e a própria concepção de discurso poético (em voga) são inaplicáveis ao discurso romanesco” (BAKHTIN, 2015, p. 26). Ele condena o fato de que as tentativas de análise do romance ou se detinham exclusivamente sobre a linguagem do criador ou destacavam apenas alguns elementos estilísticos, ignorando outros, quando era preciso que o todo fosse considerado. A solução, escreve Bakhtin, é olhar para o que aquele texto está representando:

[...] o fio condutor deste livro é a superação do divórcio entre “formalismo” abstrato e o igualmente abstrato “ideologismo” no estudo do discurso literário, e uma superação baseada numa estilística sociológica para a qual a forma e o conteúdo são indivisíveis do discurso concebido como fenômeno social – social em todos os campos de sua vida e em todos os seus elementos, da imagem sonora às camadas semânticas abstratas (BAKHTIN, 2015, p. 21).

Partindo do pressuposto de que é preciso diversidade de falantes para compor um romance, Bakhtin classifica cinco “tipos básicos de unidade estilístico-composicional” que devem/podem estar representados: 1) o narrador em terceira pessoa; 2) a reprodução da oralidade e da fala popular (o “skaz”); 3) a “estilização das diferentes formas de narração semiliterária”, como cartas e diário; 4) formas literárias que extrapolem o artístico, como juízos morais, filosóficos, científicos, declamações e informações protocolares, além da fala do herói (5): “A originalidade estilística do gênero romanesco reside de fato na combinação dessas unidades subordinadas, mas relativamente independentes: o estilo do romance reside na combinação de estilos; a linguagem do romance é um sistema de linguagens” (BAKHTIN, 2015, p. 29).

A inclusão de novos discursos, emissores e formas de expressão nos textos artísticos responde a uma necessidade de representar o que Bakhtin chamou de “forças centrífugas” da língua, que são aquelas que ficam apagadas, por assim dizer, pela normatização do idioma, imposto “nos processos históricos de unificação e centralização linguística”, indissociáveis dos “processos de centralização sociopolítica e cultural”: “[...] a língua única não é dada, mas no fundo, sempre indicada e em cada momento de sua vida opõe-se ao heterodiscurso real” (BAKHTIN, 2015, p. 39-40).

Olhando por este lado, o grande debate, instaurado no Brasil da segunda metade do século XIX sobre qual seria o uso “correto” do português na literatura, ganha um sentido a mais. Não se está apenas debatendo uma formalidade, mas quem tem direito a ser

representado na literatura de um país para que ela possa ser considerada efetivamente ‘nacional’. Apolinário Porto Alegre tomou parte nessa discussão através de um artigo defendendo José de Alencar e o direito de incluir ‘brasileirismos’ em seus romances. Neste texto, ele argumenta que a literatura precisava refletir o mundo existente fora dos livros, o que justificaria o uso de expressões, vocabulário e até sintaxe diferentes na literatura brasileira do que as em uso em Portugal:

[...] o gaúcho do pampa não vive, não come, não bebe, não traja e nem se exprime como os descendentes de D. Pelágio. A pátria do Cid não é a de Sant-Anna, Bolívar e São Martin. Física e moralmente distanciam-se. A feição topográfica e o traço da fisionomia repelem-se: a selva e o prado que produzem a vinha e a oliveira não esfolham o campeche, o pehuen e a baunilha; onde vagam o lobo e o merino, não se encontra o bisão, a vicunha, o guanaco e o lhama; lá, o homem tem a face mais ou menos alva, aqui os tons da epiderme condensam desde a brancura deslumbrante até o escandado do araucan e cholo e a cor baça e sombria do sambo (PORTO ALEGRE, 1980, p. 99-100).

Apolinário defendia – e aplicava – a diversidade na literatura também mirando o microcosmo. Sendo um autor do sul brasileiro, entendia que era necessária a representação da gente que habitava essa parte do país na literatura nacional e a isso se dedicou. Acontece que suas obras não reproduzem apenas o “gaúcho”, seus trajes típicos, seu sotaque, sua cultura, como poderia supor a leitura de sua obra a partir do regionalismo.

Sendo representante da classe média do século XIX, que teve a rara oportunidade de cursar faculdade em São Paulo (sem, entretanto, tê-la concluído), há inúmeros registros de que Apolinário buscava a matéria-prima de sua produção intelectual entre a população mais simples. Discípulo seu, Augusto Daisson revela que “não se limitava a ficar dentro dos livros”: “descia ao contato com o povo, acompanhava o vocábulo que era objeto de seu estudo através da conversação popular e assim completava a sua observação” (DAISSON, 1925, p. 4).

A falta de contato dos pensadores com as ruas é apontada por Bakhtin como um dos motivos pelos quais a teoria (linguística, estilística) se tornou insuficiente para explicar os fenômenos da arte e da própria vida, conforme ele anota, criticamente, na introdução de sua *Teoria do Romance*:

[...] a estilística privou-se de um enfoque autenticamente filosófico e sociológico de seus problemas, excedeu-se em minúcias estilísticas, foi incapaz de perceber por trás dos avanços tendenciais e individuais grandes e anônimos destinos do discurso literário. Na maioria dos casos, a estilística era uma estilística da maestria de gabinete e ignorava a vida social da palavra fora da oficina do artista, na vastidão das praças, ruas, cidades e aldeias, dos grupos sociais, gerações, épocas (BAKHTIN, 2015, p. 21).

Guilhermino Cesar, crítico e historiador da literatura do Rio Grande do Sul, dá fé de que o interesse na pesquisa folclórica e da fala popular fez diferença na prosa de Apolinário Porto Alegre, embora o autor tenha feito dessa observação objeto de estudo mesmo,

compondo léxicos, dicionários, buscando referências e relações linguísticas entre os jargões gauchesco e idiomas indígenas e africanos, por exemplo:

Quem se beneficiou dessa observação não foi propriamente o mestre-escola, senão o escritor à cata de assunto e de pitoresco. E surgiu o caso Apolinário Porto Alegre. Assim o vocabulário foi a ponte por onde o criador de histórias alcançou a realidade da vida rio-grandense, obrigando-se a observações mais detidas. Desceu com ardente curiosidade ao estudo das peculiaridades dialetais e, conseqüentemente, dos costumes gaúchos, visando colorir a ficção; com o tempo, passou a encarar tudo isso sob prisma um pouco mais severo. Desse jogo de concomitâncias irrompeu o linguista, ou antes, o filólogo improvisado, que comparou, classificou, generalizou, à luz das fontes formadoras do léxico (CESAR, 1956, p. 205).

Como exposto em capítulos anteriores, Apolinário Porto Alegre tanto criou personagens e cenas que trazem para as páginas figuras incomuns na literatura daquele período, como negros – escravos e livres –, indígenas, trabalhadores, gente simples da cidade e do campo. Fez também do folclore popular fonte de literatura, no caso de lendas como *O crioulo do pastoreio*, *Boitatá* ou a lenda africana sobre o aprisionamento de um rei que se torna escravo e reencontra a liberdade após a morte, reproduzida por Apolinário em *O Vaqueano*.

Nessa e em outras passagens de sua obra, encontramos vários dos cinco elementos de fala definidos por Bakhtin como característicos do romance. A fala de Maria, a Conga – “Maria viu, menino. Era de madrugada. Maria inda era livre, ia banhar-se nas águas do Cuanza” (PORTO ALEGRE, 1925, p. 52) – pode ser classificada “como uma passagem de ‘skaz’, uma marca de oralidade “caracterizada pela presença marcante (às vezes predominante) do discurso oral vivo, à queima-roupa e quase fotográfico, de um narrador exótico saído do povo” (BAKHTIN, 2015, p. 28), segundo o tradutor de Bakhtin no Brasil, Paulo Bezerra.

Também, seria possível trazer ao debate fragmentos do conto *Mandinga*, publicado em *Paisagens* (1875) – lembrando que Bakhtin não faz restrições a tamanho de texto para enquadrá-lo na categoria romance, apenas que seja essa arena em que diversas vozes conversem entre si:

É noite.
As rodas dos engenhos rangem, movem-se e gritam no silêncio daquelas paragens.
O pão guincha girando, o tremonhal estremece, a almanjarra estala aos empuxos de um possante animal.
As pás do forno batem furiosas agitando o polme da mandioca.
O cevador e o forneiro estimulam a espaços os bois com a palavra e o diapasão que lhe são peculiares.
É o ruído do trabalho. É a voz da vida.
[...]
- Mau tempo! Repetiram os raspadores em coro.
- Eu só o que digo é que o diabo anda com este mês, insistia João, levando um balaio para o cevadouro.
- Mais respeito, rapaz; o céu está feio! Tornava Brígida.

- Tia Brígida, cada um sabe de si e Deus de todos. Eu sei por que falo... e você mesma tem o exemplo em casa. Por que esticaram o mulambo quase todas as suas galinhas, a leitoada que era só boa e aquele terneiro petiço que à força de raspa estava redondinho?

- Ora, João, descobriste o mel de pau! exclamou um da roda.

- Como?

- Pois bicho que bebe manipueira lá se estriba mais no garrão!

- Ou eu ou vocês não damos em bola. Não é a mesma calha das prensas? Não é a mesma manipueira de sempre? E como nos outros anos nunca tal aconteceu? O Chico Dias, que é o ilhéu mais caborteiro da redondeza e feliz como filho de padre, não contou também outro dia no Claudino que a mãe de ouro sapecou todo o seu mandiocal?

- E eu vi, quando ela passou, intercalou um. Parecia a roda grande que engranza no rodízio! Veio do cocoruto do cerro e passou pelo potreiro das pedras.

O Bernardino Nunes, que era um incrédulo digno de excomunhão, voltou à carga:

- Histórias de bambaé! Já tropecei em toda a campanha e nunca vi coisa que me arredasse o pé. E com sorriso sarcástico mediu toda a roda mais propensa à opinião de João (PORTO ALEGRE, 1987, p. 34-36).

A intervenção na ficção fazendo juízos de valor sobre a narrativa que escreve é recorrente na obra do autor gaúcho. Seriam exemplos de elemento “extra-artístico” inserido na arena romanesca de Apolinário. Outro exemplo: logo no segundo capítulo de *O Vaqueano*, quando introduz os personagens Davi Canabarro e Guiseppe Garibaldi, o autor situa sua obra:

[...] os republicanos com grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do Rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Neto, Canabarro, João Antônio da Silveira e Bento Manuel fizeram retirar o exército imperial comandado pelo general Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina. Aí vão eles, agora que os encontramos, executar o plano concebido (PORTO ALEGRE, 1927, p. 11).

A prosa de Apolinário registra todas as cinco formas de expressão no romance delimitadas por Bakhtin. De modo geral, o gaúcho escreve com narrador em terceira pessoa, frequentemente faz intervenções críticas e opinativas em suas obras, algumas vezes tece comentários históricos, situando o leitor sobre o tempo em que ambienta seus romances.

Outro quesito, a “estilização das diferentes formas de narração semiliterária”, como cartas e diário, pode ser encontrado em pelo menos um de seus romances – narrativa ficcional longa – publicado na Revista do Partenon Literário. É *Feitiço duns Beijus* (1874) que tem como apêndice correspondências das quais lança mão Apolinário para demonstrar a veracidade de seu relato ficcionalizado.

3.2.1 Na ficção e na vida real

É verdade que os textos de Bakhtin, assim como os de outros autores pertencentes ao seu Círculo, como é conhecido o grupo que se dedicou com ele às análises linguísticas e literárias, não definem minuciosamente as categorias mencionadas acima e exemplificadas em textos de Apolinário Porto Alegre. Nas palavras de Carlos Alberto Faraco, elas não possuem

“suficiente objetividade calculável” e, portanto, não podem ser vistas como um método, mas como um “exercício classificatório apenas sugestivo” (FARACO, 2015, p. 25):

[...] num tempo colonizado pela ciência é compreensível que muitos vão aos textos de Bakhtin (e do Círculo) em busca precisamente de método; aproximem-se deles na expectativa de encontrar um *modus faciendi*, um conjunto de procedimentos para a análise literária e para a análise lingüística. O resultado mais visível desse equívoco (isto é, de se tomar os textos do Círculo pelo que não são) é transformar categorias filosóficas em categorias científicas, em categorias de método (polifonia, diálogo, carnavalização são, talvez, os casos mais clássicos desse processo).

Em outras palavras, “o pensamento [de Bakhtin] tem um caráter eminentemente filosófico e não propriamente científico” (FARACO, 2015, p. 25), o que, por um lado, quer dizer que não é possível tomar essas categorias como uma forma estrita de análise, e, por outro, significa ampliar também o horizonte de entendimento sobre o que revelam suas ideias a respeito de um determinado objeto a elas submetido.

Tanto melhor. Bakhtin concebe essa mistura de vozes presentes no romance como um reflexo da vida mesma, povoada por uma multiplicidade de discursos, um diálogo permanente que se translada para a ficção. Conforme Paulo Bezerra, no prefácio de *Teoria do Romance*, o fio condutor do pensamento do russo é “uma combinação das questões centrais da existência humana sedimentadas por uma filosofia especificamente bakhtiniana e plasmadas no romance como gênero” (BAKHTIN, 2015, p. 9). Mais adiante, o tradutor exemplifica com o conceito de heterodiscurso, que “está ligado à concepção bakhtiniana de mundo como acontecimento, de realidade como um processo em formação, como o ser constituindo-se pelo discurso” (BAKHTIN, 2015, p. 12).

Conforme os conceitos de forças centrípeta e centrífuga que cunha, Bakhtin deixa clara sua defesa de que a língua é uma forma de poder e que, ao representar camadas sociais cuja fala é encoberta pelo oficialismo ou classes dominantes, há uma ação política proposta no romance. Conforme explica Carlos Alberto Faraco, a teoria do russo parte do princípio de que, na busca de referências, os signos “refletem e refratam o mundo” ao mesmo tempo.

Como se fosse uma via de mão dupla, a linguagem (no caso, de um romancista) ao mesmo tempo em que fala sobre o que é o mundo, provoca em alguma medida uma intervenção sobre ele:

[...] quer dizer: com os signos podemos apontar para uma realidade que lhes é externa (para a materialidade do mundo), mas o fazemos sempre de modo refratado. E refratar significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo (FARACO, 2009, p. 33).

Ora, não é difícil aceitar que Apolinário Porto Alegre via a literatura (e mais amplamente, a educação, as letras) a partir de seu potencial transformador da sociedade,

transformação que, ele advogava, devia se dar pela inclusão de mais gente na arena letrada, pela ampliação do acesso à escola e democratização do livro e da leitura.

É interessante anotar outra passagem de Faraco na análise da obra de Bakhtin, dessa vez referindo-se especificamente às características levantadas pelo russo em sua teorização sobre Dostoievski:

[...] de certa forma, o que Bakhtin parece estar defendendo aqui é a sua utopia de um mundo polifônico, no qual a multiplicidade de vozes plenivalentes e de consciências independentes e não fundíveis tem direito de cidadania – vozes e consciências que circulam e interagem num diálogo infinito (FARACO, 2009, p. 53).

Embora Apolinário não tenha formulado nada nesse sentido, é bastante razoável pensar que ele tivesse um horizonte semelhante, uma vez que não apenas defendia um sistema social mais justo (era abolicionista e republicano, mas não positivista), mas se engajou em diversas ações que tinham essa finalidade.

Como mencionado anteriormente, Apolinário concebe o homem como uma consequência do ambiente e do tempo em que vive – fatos que devem estar plasmados também na literatura, indo justamente ao encontro do pensamento de Bakhtin, que entende que tudo o que é dito (inclusive na literatura) faz referência a outros discursos existentes, à informação circulante no mundo, seja dos livros ou da vida real. No resumo apresentado por Carlos Alberto Faraco (2015, p. 32) tem-se que: “[...] a relação do nosso dizer com as coisas (em sentido amplo do termo) nunca é direta, mas se dá sempre obliquamente: nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas”.

As trajetórias de ambos pensadores também se assemelham, a começar pela perseguição que ambos sofreram de governos cujos ideais lhes eram simpáticos, mas que terminaram por dar uma guinada autoritária e repressora.

Para ilustrar a situação de Bakhtin, vale visitar um texto da pesquisadora Regina Zilberman sobre um contemporâneo seu na Rússia dos anos 20 e 30, Georg Lukács. Em um texto no qual analisa a teoria de Lukács sobre o gênero romance histórico, a professora resume o momento em que foram concebidas ambas as teorias. Com a revolução russa já consolidada, a ascensão ao poder de Stálin e o exílio de Trotski, o autoritarismo era crescente, dissidentes eram expurgados (Bakhtin foi um deles) e havia perseguições do regime.

“Fora da União Soviética, era Adolf Hitler provavelmente o líder político mais conhecido”, que “prometia reerguer a Alemanha”, contando com a adesão de outros países de origem germânica, como a Áustria e com o poder bélico capaz de invadir e ocupar países como Tcheco-Eslováquia e Polônia. Também era a época da ditadura na Espanha, capitaneada por Francisco Franco. Diante deste quadro, registra Zilberman (2003, p. 110), a produção de

Lukács “tem intuito político, sendo provavelmente a maneira que encontra para resistir à guinada para a direita a que assistia na Europa e talvez no país onde habitava”:

Nesse sentido, Lukács não se diferenciava de Mikhail Bakhtin, que, na mesma década, estudava o romance enquanto manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monológico do poder, sendo sua expressão mais destacada a obra de François Rabelais, *Gargantua e Pantagruel*, manifestação também da potencialidade do mundo popular e dos despossuídos (ZILBERMAN, 2003, p. 110).

Embora tenham visões distintas, em relação à forma como a arte foi concebida pelos marxistas (Bakhtin parece ter um olhar menos dirigido pelo sucesso socialista que se daria, com certeza, no futuro), a professora faz um paralelo entre os autores que explicitaram em sua literatura as teorias políticas que defendiam.

No paralelo entre a Rússia do início do século XX e o Rio Grande do Sul do XIX, Joseph Stálin está para Julio de Castilhos, assim como o stalinismo está para o positivismo, que, incomodado com as críticas ao autoritarismo dos republicanos feito por um simpatizante da causa, optou por persegui-lo e levá-lo ao exílio, declarando, depois, guerra ao grupo que em torno dele se uniu e atuando para que seu legado fosse esquecido, o que, em última instância, pode ter prejudicado a publicação de sua obra, mesmo postumamente.

Se o *Popularium Sul-Rio-Grandense* levou 100 anos para ser editado, algo semelhante ocorreu com Bahktin. Concebida no final da década de 20, sua *Teoria do Romance* permaneceu inédita até 1966. Ao Brasil, o autor só chegaria em 1979, com *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Os textos da *Teoria do Romance* ganhariam edição em português apenas em 1988.

A escrita da *Teoria do Romance* também foi conturbada. O primeiro capítulo, utilizado como base para este artigo, ficou pronto quatro dias antes de Bakhtin partir para o exílio no Cazaquistão, determinado pelo governo soviético. Os demais capítulos foram concluídos ao longo dos seis anos de degredo. Após o fim da pena imposta, Bakhtin seguiria condenado a um “ostracismo de trinta anos em cidades provinciais, já que, como antigo prisioneiro político, era alcançado pela proibição do regime stalinista de fixar residência e trabalhar em grandes centros urbanos”, anota Faraco (2009, p. 51).

As idas e vindas, decorrentes da perseguição política, trouxeram outras consequências para o pensador, que deixou muito material incompleto e desorganizado. “Boa parte dos textos do próprio Bakhtin é constituída de manuscritos inacabados, alguns apenas rascunhados, o que nos deixa, sem dúvida, numa situação de não poucas dificuldades quanto à apreensão de seu pensamento” (FARACO, 2009, p. 7).

Assim aconteceu com Apolinário Porto Alegre, que, durante a devassa de sua Casa Branca no período em que esteve exilado no Uruguai, fugindo da perseguição política de Julio

de Castilhos durante a Revolução Federalista, perdeu os originais de sua *História da Revolução Farroupilha*, parte dos manuscritos do *Popularium* e certamente muitos outros materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação documenta a trajetória, a obra e o destino do trabalho de Apolinário Porto Alegre. Através de pesquisa documental, foi feita uma reconstituição da vida e das realizações do escritor, professor e agitador cultural, tendo como base a literatura disponível e materiais de acervos, hemerotecas e afins. Essa leitura permitiu contextualizar suas iniciativas a partir do tempo em que viveu, buscando dar um panorama amplo de sua ação e seu pensamento.

Foi possível constatar seu pioneirismo em muitos campos de atuação, alguns dos quais bastante conhecidos, como a instituição do Partenon Literário e a decisão de colocar em cena o tipo e as paisagens rio-grandenses na literatura. Também, foi dado destaque ao seu vanguardismo na pesquisa e na preservação da cultura popular do Rio Grande do Sul e na educação desenvolvida sobre bases bastante avançadas para sua época, incluindo aí a militância republicana e abolicionista, cuja mobilização no Rio Grande do Sul foi iniciada com a sua participação:

Polígrafo, na extensão do vocábulo, Apolinário viveu a derramar ensinamentos entre seus patricios, a animar todas as manifestações da inteligência, a chamar atenção dos estudiosos para as últimas conquistas da ciência, a despertar o interesse pelos ramos do saber até então descuidados ou relegados a plano secundário em sua terra. A paleontologia, a linguística, o folclore, a crítica, pode-se dizer, que datam, no Rio Grande do Sul, do aparecimento de Apolinário Porto Alegre (Hessel APUD PORTO ALEGRE, 2004, p. 19).

A segunda parte do trabalho mapeou o destino de sua produção, cujos capítulos mais recentes se deram já no século XXI, com a publicação da edição ampliada, mas ainda incompleta, do *Popularium Sul-Rio-Grandense*, e reuniu a fortuna crítica que sua obra mereceu ao longo do tempo, dispondo este material a partir dos tópicos usualmente abordados pelos estudiosos de sua obra. A intenção foi contrastar a versatilidade e a diversidade de iniciativas que Apolinário Porto Alegre levou a cabo em vida com o que de fato foi publicado de sua obra, assim como a abordagem crítica sobre sua produção, que se assenta geralmente sobre sua participação no regionalismo e na escola romântica.

Nessas partes iniciais da dissertação, foi possível perceber como a perseguição de Julio de Castilhos contribuiu para o apagamento da memória de Apolinário nos planos

simbólico e material, em uma ação estatal que demoliu importantes registros de seu legado (a Casa Branca e o Instituto Brasileiro) e destruiu manuscritos e coleções (biblioteca, museu, pomar). A reação de escritores e intelectuais após a sua morte não foi suficiente para recuperar esse legado, e, mais tarde, uma série de acontecimentos inusitados fizeram com que sua obra fosse resgatada apenas parcialmente. Sem contar com a totalidade de sua obra publicada, o espaço na academia dedicado a Apolinário é pontual. De modo geral, os estudiosos se debruçam mais sobre sua produção literária do que sobre sua contribuição a valorização da cultura popular.

Sua participação singular na história política do Rio Grande do Sul é abordada lateralmente, apenas sob o ponto de vista do comprometimento de sua obra com os ideais que defendia. Mas, mesmo na universidade, Apolinário Porto Alegre ainda é um autor pouco estudado, conforme se depreende da apresentação que o professor Carlos Alexandre Baumgarten faz de uma antologia teatral do literato:

[...] a produção teatral de Apolinário Porto Alegre, presente na Revista Mensal do Partenon Literário, revela a contribuição do Estado para a criação de um teatro nacional, objetivo perseguido desde a década de 60 do século XIX por autores sediados especialmente no Rio de Janeiro. A análise dessa produção, praticamente desconhecida dos meios acadêmicos, torna-se, pois, necessária, uma vez que possibilitará a reescrita de capítulo pouco estudado da história literária regional (BAUMGARTEN, 2001, p. 12).

Outro aspecto que este trabalho procurou considerar foi a dimensão – ou, pelo menos, as conexões – que a obra e o pensamento de Apolinário Porto Alegre tiveram fora do Rio Grande do Sul, propondo uma abordagem que o colocasse além dos limites do regionalismo. Em um recente estudo no qual aponta para a necessidade de novos parâmetros, mais complexos, para a atualização da História da Literatura Brasileira, Luís Augusto Fischer reivindica um olhar diferente sobre esse cenário:

[...] desde o Segundo Império até agora, sem exceção, a cada novo bloco histórico e a cada correspondente alteração importante da moda em matéria de composição literária, aparecem romances, poemas, dramas e contos tanto versando sobre a cidade grande e/ou sobre o centro hegemônico (o Rio, depois São Paulo), quanto versando sobre a província, a cidade pequena e/ou o mundo rural (próximo das cidades ou distante delas); no entanto, nos livros de história da literatura aparecerão quase que apenas os que operam no primeiro termo, a cidade grande, o Centro, ficando o restante relegado à condição de regionalismo, quer dizer, de coisa considerada liminarmente como menor, com alcance acanhado, sem percepção da totalidade que, na visão do Centro, está apenas na grande cidade ou no Centro mesmo, tudo isso pensado a partir da noção de que a totalidade é que confere estatuto superior à obra de arte (FISCHER, 2017, p. 77).

Essa dissertação, entretanto, não tem a intenção de se contrapor à visão tradicional dos críticos de Apolinário Porto Alegre. Sobre este aspecto, não resta dúvida de que sua obra não se realizou plenamente como criação artística, e que, fatalmente, seu envolvimento, tanto com a vida política do Rio Grande do Sul como sua militância cultural e educacional, cobrou seu

preço, dividindo a atenção do escritor, como bem salientou Guilhermino Cesar: “Não se abandonou ao fervor da criação; não deixou nunca que as personagens vivessem: a inteligência interferia a todo instante, para mostrar, nelas, numa expressão, num sentimento, num gesto, outros tantos signos do grupo a que pertenciam” (CESAR, 2006, p. 222).

Mas, é preciso considerar também as influências que sofria por estar na confluência entre as literaturas brasileira e platina. Por isso, a perspectiva trazida pela formulação de Luís Augusto Fischer muito contribui para a compreensão do fenômeno Apolinário Porto Alegre. Escrevendo no limite entre duas (ou três) formações literárias (as brasileiras – do litoral e do sertão – e a platina), todas com resoluções e tempos de maturação diferentes, e um tanto quanto isolado, não soube encontrar as referências necessárias para ampliar a potência de sua obra.

Analisando tantas variáveis, que mais impuseram dificuldades do que facilitaram sua vida, é difícil não se comover com a trajetória do biografado – e lamentar a falta de atenção com que ainda é tratado no Rio Grande do Sul. Ou seja, tendo tomado as melhores cautelas para documentar a trajetória, a obra e o destino do trabalho de Apolinário Porto Alegre, a pesquisa quer sim elogiar a figura do grande agitador cultural, escritor, professor, político, para ajudar na tarefa de preservar sua memória, que merece ser compartilhada por todos. Essa defesa não foi feita sem base analítica e propõe uma abordagem crítica de sua atitude literária, mais do que apenas de sua literatura, a partir das bases teóricas e filosóficas de Mikhail Bakhtin, tentando ampliar o alcance a reflexão sobre seu legado.

É verdade que há estudos interessados em recuperar essa figura para a sociedade do Rio Grande do Sul e do Brasil, mas, ao final desse trabalho, a sensação que fica é que ainda há muitos aspectos a serem explorados a respeito de Apolinário Porto Alegre. Seriam bem-vindas novas edições que organizassem seu material ainda inédito e mesmo republicações do que já é conhecido, mas que chegou ao público de forma incompleta ou irregular. A criação de um acervo para o pesquisador que reunisse documentos hoje dispersos poderia ensejar maior interesse da academia por sua obra e personalidade. Espero que as provocações e reflexões reunidas neste trabalho contribuam para dar a Apolinário Porto Alegre o destaque que merece na memória do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Laísa Teixeira. **A poesia de Apolinário José Gomes Porto Alegre** – recuperação e estabelecimento de texto. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Na trilha de um andarengo** – Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre, EDIPUCRS/Instituto Estadual do Livro, 1994.

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998.

ANTUNES, De Paranhos. **Apolinário Porto Alegre e sua obra**. 1944. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/066559/2225>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

ASSIS, Machado. A estátua de José de Alencar. In: _____. **Páginas Recolhidas**. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1961a.

_____. Iracema. In: _____. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1961b.

_____. Instinto de Nacionalidade. In: _____. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1961c.

_____. O Guarani. In: _____. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1961d.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I** – A estilística. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKOS, Margaret. **Julio de Castilhos** – Positivismo, Abolição e República. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro (IEL), 2006.

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao Romance Histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **A crítica literária no Rio Grande do Sul** – do Romantismo ao Modernismo. Porto Alegre: Edipucrs/Instituto Estadual do Livro, 1997.

_____. Apresentação. In: PORTO ALEGRE, Apolinário. **Teatro** (antologia). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2001.

BONES, Elmar. **História Ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: JA Editores e Zero Hora, 1997.

_____; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo. **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. 1. ed. revisada e ampliada. Porto Alegre: JA Editores, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

_____. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul** (1737-1902). 3. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2006.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Matéria e invenção** (ensaios de literatura) – Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1994.

DAISSON, Augusto. **À margem de alguns brasileirismos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1925.

FACULDADE DE DIREITO, Universidade de São Paulo. **História da Faculdade**. Disponível em <http://www.direito.usp.br/faculdade/index_faculdade_historia_01.php>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo** – as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FISCHER, Luís Augusto. **Um passado pela frente**: poesia gaúcha ontem e hoje. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992.

_____. Formação hoje – uma hipótese analítica , alguns pontos cegos e seu vigor. In: **Literatura e Sociedade**, n. 11. São Paulo, 2009.

_____. **As deias fora do lugar e o perspectivismo ameríndio** – Para um novo modelo de descrição historiográfica da literatura brasileira. Texto distribuído em sala de aula. Porto Alegre: março de 2013.

_____. **Das Ideias Fora do Lugar ao Perspectivismo Ameríndio** – Um modelo para uma nova história da literatura. Porto Alegre: Tese para promoção à categoria de Professor Titular – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

_____. **Literatura Gaúcha**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Hilda. **Dicionário de Mulheres**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

FLORES, Moacyr. “Não foi o Rio Grande que se levantou contra o império” – entrevista. In: **Revista JÁ História**, Porto Alegre: JÁ Editores, 2016.

_____. **Apolinário Porto Alegre**. S.d. Disponível em <<http://www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=patronos&page=apolinario-porto-alegre>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

_____. **Porto Alegre sitiada**: um capítulo da Revolução Farroupilha: 1836-1840. Porto Alegre, Editora da Cidade; Letra&Vida, 2011.

GAMA, José Basílio. **O Uruguai**. Disponível em <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/uruguai.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2018.

GARCIA, Carlos. **Porto Alegre e o seu Partenon Literário**. 2015. Disponível em <<http://culturissima.com.br/especial/porto-alegre-e-seu-partenon-literario/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

HERNÁNDEZ, José. **Martin Fierro**. Barcelona: Editorial Sol, 2000.

_____. **Martin Fierro**. Disponível em <<http://electroneubio.secyt.gov.ar/index2.htm>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

HESSEL, Lothar Francisco. **O Partenon Literário e sua obra** / por Lothar F. Hessel e outros. Porto Alegre: Flama, Instituto Estadual do Livro, 1976.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

MAZIEL, Juan Baltasar. **Canta um guaso em estilo campestre los triunfos del Excelentísimo Señor Don Pedro de Cevallos**. Buenos Aires: Editorial del Cardo, 2003.

MAYA, Alcides. **Pelo Futuro**: Porto Alegre, Tipologia de Franco & Irmão, 1897.

_____. **O Rio Grande Independente**: Porto Alegre, Tipologia da Agência Literária, 1898.

_____. **A morte de Apolinário Porto Alegre**. 1944. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/066559/2214>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

MEYER, Augusto. **Pêssegos verdes**. Organização de Tânia Carvalhal – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

MOREIRA, Maria Eunice. **Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro (IEL), 1989.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **Popularium Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

_____. **O teatro de Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, CORAG, 2001.

_____. **Paisagens**: contos. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, 1982.

_____. **Cancioneiro da Revolução de 1835**. Porto Alegre: Editora Erus, 1981.

_____. José de Alencar, estudo biográfico. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário**: Poesia e Prosa – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980a.

_____. Poema Soneto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário**: Poesia e Prosa – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980b.

_____. Discurso de Instauração. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário**: Poesia e Prosa – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980c.

_____. Programa da Sociedade Partenon Literário. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário**: Poesia e Prosa – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980d.

_____. O Instituto Brasileiro ao Partenon Literário. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário**: Poesia e Prosa – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980e.

_____. **O Vaqueano**. Porto Alegre: Editora Globo, 1927.

PÓVOAS, Mauro Nicola. Apontamentos em torno da literatura regional: Guilhermino Cesar e a série “Para o estudo do conto gauchesco”. In: **Revista Antares**, v. 8, n. 16 – jul./dez. 2016.

_____. A revista do Partenon Literário e o teatro de Apolinário Porto Alegre. In: **Artexto**, Rio Grande, 8 – 1997.

_____. Apontamentos em torno da revista literária sul-rio-grandense Arcádia (1867-1870). In: **XV Encontro da ABRALIC**, 2016, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro da ABRALIC. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2016. v. 1. p. 838-848.

_____. Fontes primárias e dúvidas literárias: o caso *Murmúrios do Guaíba*. In: **Revista Iuminart**, v. 1, n. 1 – mar. 2009.

SALDANHA, Benedito. **Apolinário Porto Alegre** – a vida trágica de um mito da província. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SILVA, João Pinto da. **História literatura do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Organização de Carlos Alexandre Baumgarten – Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: IEL/Corag, 2013.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. **Dois prá lá, dois prá cá**: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Carmem; BAUMGARTEN, Carlos A. artigo O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária In: _____; _____; ZILBERMAN, Regina. **O Partenon Literário: Poesia e Prosa** – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980, p. 11-24

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. Síntese Histórica e índice geral da revista do Partenon Literário. In: HESSEL, Lothar Francisco. **O Partenon Literário e sua obra** / por Lothar F. Hessel e outros. Porto Alegre: Flama, Instituto Estadual do Livro, 1976.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura Gaúcha** – temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. **O Partenon Literário: Poesia e Prosa** – Antologia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980.

_____. O romance histórico: teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.) **Lukács e a literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Pesquisa em sites e hemerotecas

A FEDERAÇÃO. 1885. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/388653/1894?pesq=Apolinario Porto Alegre](http://memoria.bn.br/DocReader/388653/1894?pesq=Apolinario%20Porto%20Alegre)>.

A MANHÃ. 1944. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/066559/2223>>.

Biblioteca Brasileira USP. Disponível em <<https://www.bbm.usp.br/node/69>>